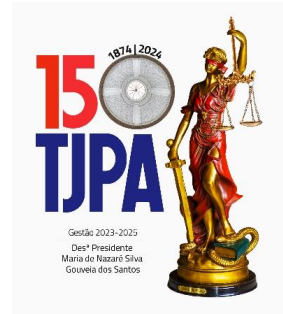




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ



RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
ANO 2024 - EXERCÍCIO 2023



25 de março de 2024



Assinado com senha por MILENE LAISE SILVA CORREA, LOURIVAL PEREIRA BOULHOSA NETO, SHEILA ALVES DE LIMA MACIEL, BETANIA SOUZA DA SILVA PINHEIRO, HUMBERTO PEREIRA LIMA FILHO, OSCAR BRUNO MACIEL DE ABREU, TIAGO SILVA GUIMARAES, PAULO ROBERTO MARTINS CUNHA e STELA REIS DE SOUZA.
Use 3996448.27076762-1907 - para a consulta à autenticidade em
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3996448.27076762-1907>
Documento gerado por LOURIVAL PEREIRA BOULHOSA NETO *Data e hora: 27/03/2024 14:10



TJPA MEM 2024 17214A





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

PRESIDENTE

Desa. Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos

VICE-PRESIDENTE

Des. Roberto Gonçalves de Moura

CORREGEDOR GERAL DE JUSTIÇA

Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior

EQUIPE SEAUD

SECRETÁRIO DE AUDITORIA INTERNA

Tiago Silva Guimarães

NÚCLEO ESTRATÉGICO DE GOVERNANÇA DE AUDITORIA E RISCO

Betânia Souza da Silva Pinheiro – Coordenadora

DIVISÃO DE AUDITORIAS

Lourival Pereira Boulhosa Neto – Chefe

Oscar Bruno Maciel de Abreu - Analista Judiciário/ Análise de Sistemas - Suporte

Paulo Roberto Martins da Cunha – Analista Judiciário

Sheila Alves de Lima Maciel – Arquiteta

Stela Reis de Souza – Analista Judiciário/ Ciências Contábeis

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTOS

Milene Laíse Silva Correa – Chefe

Humberto Pereira Lima Filho - Analista Judiciário/ Ciências Contábeis

Colaboradora

Stela Reis de Souza – Analista Judiciário/ Ciências Contábeis





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

Missão

A missão da Unidade de Auditoria Interna do PJPÁ é subsidiar a instituição no alcance de metas e realização dos objetivos, promovendo relações sinérgicas e mobilizando a gestão efetiva de riscos, controles e governança, aplicando as melhores práticas de auditoria, com visão estratégica, equipes capacitadas e voltadas para a inovação.

Visão

Conquistar nível de excelência na área de auditoria interna governamental, tornando-se referência no âmbito do Poder Judiciário nacional.

Valores

Profissionalismo, imparcialidade, ética, cooperação, independência e inovação são valores que norteiam a atuação da Unidade de Auditoria Interna do PJPÁ.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO PELA SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA - SEAUD?

Trata-se de relatório de análise da Prestação de Contas Anual de Gestão, realizada pela Secretaria de Auditoria Interna, referente ao exercício 2023.

POR QUE A SEAUD REALIZOU ESTE TRABALHO?

O artigo 3º da Resolução TCE-PA nº 18.919/2017 determina que todos os administradores e demais responsáveis por recursos públicos estaduais das unidades jurisdicionadas do Tribunal de Contas do Estado devem encaminhar a prestação de contas anual de gestão.

Ainda no tocante à Prestação de Contas, a Resolução TCE-PA nº 18.975/2017, itens 23, 24 e 25 do Anexo I, combinada com o Art. 4º, § 2º da Resolução TCE-PA nº 18.919/2017 determinam à unidade de controle interno a elaboração de relatório e parecer com o objetivo de refletir conclusivamente e de forma segregada por gestor, quando for o caso, as situações significativas apuradas no que diz respeito aos aspectos de regularidade e de gestão.

Em obediência aos normativos citados acima, esta SEAUD incluiu a elaboração do referido relatório e parecer no Plano Anual de Auditoria 2023 e apresenta neste documento o resultado deste trabalho.

QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS PELA SEAUD?

Conforme determinado no Art. 4º, § 2º da Resolução TCE-PA nº 8.919/2017, esta SEAUD analisou as situações significativas apuradas no exercício de 2023, no que diz respeito aos aspectos orçamentários, financeiros e de gestão, concluindo ser possível recomendar a aprovação das contas dos responsáveis arrolados na presente Prestação de Contas.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

SUMÁRIO

QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO PELA SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA - SEAUD?	4
POR QUE A SEAUD REALIZOU ESTE TRABALHO?	4
QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS PELA SEAUD?	4
Lista de Quadros	6
Lista de Gráficos.....	7
INTRODUÇÃO	8
Apresentação	8
Metodologia	9
1. DO PANORAMA ORÇAMENTÁRIO	10
1.1. Avaliação dos Resultados da Execução Orçamentária	11
2. DA ANÁLISE DA GESTÃO	17
2.1. Avaliação da Gestão de Pessoal.....	17
2.2. Avaliação da Gestão de Compras e Contratações.....	29
2.3. Avaliação da Gestão de Obras e Serviços de Engenharia.....	39
2.1. Avaliação da Gestão de TI	49
3. DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	55
3.1. Do Balanço Orçamentário	55
3.2. Do Balanço Financeiro	75
3.3. Da Demonstração dos Fluxos de Caixa	84
3.4. Do Balanço Patrimonial	93
3.5. Demonstração das Variações Patrimoniais.....	104
CONSIDERAÇÕES GERAIS	109





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Lista de Quadros

Quadro I - Previsão Inicial da Receita para 2023.....	11
Quadro II- Dotação Atualizada 2023.....	12
Quadro III - Dotação por Programa.....	13
Quadro IV - Dotação por Programa UG 040101.....	13
Quadro V - Dotação por Programa UG 040102.....	14
Quadro VI - Dotação por Programa UG 040103.....	16
Quadro VII- Evolução da despesa com pessoal por habitante no TJPA.....	20
Quadro VIII- Despesa de pessoal ativo em 2023.....	20
Quadro IX - Despesa de pessoal inativo e pensionistas em 2023.....	21
Quadro X - Programas e Ações – Gestão de Pessoas.....	22
Quadro XI - Contribuição do PJPA ao Plano de Assistência à Saúde dos magistrados.....	25
Quadro XII – Programa e Ação-Projeto Atividade.....	27
Quadro XIII - Quadro resumo da evolução de servidores.....	29
Quadro XIV– Deságio no valor contratado.....	31
Quadro XV – Resumo das Dispensas de Licitação.....	33
Quadro XVI - Execução físico-Financeira.....	40
Quadro XVII - Execução físico-financeira da Ampliação da Infraestrutura Física.....	44
Quadro XVIII - Execução físico-financeira da Reforma e Manutenção dos Prédios do PJPA.....	46
Quadro XIX - Execução físico-financeira da Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais (Sedop-TJPA).....	49
Quadro XX - Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e Proteção de Dados.....	49
Quadro XXI - Dotação Atualizada UG 040101.....	57
Quadro XXII- Balanço Orçamentário - Quadro Principal - UG 040101.....	58
Quadro XXIII - Dotação Atualizada UG 040101.....	59
Quadro XXIV - Balanço Orçamentário - Execução dos Restos a Pagar Executados e não Executados - UG 040101.....	62
Quadro XXV - Dotação Atualizada UG 040102.....	63
Quadro XXVI - Balanço Orçamentário - Quadro Principal - UG 040102.....	64
Quadro XXVII – Superávit Financeiro - UG 040102.....	65
Quadro XXVIII - Balanço Orçamentário - Execução dos Restos a Pagar Executados e não Executados – UG 040102.....	68
Quadro XXIX - Dotação Atualizada UG 040103.....	69
Quadro XXX - Balanço Orçamentário - Quadro Principal – UG 040103.....	70
Quadro XXXI – Superávit Financeiro.....	71
Quadro XXXII - Balanço Orçamentário - Execução dos Restos a Pagar Executados e não Executados – UG 040103.....	74
Quadro XXXIII - Balanço Financeiro 2023 – UG 040101.....	76
Quadro XXXIV - Balanço Financeiro 2023 - UG 040102.....	79
Quadro XXXV - Balanço Financeiro 2023 – UG 040103.....	82
Quadro XXXVI - Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040101.....	85
Quadro XXXVII - Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040102.....	88
Quadro XXXVIII - Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040103.....	91
Quadro XXXIX - Balanço Patrimonial - UG 040101.....	94
Quadro XL - Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes.....	95
Quadro XLI - Quadro das contas de compensação.....	95
Quadro XLII - Quadro do superávit/déficit financeiro.....	95
Quadro XLIII - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo.....	95
Quadro XLIV - Componentes do patrimônio líquido.....	96
Quadro XLV - Balanço Patrimonial.....	97
Quadro XLVI - Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes.....	98
Quadro XLVII - Quadro das contas de compensação.....	98
Quadro XLVIII - Quadro do superávit/déficit financeiro.....	98
Quadro XLIX - Imobilizado.....	99
Quadro L - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo.....	100
Quadro LI - Componentes do patrimônio líquido.....	100
Quadro LII - Balanço Patrimonial.....	102
Quadro LIII - Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes.....	102
Quadro LIV - Quadro das contas de compensação.....	102
Quadro LV - Quadro do superávit/déficit financeiro.....	103
Quadro LVI - Componentes do patrimônio líquido.....	103
Quadro LVII - Demonstração das variações patrimoniais.....	105
Quadro LVIII - Demonstração das variações patrimoniais.....	106
Quadro LIX - Demonstração das variações patrimoniais.....	107





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Projetos-Atividade do Programa Manutenção da Gestão - UG 040101	14
Gráfico 2 - Projetos-Atividade UG 040102 do programa Atuação Jurisdicional.....	15
Gráfico 3 - Projetos-Atividade UG 040102 do programa Manutenção da Gestão	16
Gráfico 4 - Série histórica das despesas totais do Poder Judiciário	17
Gráfico 5 - Série histórica das despesas por habitante do Poder Judiciário Estadual	18
Gráfico 6 - Custo médio mensal dos tribunais de médio porte com magistrados(as) e servidores(as), incluindo benefícios, encargos, previdência social, diárias, passagens, indenizações judiciais e demais indenizações eventuais e não eventuais - Ano base 2022.....	18
Gráfico 7 - Evolução da despesa de pessoal por habitante	19
Gráfico 8 - Evolução dos gastos com pessoal	21
Gráfico 9 - Licitações por modalidade	30
Gráfico 10 - Valor homologado	31
Gráfico 11 - Natureza da contratação	32
Gráfico 12 - Valor contratado x Natureza da contratação	32
Gráfico 13 - Inexigibilidade - Valor contratado por fundamentação legal.....	34
Gráfico 14 - Inexigibilidade - Valor contratado por natureza da contratação	35
Gráfico 15 - Quantitativo de contratos celebrados em 2023, por modalidade de licitação	36
Gráfico 16 - Valor atual por modalidade de licitação	37
Gráfico 17 - Valor atual por natureza do contrato	37
Gráfico 18 - Quantitativo de contratos celebrados em exercícios anteriores	38
Gráfico 19 - Valor atual por natureza do contrato	39
Gráfico 20 - Executado x Disponível	41
Gráfico 21 - Comparativo do desembolso em Obras X Serviços de Engenharia.....	42
Gráfico 22 - Execução de recursos nas ações de Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário	43
Gráfico 23 - Desembolso de recursos nas ações de Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário.	46
Gráfico 24 - Desembolso de recursos na ação Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais - TJ.....	48





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

INTRODUÇÃO

Apresentação

O presente relatório tem por finalidade dar apoio ao órgão de controle externo na análise da Prestação de Contas Anual de Gestão do Poder Judiciário do Estado do Pará – PJPA, **exercício de 2023**, em atendimento ao artigo 74, inciso IV, da Constituição Federal, ao artigo 6º, inciso VI, da Resolução nº 18.975/2017, combinado com o artigo 2º, inciso IV, da Resolução 18.919/2017 e com o Anexo I, da Resolução nº 18.968/2017, ambas Resoluções do Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE-PA, demonstrando os fatos mais relevantes da Gestão dos Recursos Públicos Estaduais das seguintes Unidades Jurisdicionadas: UJ 1.0.006.00 - Tribunal de Justiça do Estado; UJ 1.9.025.00 - Fundo de Reparelhamento do Judiciário (FRJ); UJ 1.9.010.00 – Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará e UJ 1.0.005.00 - Justiça Militar do Estado.

O escopo do relatório de análise da prestação de contas consiste em verificar a regularidade das contas apresentadas pela gestão, a partir da análise dos itens obrigatórios definidos no Anexo I da Resolução TCE-PA nº 18.975/2017, utilizando como critérios as leis e as normas vigentes, e como parâmetros, as metas e os objetivos delineados pelos Macrodesafios, Programas e Projetos-atividade definidos para o exercício de 2023.

Não foram analisados: os registros contábeis que deram origem aos saldos apresentados nos demonstrativos contábeis; os autos de processos licitatórios e contratos; e os processos de medição de obras e serviços de engenharia.

Para a verificação de regularidades das contas, esta SEAUD utilizou alguns critérios de análise, dentre outros, os citados abaixo:

- Plano Plurianual – PPA 2020-2023;
- Lei nº 9.649/2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício financeiro de 2023);
- Lei nº 9.851/2023 (Lei Orçamentária Anual – LOA, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Pará para o exercício financeiro de 2023);
- Plano de Gestão 2021-2023;
- Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023;
- Anexos componentes da Resolução TCE-PA nº 18.975/2017.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Os trabalhos foram orientados para a fiscalização orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, bem como, para a avaliação da gestão de áreas relevantes para a prestação jurisdicional à sociedade, organizadas em quatro tópicos, a saber: Pessoal; Compras e Contratações; Obras e Serviços de Engenharia; e Tecnologia da Informação e Comunicação.

Os trabalhos realizados à luz das análises dos documentos anexados ao Sistema e-Jurisdicionado e definidos por meio do Anexo I da Resolução nº 18.975/2017 do TCE-PA, abordam os aspectos acima citados em tópicos distintos, conforme segue:

- **Panorama Orçamentário**, análise de pontos relevantes da dotação orçamentária de 2023, partindo dos valores inicialmente propostos (dotação inicial), perpassando pelas alterações de dotação para demonstrar os valores efetivamente destinados à realização das despesas (dotação atualizada), até os detalhamentos sobre a efetiva execução das despesas (execução orçamentária) do exercício;
- **Análise da Gestão**, exame do desempenho da gestão em relação aos demais recursos para a prestação jurisdicional à sociedade, a saber: *Pessoal (recursos humanos)*, *Compras e Contratações (recursos materiais)*, *Obras e Serviços de Engenharia (recursos de infraestrutura civil)*, e *Tecnologia da Informação e Comunicação (recursos tecnológicos)*.
- **Demonstrações Contábeis**, análises essencialmente contábeis da prestação de contas, e sobre o uso dos recursos públicos, bem como sobre a importância dos resultados obtidos.

Metodologia

A análise da prestação de contas foi elaborada cumprindo os requisitos exigidos em legislação pertinente, com base no exame da documentação enviada pelas unidades administrativas deste Tribunal, de acordo com o Anexo I da Resolução TCE-PA nº 18.975/2017.

Os trabalhos realizados pela SEAUD seguiram as normas e técnicas aplicáveis ao setor público e à atuação dos órgãos de controle interno.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Foram utilizadas técnicas de auditoria e de análise de documentos consideradas adequadas para a consecução dos trabalhos, entre elas: análise documental, conferência de cálculos e dados e exame de relatórios e de atos de gestão.

Especificamente para a análise do panorama orçamentário e análise das demonstrações contábeis foram utilizados como instrumentos auxiliares de aferição e pesquisa, os sistemas SIAFE¹ e BO², sendo estes essenciais para o cotejamento dos dados e informações evidenciados nos documentos contábeis integrantes da prestação de contas.

Para a análise dos atos de gestão, foram utilizados o Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA, exercício 2023, elaborado pela Coordenadoria de Gestão Estratégica do PJPA cotejados essencialmente com a documentação anexada ao sistema E-Jurisdicionado, acrescida das justificativas e documentos comprobatórios necessários, para fins de Prestação de Contas.

1. DO PANORAMA ORÇAMENTÁRIO

A Lei Estadual nº 8.966, de 30 de dezembro de 2019, instituiu o Plano Plurianual do Estado do Pará, período de 2020-2023, e apresentou as dimensões estratégicas do Plano em “Programas Temáticos e Programas de Gestão”, “Manutenção” e “Serviços ao Estado”, elaborados pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e demais órgãos constitucionais independentes.

A Lei Estadual nº 9.649, de 29 de junho de 2022, instituiu a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, que dispôs sobre as metas e prioridades da administração pública estadual para o exercício financeiro de 2023.

A Lei Estadual nº 9.851, de 12 de janeiro de 2023, instituiu a Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício financeiro de 2023, estabelecendo a dotação orçamentária ao PJPA através dos Programas Temáticos “Atuação Jurisdicional” e “Manutenção da Gestão do Poder Judiciário”.

¹Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual - Pará.

²*Business Objects*, ferramenta adotada pelo Governo do Estado do Pará, que tem por finalidade extrair do SIAFE dados da execução orçamentária, financeira e patrimonial.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

1.1. Avaliação dos Resultados da Execução Orçamentária

Na avaliação da execução orçamentária será verificada a realização das despesas frente a arrecadação da receita.

1.1.1. Da Dotação

Através da Lei Estadual nº 9.851/2023, foi estimada a receita e fixada a despesa para o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, para o exercício financeiro de 2023, no valor de R\$ 1.983.003.605,00, distribuídos entre as Unidades Gestoras da seguinte forma: UG 040101 – Tribunal de Justiça do Estado, R\$ 1.672.610.219,00; UG 040102 – Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário, R\$ 299.166.856,00 e UG 040103 – Fundo de Apoio ao Registro Civil de TJPA, R\$ 11.226.530,00.

Para melhor detalhamento apresenta-se quadro com especificação dos valores previstos para cada Unidade Gestora, nos moldes do inciso III, do Art. 12, da LDO.

Quadro I - Previsão Inicial da Receita para 2023

Dotação Inicial por Fonte de Recursos	TOTAL
UG 040101 - Tribunal de Justiça do Estado	1.672.610.219,00
1500000001 Recursos Ordinários	1.660.518.219,00
1500000012 Receita Patrimonial	12.092.000,00
UG 040102 - Fundo de Reaparelhamento do P Judiciário	299.166.856,00
1500000001 Recursos Ordinários	20.041.128,00
1500000012 Receita Patrimonial – Outros Poderes	27.989.406,00
1700000006 Recurso Provenientes de Transferências - Convênios	1.000.000,00
1702000006 Rec Prov de Transferências - Convênios e Outros	500.000,00
1703000006 Receita Prov de Transferências – Convênios*	500.000,00
1759000018 Receita Própria do Fundo Reaparelh. do Judiciário	248.136.322,00
1755000023 Recursos Provenientes da Alienação de Bens	1.000.000,00
UG 040103 – Fundo de Apoio ao Registro Civil do TJPA	11.226.530,00
1500000012 Receita Patrimonial – Outros Poderes	534.600,00
1759000028 Fundo de Registro Civil de Estado do Pará	10.691.930,00
TOTAL	1.983.003.605,00

* com entidades privadas, estrangeiras ou multi-governamentais
Fonte: Orçamento Geral do Estado do Pará 2023 vol. II – página 899





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

1.1.2. Da Execução

No decorrer do exercício, houve um incremento de 5.84% na dotação inicial da UG 040101 no valor de R\$ 97.742.885,07 e conseqüentemente a dotação atualizada passou ao montante de R\$ 1.770.353.104,07.

Do mesmo modo, na UG 040102, houve um acréscimo de 58,77% na sua dotação inicial no valor de R\$ 175.808.282,98, resultando em uma dotação atualizada de R\$ 474.975.138,98.

Na UG 040103, o incremento de 86,9% na sua dotação inicial no valor de R\$ 9.756.388,36, resultando em dotação atualizada de R\$ 20.982.918,36.

As Dotações Atualizadas estão discriminadas no quadro abaixo:

Quadro II- Dotação Atualizada 2023

Dotação Atualizada por Fonte de Recursos	TOTAL
UG 040101 - Tribunal de Justiça de Estado	1.770.353.104,07
1500000001 Recursos Ordinários	1.738.373.494,05
1500000012 Receita Patrimonial - Outros Poderes	31.979.610,02
UG 040102 - Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário	474.975.138,98
1500000001 Recursos Ordinários	17.132.053,40
1700000006 Rec Prov de Transferências - Convênios e Outros	1.000.000,00
1702000006 Rec Prov de Transferências - Convênios e Outros	205.157,01
1703000006 Rec Prov de Transferências - Convênios e Outros	500.000,00
1500000012 Receita Patrimonial - Outros Poderes	27.433.962,20
1755000023 Recursos Provenientes de Alienação de Bens	1.000.000,00
1759000018 Rec Prov do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário	244.143.358,66
2500000001 Recursos Ordinários	9.939.152,24
2700000006 Rec Prov de Transferências – Convênios e Outros	1852745,22
2759000018 Rec Prov do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário	171.768.710,25
UG 040103 - Fundo de Apoio ao Registro Civil Estado do Pará	20.982.918,36
1500000012 Receita Patrimonial - Outros Poderes	1.049.692,13
1759000028 Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará	12.176.424,53
2759000028 Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará	7.756.801,7
TOTAL	2.266.311.161,41

Fonte: Bussiness Object - BO 2023

Importante ressaltar que, em 2018, no escopo de reduzir a estrutura administrativa do Poder Judiciário, visto o comportamento irregular da arrecadação das receitas, à época, resultantes de impostos naqueles exercícios, o Ofício nº 1244/2018-GP desativou a Unidade Gestora da Justiça Militar, a partir do exercício de





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

2019, incorporando o orçamento e a programação de gastos desta UG à Unidade Gestora do Tribunal de Justiça do Estado. Cumpre informar que em virtude da desativação da referida UG, não há qualquer movimentação orçamentária específica para a Justiça Militar. Em consequente, retornaremos a análise das outras Unidades Gestoras em atividade e sob a responsabilidade deste PJPA.

No intuito de observar a distribuição dos recursos dentro de cada Programa, cotejando a dotação inicial e dotação atualizada destacado por UG, elaboramos o quadro abaixo.

Quadro III - Dotação por Programa

Dotação por Programa		
Programa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada
Atuação Jurisdicional	201.205.173,00	235.064.110,06
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	1.781.798.432,00	2.021.307.899,11
Governança Pública	0,00	9.939.152,24
TOTAL	1.983.033.605,00	2.266.311.161,41

Fonte: Bussiness Object - BO 2023

Ainda em análise ao quadro acima, é importante frisar que a Lei nº 9.851/2023 (LOA 2023) consigna no orçamento anual do PJPA apenas com os programas Atuação Jurisdicional e Manutenção de Gestão do Poder Judiciário. Em virtude disto, é evidenciado que o programa Governança Pública não possui registro de qualquer valor na coluna Dotação Inicial. Entretanto durante o exercício de 2023, houve movimentações de crédito que conferiram créditos orçamentários para este programa, possibilitando assim sua execução da despesa (empenho, liquidação e pagamento).

Quadro IV - Dotação por Programa UG 040101

Dotação por Programa UG 040101		
Programa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada
Atuação Jurisdicional	20.707.140,00	4.824.661,84
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	1.651.903.079,00	1.765.528.442,23
TOTAL	1.672.610.219,00	1.770.353.104,07

Fonte: Bussiness Object - BO 2023

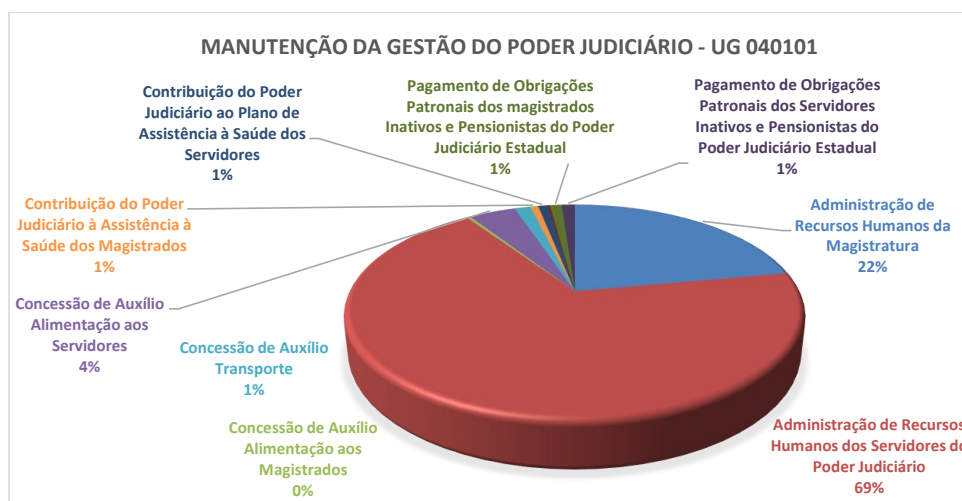




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Em análise à UG 040101, convém fazer algumas observações: percebe-se que o programa “Manutenção da Gestão do Poder Judiciário” foi o que demandou maior volume de recursos, representando 99,7% da Dotação Atualizada, cujas ações foram direcionadas ao custo com pessoal ativo, representado nas rubricas vencimento, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, contribuição para plano de saúde e pagamento de obrigações patronais, conforme ilustrado no gráfico abaixo.

Gráfico 1 - Projetos-Atividade do Programa Manutenção da Gestão - UG 040101



Em análise à UG 040102, percebe-se que os programas “Atuação Jurisdicional” e “Manutenção da Gestão do Poder Judiciário” demandaram, respectivamente, 44,1% e 53,9% dos recursos destinados para esta UG, considerando a Dotação Atualizada.

Quadro V - Dotação por Programa UG 040102

Dotação por Programa UG 040102		
Programa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada
Atuação Jurisdicional	169.271.503,00	209.256.529,86
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	129.895.353,00	255.779.456,88
Governança Pública	0,00	9.939.152,24
TOTAL	299.166.856,00	474.975.138,98

Fonte: Bussiness Object - BO 2023

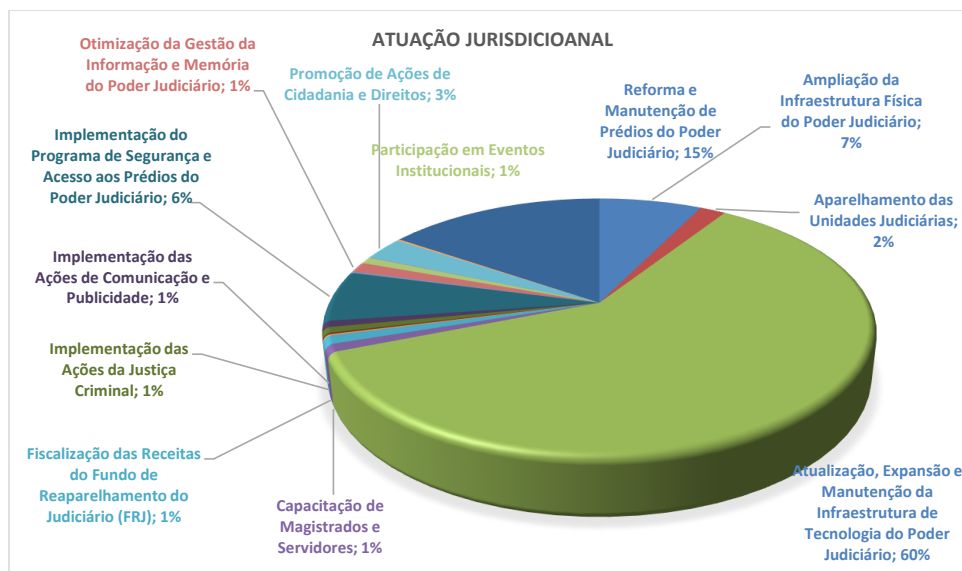




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Ao programa “Atuação Jurisdicional” foram direcionados recursos para operacionalização da efetiva prestação jurisdicional, através das ações: Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário; Promoção de Ações de Cidadania e Direitos; Reforma e manutenção de prédios do Poder Judiciário; Ampliação da Infraestrutura do Poder Judiciário; Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário; Promoção de ações de Cidadania e Direitos; Aparelhamento das Unidades Judiciárias, conforme ilustrado no gráfico abaixo.

Gráfico 2- Projetos-Atividade UG 040102 do programa Atuação Jurisdicional



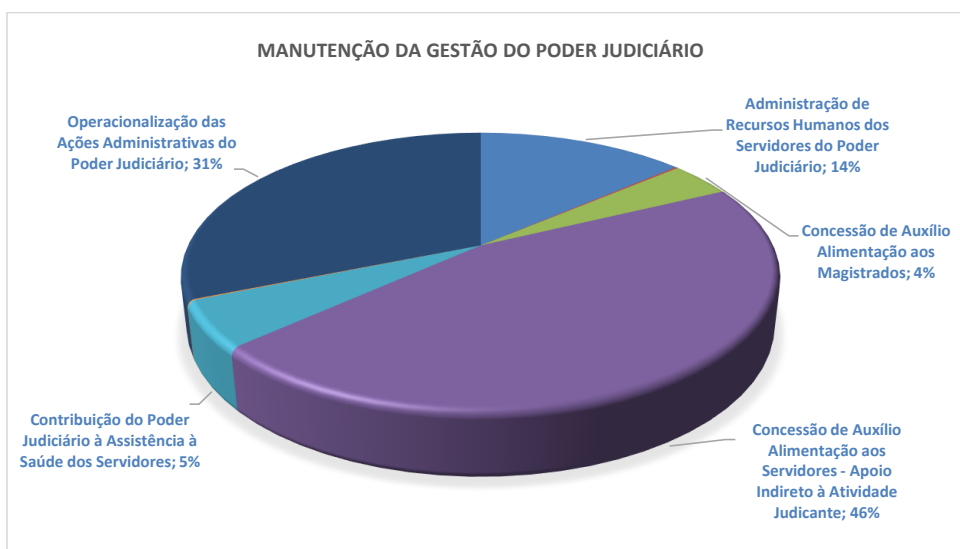
Ao programa “Manutenção da gestão do Poder Judiciário” foram direcionados recursos tanto para Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário, como para custo com pessoal ativo, com recursos direcionados para o pagamento de vencimentos, auxílio-alimentação e contribuição para plano de saúde, conforme ilustrado no gráfico abaixo.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Gráfico 3 - Projetos-Atividade UG 040102 do programa Manutenção da Gestão



Quadro VI - Dotação por Programa UG 040103

Dotação por Programa UG 040103		
Programa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada
Atuação Jurisdicional	11.226.530,00	20.982.918,36
TOTAL	11.226.530,00	20.982.918,36

Fonte: Bussiness Object - BO 2023

Em análise, observou-se que os recursos da UG 040103 foram direcionados exclusivamente ao projeto-atividade “Implementação do Registro Civil pelos Oficinas de Cidadania”, representado com custos em equipamentos, material permanente, indenizações e restituições.

No exercício de 2023, a despesa empenhada na UG 040101 foi de R\$ 1.760.491.731,85; na UG 040102 foi na ordem de R\$ 395.988.409,35; e na UG 040103, foi de R\$ 12.621.831,51, correspondendo, respectivamente, a 99,4%, 83,4% e 60,2% de execução orçamentária da dotação atualizada.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

2. DA ANÁLISE DA GESTÃO

2.1. Avaliação da Gestão de Pessoal

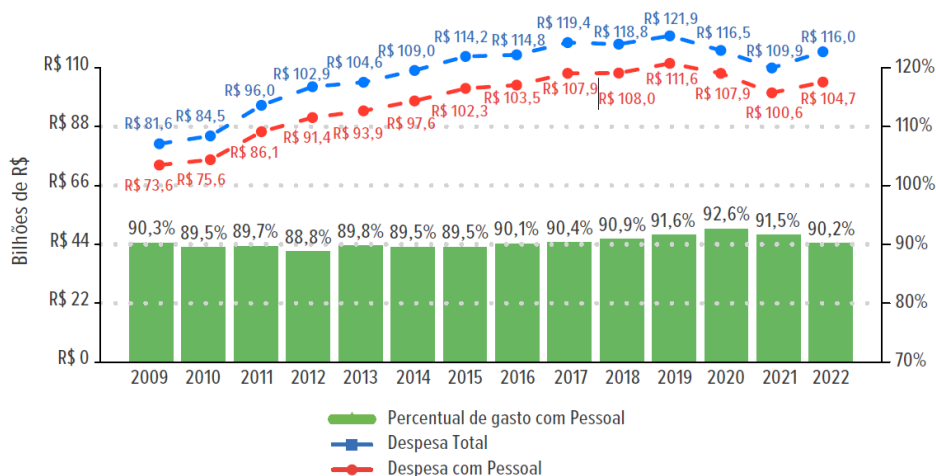
2.1.1. O PJPA no Cenário do Poder Judiciário Brasileiro

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Relatório Justiça em Números de 2023, apresentou dados sobre recursos orçamentários e humanos do Poder Judiciário, com informações sobre despesas, receitas e força de trabalho.

Embora os dados emitidos pelo CNJ sejam do ano-base 2022, uma vez que o citado relatório é a publicação mais recente do órgão, é salutar que se considere tais dados, a fim de observar, em um cenário nacional, os resultados e indicadores sobre a atuação do Poder Judiciário no decorrer dos anos.

Assim sendo, para o orçamento de 2022, as despesas totais do Poder Judiciário nacional foram de R\$ 116 bilhões de reais, o que representa um aumento de 5,5% em relação ao ano de 2021. Desconsiderando o efeito da inflação, o gasto de 2022 foi o equivalente ao ocorrido sete anos atrás, em 2015 e que as despesas do Poder Judiciário apresentaram reduções nos dois anos anteriores (2020 e 2021), especialmente decorrente da queda dos gastos com pessoal. Quanto às despesas com pessoal, os gastos alcançaram um valor de R\$ 104,7 bilhões, um aumento foi de 4,07%.

Gráfico 4 - Série histórica das despesas totais do Poder Judiciário



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2023 (valores deflacionados segundo o IPCA)

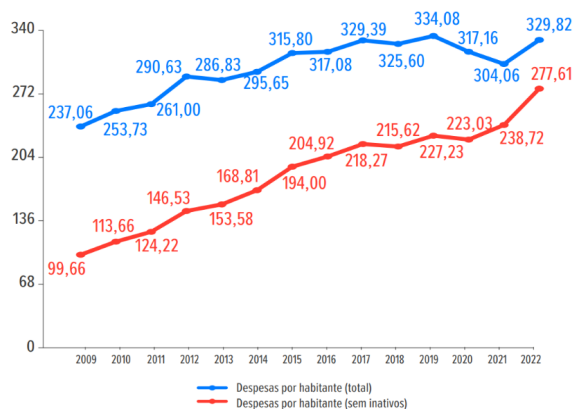




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Ainda, o Relatório aponta que em 2022, o custo pelo serviço da Justiça Estadual foi de R\$ 329,82 por habitante, R\$ 25,76 a mais por pessoa, em relação ao ano anterior, o que representa aumento de 8,47% (Gráfico abaixo). A elevação das despesas por habitante também foi observada quando considerada as despesas referentes a gastos sem os inativos.

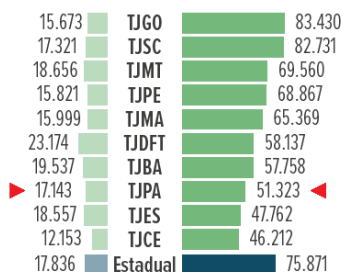
Gráfico 5 - Série histórica das despesas por habitante do Poder Judiciário Estadual



Nesse cenário, observa-se que o PJPA, dentre os dez tribunais de médio porte, encontra-se em oitavo sob o critério de menor custo médio mensal com magistrados(as), sendo este de R\$ 51.323,00, e em quinto lugar, sob o critério de menor gasto com servidores(as), de R\$ 17.143,00.

Gráfico 6 - Custo médio mensal dos tribunais de médio porte com magistrados(as) e servidores(as), incluindo benefícios, encargos, previdência social, diárias, passagens, indenizações judiciais e demais indenizações eventuais e não eventuais - Ano base 2022.

Estadual



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2023



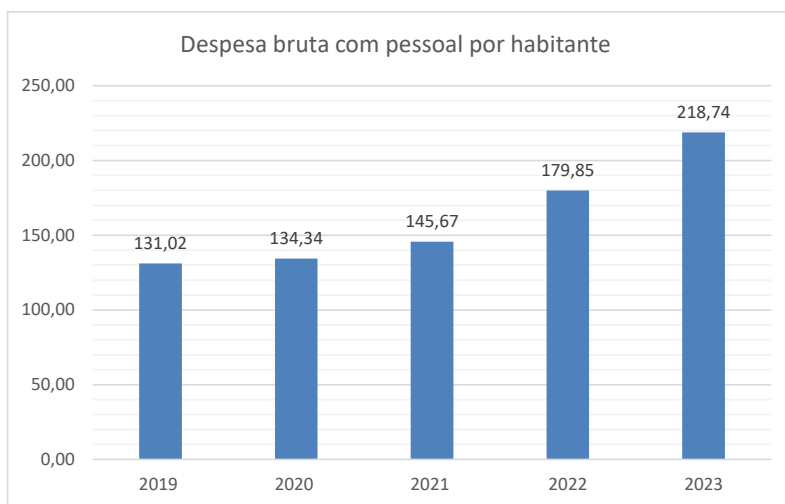


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Nessa linha, o PJPA tem dirigido esforços no intuito de manter os custos com pessoal dentro dos limites orçamentários delineados, tendo-os sob controle, ao mesmo tempo em que busca promover um atendimento de qualidade aos jurisdicionados, bem como garantir o atendimento de novas demandas.

O gráfico abaixo ilustra o referido controle, apresentando a evolução do crescimento da despesa de pessoal por habitante no PJPA, a partir dos últimos cinco anos registrados.

Gráfico 7 - Evolução da despesa de pessoal por habitante



Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal e Projeções da População do IBGE de 2019 à 2023.

O gráfico acima demonstra que, dada a atuação efetiva da gestão de pessoal no PJPA, houve um crescimento da despesa de pessoal por habitante de R\$ 87,72, representando um incremento de 67% entre o período de 2019 a 2023. Utilizando-se o critério de média anual, o incremento foi de 10,79%. Em análise ao cenário nacional, utilizando-se como parâmetro o período de 2019 a 2022, dentre os tribunais de médio porte, o aumento foi 54,50%.

Quanto ao ano de 2023, é importante salientar que a despesa bruta com pessoal, que compõem pessoal ativo e inativo e pensionistas, totalizou o montante de R\$ 1.956.690.905,01, segundo o Relatório de Gestão Fiscal-RGF.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

A tabela que se segue compõe as bases para os cálculos das despesas de pessoal por habitante, cujas fontes são dos Relatórios de Gestão Fiscal do PJPA 3º quadrimestre de cada ano e das projeções da população do Estado do Pará até 2023, publicadas no site <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/panorama>, do IBGE.

Ressalta-se que, as projeções da população do IBGE, referente ao ano de 2022, foram atualizadas, tal atualização está publicada no endereço eletrônico mencionado acima. A atualização foi necessária, visto que, no relatório de prestação de contas do exercício 2022, foi utilizada uma fonte do IBGE desatualizada, que indicava uma projeção menor, de 8.442.962 pessoas. Dessa forma, a atualização permite uma avaliação mais fidedigna da despesa do TJPA por habitante, dos últimos cinco anos.

Quadro VII- Evolução da despesa com pessoal por habitante no TJPA

ANO	Despesa Bruta com pessoal – em R\$	População projetada	Despesa por habitante
2019	1.127.189.262,91	8.602.865	R\$ 131,02
2020	1.167.548.656,83	8.690.745	R\$ 134,34
2021	1.278.603.558,93	8.777.124	R\$ 145,67
2022	1.593.854.936,06	8.861.974	R\$ 179,85
2023	1.956.690.905,01	8.945.219	R\$ 218,74

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/panorama>, do IBGE

2.1.2. Despesas com Pessoal: Um Recorte do Relatório de Gestão Fiscal

No exercício de 2023, por meio de dados extraídos do Relatório de Gestão Fiscal, constata-se que o Poder Judiciário do Estado do Pará teve uma despesa com Pessoal Ativo na ordem de R\$ 1.725.581.804,53. Desse montante, depreende-se que 85,92% correspondem às despesas com Vencimentos e Vantagens, e 14,08% perfazem as Obrigações Patronais.

Quadro VIII- Despesa de pessoal ativo em 2023
Despesas de Pessoal Ativo em 2023

Vencimentos e Vantagens	85,92%	R\$ 1.482.612.623,80
Patronal	14,08%	R\$ 242.969.180,73

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal 2023

No comparativo com o exercício anterior, tem-se que a Despesa com Pessoal Ativo do ano de 2023, apresentou um incremento de 25% em relação ao ano de 2022.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Quanto às despesas de pessoal inativo e pensionistas em 2023, o quadro abaixo retrata valores que totalizam R\$ 231.109.100,48, indicando um acréscimo de 8%, aproximadamente, comparada com a despesa de 2022 para esta mesma conta conta.

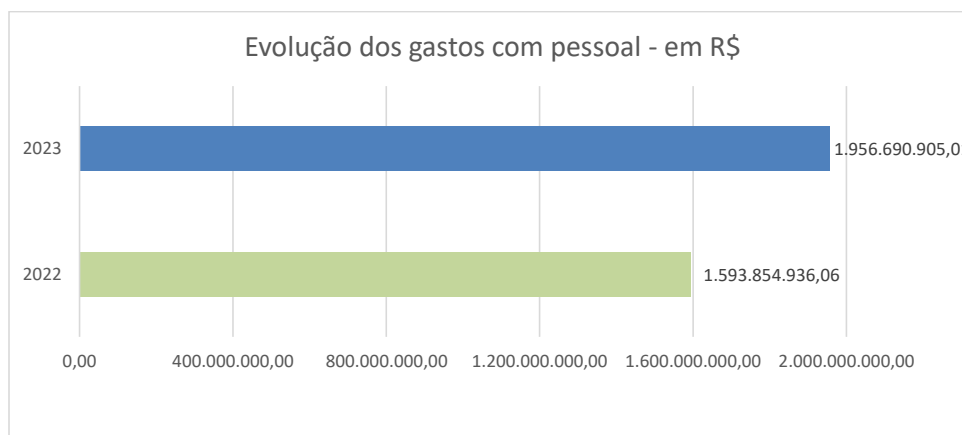
Quadro IX - Despesa de pessoal inativo e pensionistas em 2023
Despesas de Pessoal inativo e pensionistas em 2023

Aposentadorias, Reservas e Reformas 76,80%	R\$ 177.488.795,44
Pensões 23,20%	R\$ 53.620.305,04

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal 2023

Dessa forma, o montante da despesa com pessoal ativo, inativos e pensionistas em 2023 foi de R\$ 1.956.690.905,01, uma variação de 22,76% do ano anterior, que foi de R\$ 1.593.854.936,06.

Gráfico 8 - Evolução dos gastos com pessoal



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal 2022 e 2023

Ressalta-se que mesmo com o aumento da Despesa com Pessoal no ano de 2023, o PJP cumprimos os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, posto que a Despesa Total com Pessoal representou 3,72% sobre a Receita Corrente Líquida do Estado do Pará, que foi de R\$ 36.069.091.339,21, ficando abaixo do primeiro limite estabelecido na LRF para o Poder Judiciário, qual seja, o Limite de Alerta representado por 5,40%.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

2.1.3. Execução Físico-Financeira das Ações do PPA 2023

Em uma análise acerca da Execução Físico-Financeira das Ações, no âmbito da Gestão de Pessoas, presentes no Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA, exercício 2023, elaborado pela Coordenadoria de Gestão Estratégica do PJPA, destacam-se os pontos a seguir.

Quadro X - Programas e Ações – Gestão de Pessoas

PROGRAMA/ Ação	Área Atendida ¹	UO ²
1. ATUAÇÃO JURISDICIONAL		
Ampliação do quadro funcional de servidores	1º, 2º, AI	TJE
Capacitação de Magistrados e Servidores	1º, 2º, AI	FRJ
Promoção da Política de Saúde de Magistrados e Servidores	1º, 2º, AI	FRJ
2. MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO PODER JUDICIÁRIO		
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde dos Servidores	1º, 2º, AI	TJE e FRJ
Concessão de Auxílio Alimentação aos servidores	1º, 2º, AI	TJE e FRJ
Concessão de Auxílio Alimentação aos magistrados	1º, 2º	TJE e FRJ
Concessão de Auxílio Transporte	1º, 2º, AI	TJE
Assistência Médica e Odontológica	1º, 2º, AI	FRJ
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário	1º, 2º, AI	TJE e FRJ
Administração de Recursos Humanos da magistratura	1º, 2º	TJE
Pagamentos de obrigações Patronais dos servidores inativos e Pensionistas do Poder Judiciário Estadual	1º, 2º, AI	TJE

¹ Áreas: 1º e 2º grau, e Apoio Indireto

² Unidade Orçamentária

2.1.3.1. Ações de Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

O PJPA trabalha vários aspectos da gestão de pessoas por meio do macrodesafio, do Planejamento Estratégico, denominado Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas. Este macrodesafio refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição. Dentre as ações desenvolvidas no ano de 2023 que contribuíram para a melhoria da Gestão de Pessoas destacam-se:





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

- **Ampliação do quadro funcional de servidores**

Em relação às ações voltadas para o 1.º Grau, pertencentes ao Programa Atuação Jurisdicional, identifica-se que foram nomeados 26 servidores no exercício de 2023, equivalente à 200% da meta física programada, que seriam 13 servidores nomeados. O relatório informa ainda que *houve a necessidade de ampliar a força de trabalho com a priorização do 1º grau e ampliação do quadro de oficiais de justiça avaliador*. Para o quadro funcional do 2º grau, não houve execução. E do Apoio Indireto, foram executadas duas unidades de cinco programadas.

Quanto a ampliação do quadro funcional de magistrados, *não foram providos, face não haver candidatos aprovados no concurso a serem convocados*.

No aspecto financeiro, a ação Ampliação do quadro funcional de servidores consumiu 99% da dotação orçamentária, e alcançou 105% da meta física programada.

- **Capacitação de Magistrados e Servidores**

Conforme Relatório Anual de Avaliação do PPA 2020-2023, exercício de 2023, o Objetivo 2 (Promover a Governança Judiciária) do Programa “Atuação Jurisdicional”, promoveu **2.768** capacitações de Magistrados e Servidores do 1º grau, 2º grau e Apoio indireto a atividade judicante (FRJ), das 2.515 programadas, um incremento de 10.06%.

A formação de magistrados e servidores durante o ano de 2023 contemplou a realização de cursos de formação inicial para magistrados e servidores, cursos para formação continuada de servidores, cursos regulares para magistrados, curso de Pós-Graduação e treinamentos, nas modalidades remoto e autoinstrucionais.

Além disso, destacam-se o início do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Processual Civil e a contratação do Curso de Pós-Graduação Especialização em Execução de Ordens Judiciais para Oficiais de Justiça do TJPA.

A EJPA alcançou 100% dos pontos nos requisitos do Prêmio CNJ de qualidade do ano de 2023, formando o público interno em assuntos como: direitos humanos, gênero, raça, etnia e inovação, sendo, inclusive, indicada como uma das finalistas do





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Prêmio Judiciário Exponencial através do Projeto “Decola EJPA!”. Outro destaque se faz às temáticas sobre nova lei de licitações e questões financeiras/orçamentárias, as quais foram objeto de formações durante o ano de 2023.

Ademais, em que pese o não alcance do número programado para a Ação Capacitação de Magistrados e Servidores – 2º Grau – FRJ (168 unidades de 295), a EJPA ofertou cursos específicos ao referido público durante o período, realizando formações para seis turmas envolvendo a temática de precedentes.

- **Promoção da Política de Saúde de Magistrados e Servidores**

No Programa “Atuação Jurisdicional”, por meio da ação “Promoção da Política de Saúde de Magistrados e Servidores – FRJ”, o Poder Judiciário do Estado do Pará realizou 209 eventos de atenção à saúde, como *webinários*, *lives*, palestras com transmissão ao vivo, cartilhas, folders relacionados à saúde mental, não sendo possível a quantificação do público beneficiado, superando a meta inicial, de 74 eventos, em 182%.

Destaca-se que as Campanhas de Vacinação contra o H1N1, H3N2, Meningite C, Covid-19, que tem por objetivo imunizar o corpo funcional do TJPA; testes rápidos (HIV, Sífilis, Hepatite B e C); exames periódicos de saúde, que visa promover a saúde integral; campanhas educativas de saúde; ginástica laboral; feira de artesanato e de produtos orgânicos; avaliação do posto de trabalho para a análise de riscos ambientais; corrida do Judiciário; além de entrevistas mensais com tema em saúde na rádio web.

- **Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde dos Servidores e magistrados**

Conforme verificado no Relatório de avaliação do PPA do exercício 2023 estas ações referem-se à vinculação dos membros e servidores do 1º e 2º grau e apoio ao plano de assistência à saúde, abrangendo 5.028 usuários(as). Nos valores executados foi considerado a parte patronal do Plano de assistência à Saúde da Unimed e o reembolso do auxílio saúde.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Verificando o quadro referente à esta ação, quando agrupado os recursos das áreas do 1º grau, 2º grau e Apoio, observou-se que as tiveram suas execuções financeira de 81,08%, 81,14% e 83,48% para uma execução física de 93,60%, 110% e 97,02%, respectivamente, demonstrando um equilíbrio físico-financeiro dos recursos nessas áreas.

Quanto a Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde dos Magistrados, observa-se no quadro abaixo, que a ação para o 1º grau apresentou um incremento de 34.000% da meta física programada, retratando uma superação extraordinária da meta física programada.

Quadro XI - Contribuição do PJPA ao Plano de Assistência à Saúde dos magistrados

Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde dos Magistrados – 1º grau - TJE	11.065.742	11.065.742	100,0%	Beneficiário atendido (Un)	1	340	34.000,0%
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde dos Magistrados – 2º grau - TJE	603.253	601.441	99,7%	Beneficiário atendido (Un)	33	28	84,8%

Para esta superação, a unidade executora apresentou justificativa apontando o equívoco na aplicação da unidade de medida referente ao grupo de magistrados do 1º grau. Foi informado no Planejamento Estratégico para a meta física 1 (um) beneficiário atendido, considerando o grupo de magistrados, quando o adequado seria utilizar a unidade de medida especificada por indivíduo. Segundo a unidade executora, o correto para o preenchimento da meta física para este projeto atividade seria 340 beneficiários atendidos. Por este motivo o percentual se apresenta no valor de 34.000%. Deste modo, a unidade executora considera que não deve ser classificada a performance desta ação.

- **Concessão de Auxílio Alimentação aos servidores e aos magistrados**

Para esta ação, no âmbito do 1º e 2º grau, além do Apoio Indireto à área Judicante, foi utilizado o montante de R\$ 186.517.188,00, por meio dos fundos FRJ e TJE, correspondendo a 100% da dotação (OGE 2023), para o atendimento de 4.878 servidores(as) beneficiados com o auxílio alimentação, com alcance de 108% da meta física estabelecida.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Quando observado a mesma ação para o atendimento dos magistrados do 1º e 2º grau (FRJ e TJE), constatou-se a execução de 99% e 92% da dotação financeira aproximadamente, para uma metafísica de 173,6% e 103%, respectivamente, referente aos 395 magistrados(as) beneficiados(as) com auxílio alimentação.

- **Concessão de Auxílio Transporte**

De acordo com o Relatório Anual de Avaliação do PPA 2020-2023, exercício de 2023, a concessão de Auxílio Transporte alcançou 2.399 servidores do 1º e 2º grau, e do Apoio indireto a atividade judicante (TJE), 80,77% do total programado. Quanto à ordem financeira, para este atendimento, foi executado o montante de R\$ 23.935.434,00, 99,9% da dotação atualizada.

- **Assistência Médica e Odontológica**

Por meio da Ação “Assistência Médica e Odontológica - FRJ”, do Programa “Manutenção da Gestão do Poder Judiciário”, foram realizados 4.978 atendimentos, sendo 3.076 de consultas médicas e 1.902 de consultas odontológicas, e destas, foram gerados 6.317 procedimentos odontológicos.

Além dos atendimentos, consultas e procedimentos citados acima, foram realizados os seguintes serviços de assistência médica e odontológica que não são contabilizados no Plano de Gestão, sendo estes:

- 124 avaliações pré-admissionais odontológicas e médica e psicológicas, por não se caracterizarem como de natureza assistencial;
- atividades de natureza pericial (remoção, relocação, revisão de aposentadoria, avaliação para Isenção de IRPF etc.), que são avaliadas pela Junta de Saúde,
- 2.255 atendimentos/acompanhamentos psicossociais, e de saúde ocupacional aos magistrados e servidores;
- conjunto de atividades de natureza preventiva e de promoção da saúde realizado pelas equipes que compõe a Coordenadoria de Saúde e que integram a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores;
- 6.000 consultas e procedimentos de enfermagem.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

O Relatório de avaliação do PPA 2023 ressalta que nas consultas médicas e odontológicas não estão contempladas as atividades de natureza pericial (remoção, relocação, Revisão de Aposentadoria, Avaliação para Isenção de IRPF etc.), que são avaliadas pela Junta de Saúde, nem as avaliações pré-admissionais médicas, odontológicas e psicológicas, pois não se caracterizam como de natureza assistencial. Também não fazem parte desse quantitativo 2.255 atendimentos/acompanhamentos psicossociais, e de saúde ocupacional aos magistrados e servidores, bem como o conjunto de atividades de natureza preventiva e de promoção da saúde realizado pelas equipes que compõe a Coordenadoria de Saúde e que integram a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores.

Ainda, não foram contabilizados 6.000 consultas e procedimentos de enfermagem. Outro ponto a ser destacado é que, se comparado ao ano anterior, houve significativo aumento do nº de atendimentos assistenciais executados, mas uma redução do nº previsto para este ano, devido a uma ênfase maior nas ações de Promoção à saúde.

- **Administração de Recursos Humanos dos Servidores e da magistratura**

Quanto às ações voltadas para a execução da folha de pagamento dos servidores do TJPA, estas totalizam oito pertencentes ao programa Manutenção da Gestão do Poder Judiciário, sendo seis para pagamento de servidores e duas de magistrados, conforme quadro abaixo.

Quadro XII – Programa e Ação-Projeto Atividade

Programa	Ação - Projeto-Atividade
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário- 1º grau - TJ
	Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário- 1º grau - FRJ
	Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário- 2º grau - TJ
	Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário- 2º grau - FRJ
	Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário- Apoio - TJ
	Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário- Apoio- FRJ
	Administração de Recursos Humanos da magistratura 1º grau - TJ
	Administração de Recursos Humanos da magistratura 2º grau - TJ

Fonte: Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023 – Exercício 2021





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

De acordo com o Relatório Anual de Avaliação do PPA 2020-2023 - Exercício 2023, os valores executados por meio do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário – FRJ, correspondem aos rateios para Oficiais de Justiça, estabelecido pela Lei nº 8.328/2015.

Conforme o relatório, em relação as demais ações, a unidade executora informa que houve uma programação superestimada, justificando a meta física executada aquém da prevista, como o que foi verificado na ação do Apoio Indireto à Judicante – FRJ, que teve duas unidades executadas, representando 3,9% do total das 51 programadas.

Para as ações pertinentes à unidade jurisdicionada “Tribunal de Justiça do Pará-TJE”, verificou-se que as três ações desta conta, referente às áreas do 1º grau, 2º grau e Apoio, tiveram suas execuções financeira de 99,9%, 99,7% e 97,7% para uma execução física de 106,2%, 28,3% e 85,6%, respectivamente.

As últimas duas ações do Quadro 07, voltadas para execução do pagamento dos magistrados do TJPA, também pertencentes ao programa Manutenção da Gestão do Poder Judiciário, demonstram uma relação físico-financeira em consonância com o previsto, posto que o valor financeiro realizado foi de 98,9% e 98,8% para uma meta física de 123,6% e 97,0%, respectivamente.

- **Pagamentos de obrigações Patronais dos servidores Inativos e Pensionistas**

Esta ação atendeu 661 servidores inativos e pensionistas e 111 magistrados inativos e pensionistas, correspondendo da meta física programada, 62% e 11.110%, respectivamente.

Nota-se uma discrepância no resultado da meta física, especificamente a que se refere ao Pagamentos de obrigações Patronais dos magistrados Inativos e Pensionistas. Conforme verificado, houve uma meta física superestimada (1.064) para servidores Inativos e Pensionistas, enquanto, para meta física dos magistrados, ocorreu uma programação subestimada, de apenas 1 unidade.

Para a realização das duas ações foram desembolsados R\$ 37.003.067,00, correspondendo 99% da dotação atualizada, aproximadamente.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

2.1.4. Outras Informações Relacionadas a Pessoas

Quanto a outros aspectos gerenciais relacionados à Gestão de Pessoas, coletou-se dados junto à Secretaria de Gestão de Pessoas deste PJPA, o que possibilitou à SEAUD proceder uma avaliação ainda mais ampla em temas como progressão funcional e estágio probatório, como se pode constatar através do quadro abaixo.

Quadro XIII - Quadro resumo da evolução de servidores

	Em 2022	Em 2023
Servidores que obtiveram progressão funcional (vertical e horizontal) do Quadro de Servidores do TJPA	1.614	696
Servidores com avaliação positiva no Estágio Probatório e que adquiriram o direito a estabilidade	267	50
Servidores com Processos Administrativos abertos (servidores que ainda não completaram 03 anos)	253	323

Fonte: Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal/SEGEP

Além disso, este PJPA vem mantendo o teletrabalho, instituído pela Portaria nº 2738/2020-GP, de 01 de dezembro de 2020, no qual 503 servidores realizaram suas atividades laborais à distância em 2023.

2.2. Avaliação da Gestão de Compras e Contratações

2.2.1. Das Licitações

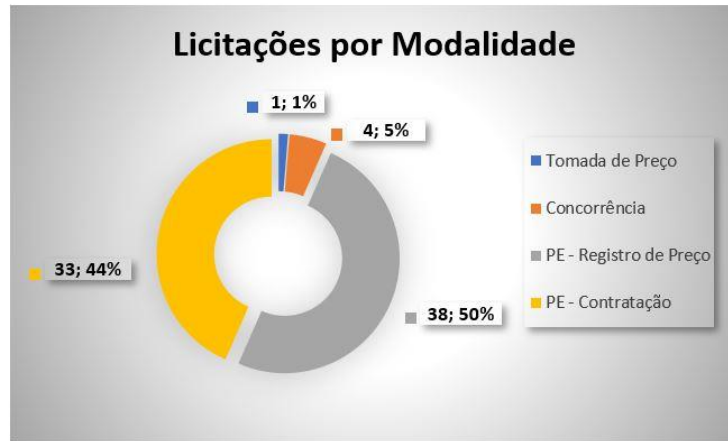
No decorrer do exercício 2023, o Poder Judiciário do Estado do Pará (PJPA) realizou 81 procedimentos licitatórios visando as aquisições de bens e contratações de serviços necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Gráfico 9 – Licitações por modalidade



As modalidades de licitações realizadas pelo PJPA foram distribuídas no decorrer do ano de 2023 da seguinte forma:

- **Concorrência:** nesta modalidade foram realizados quatro certames para realização de obras e serviços de engenharia, com valores homologados totalizando R\$ 14.327.012,62;
- **Tomada de Preços:** um certame para realização de obra e serviço de engenharia, com valor homologado totalizando R\$ 1.235.766,71; e
- **Pregão Eletrônico:** foi a modalidade licitatória mais utilizada para as aquisições e contratações realizadas pelo PJPA no exercício 2023. No total, foram realizadas 71 licitações na modalidade em epígrafe, sendo 38 pelo Sistema de Registro de Preços e 33 no modelo ordinário da modalidade, para aquisição de material de consumo, material permanente, contratação de obras e serviços de engenharia, de serviços de terceiros, terceirização, contratos de TI, dentre outros. Pelo Sistema de Registro de Preços, os valores homologados em licitação totalizaram R\$ 120.905.613,66. Já pela via comum do Pregão Eletrônico, os valores homologados em licitação totalizaram R\$ 70.920.111,97.

Os valores estimados de todas as licitações publicadas no exercício totalizam R\$ 373.611.355,16. Cumpre considerar, contudo, o total de oito certames desertos, fracassados, revogados, suspensos ou ainda em andamento, com valores estimados que somam a quantia de R\$ 78.337.013,01.



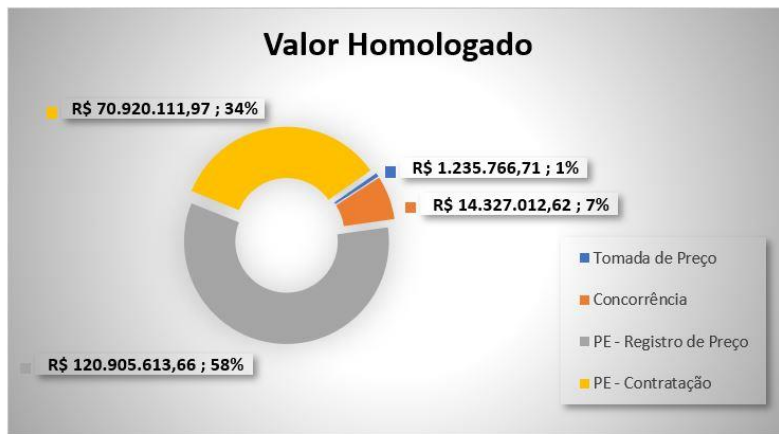


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

No total, considerando todas as licitações realizadas, excluindo as licitações fracassadas, revogadas e as ainda não finalizadas, os valores homologados totalizaram R\$ 207.266.114,96.

Gráfico 10 – Valor homologado

Valor Total Homologado
R\$ 207.266.114,96



Os procedimentos licitatórios dos quais resultaram contratações possibilitaram a este PJPA a seleção das propostas mais vantajosas, o que proporcionou um deságio total de 29,8% em relação ao valor previamente estimado para tais contratações, o que representou uma economia de R\$ 88.008.227,19.

Quadro XIV– Deságio no valor contratado

Deságio no Valor Contratado

Valor Total Estimado R\$ 454.388.710,32:

- Valor Estimado 1 R\$ 344.152.633,53¹

- Valor Estimado 2 R\$ 110.236.076,79²

Valor Total Homologado R\$ 278.051.350,54

¹Licitações das quais resultaram contratações.

²Licitações desertas, fracassadas, revogadas, etc.

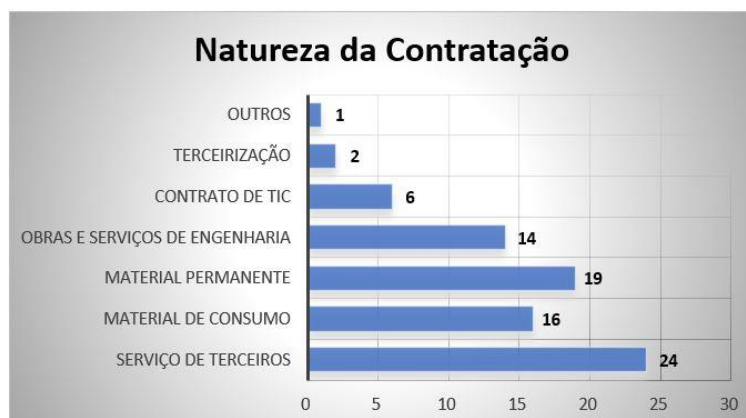




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

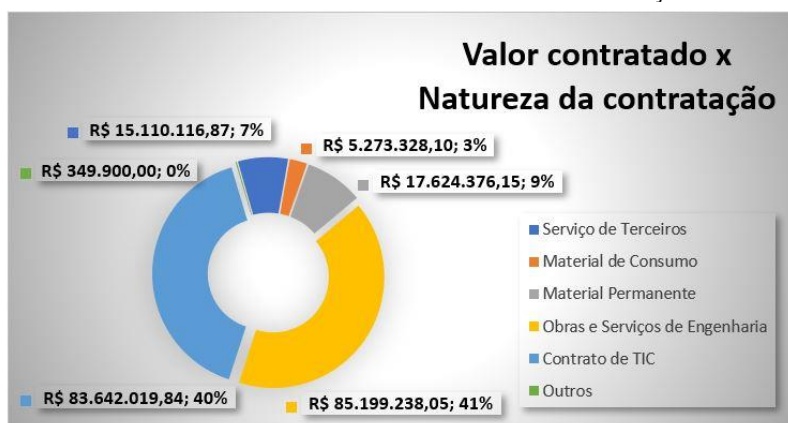
Em relação à natureza das contratações, o maior número de certames foi concentrado na categoria *Serviço de Terceiro*, tendo sido realizados 24 procedimentos licitatórios visando contratações desta natureza.

Gráfico 11 – Natureza da contratação



As contratações de *Obras e Serviços de Engenharia* foram responsáveis pela maior fatia de recursos orçamentários utilizados nas contratações, em percentual equivalente a 41% do valor total contratado pelo PJPA em 2023. Nesta categoria, o PJPA contratou reforma e ampliação do Fórum de Barcarena, no valor de R\$ 4.690.052,97, reforma da nova sede da Escola Judicial, no valor de R\$ 4.393.139,76, dentre outras obras e serviços.

Gráfico 12 – Valor contratado x Natureza da contratação





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

2.2.2. Das Dispensas e Inexigibilidades

Em respeito ao princípio da supremacia do interesse público, a Constituição Federal exige, como regra geral, que a Administração realize licitação prévia para formalizar suas contratações, a fim de obter propostas mais vantajosas para o erário público. Porém, há situações em que a licitação formal se mostra impossível ou frustrante à realização adequada das funções administrativas. A legislação previu situações em que a Administração tem a faculdade de proceder contratações diretas, estabelecendo hipóteses em que a licitação é dispensável ou inexigível.

Assim, foram informadas na Relação de Dispensas e Inexigibilidades (modelo M.10), 111 contratações/aquisições realizadas por procedimentos de contratação direta, mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Cumpra observar que, nos termos definidos na planilha modelo, não foram relacionadas as dispensas de licitação fundamentadas no art. 24, incisos I e II da Lei nº 8.666/1993 e as fundamentadas no art. 75, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

- **Dispensas (Art. 24, Lei nº 8.666/1993 e Art. 75 da Lei nº 14.133/2021)**

Foram realizadas duas contratações por meio de dispensa de licitação, fundamentadas no inciso X do artigo 24 da Lei nº 8.333/1993.

O valor total da despesa realizada com contratações oriundas de dispensa de licitação foi de R\$ 8.740.638,60, em contratos de aluguel (locações de imóveis).

Quadro XV – Resumo das Dispensas de Licitação

Fundamentação Legal	Natureza da Contratação	Objeto	Contrato nº	Valor Contrato
Art. 24, X Lei nº 8.333	Aluguel	Locação de imóvel para o Arquivo Geral de Santarém	2023/115	R\$ 612.000,00
		Locação de imóvel para instalação de quatro Turmas Recursais dos Juizados Especiais	2023/114	R\$ 8.128.638,60
Valor Total das Dispensas de Licitação				R\$ 8.740.638,60

- **Inexigibilidades (Art. 25, Lei nº 8.666/1993 e Art. 74 da Lei nº 14.133/2021)**

Já no que se refere às contratações diretas efetuadas pelo PJPA em 2023 mediante inexigibilidade de licitação, foram realizados 109 procedimentos, sendo 50 procedimentos fundamentados no artigo 25, da Lei nº 8.666/1993 e 59 procedimentos fundamentados no artigo 74 da Lei nº 14.133/2021.





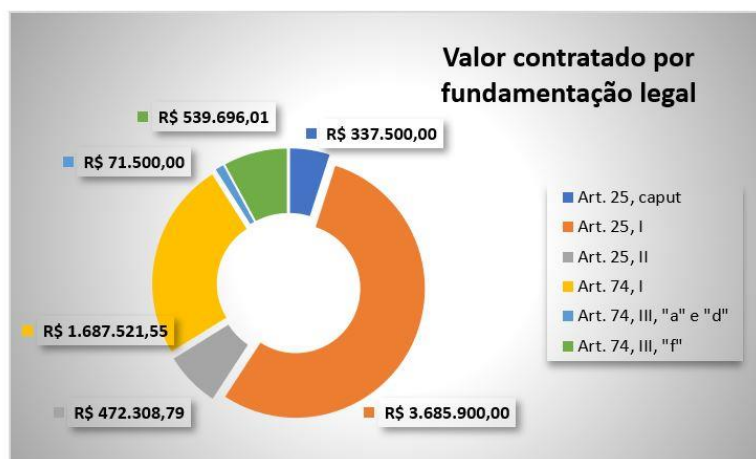
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Destes, 54 procedimentos foram fundamentados no artigo 74, inciso III alínea f, da Lei nº 14.133/2021, cujo objeto principal foi a contratação de cursos e docentes (professores, tutores e conteudistas), o que equivale a 49% do total de inexigibilidades formalizadas pelo PJPA no exercício.

No que tange aos recursos orçamentários utilizados, o valor das despesas com contratações por inexigibilidade de licitação totalizou R\$ 6.794.426,35.

A contratação fundamentada no artigo 25, inciso I da Lei nº 8.666/1993 foi a que consumiu a maior fatia dos recursos utilizados, tendo sido gasto R\$ 3.685.900,00, o que equivale a 54% do valor total.

Gráfico 13 – Inexigibilidade – Valor contratado por fundamentação legal



O maior volume de contratações diretas por inexigibilidade de licitação foi para *contratos de TI* cujas despesas totalizaram R\$ 5.276.167,42, o que corresponde a 77% do valor total gasto com contratações fundamentadas no artigo 25 da Lei nº 8.666/1993 ou no artigo 74 da Lei nº 14.133/2021.

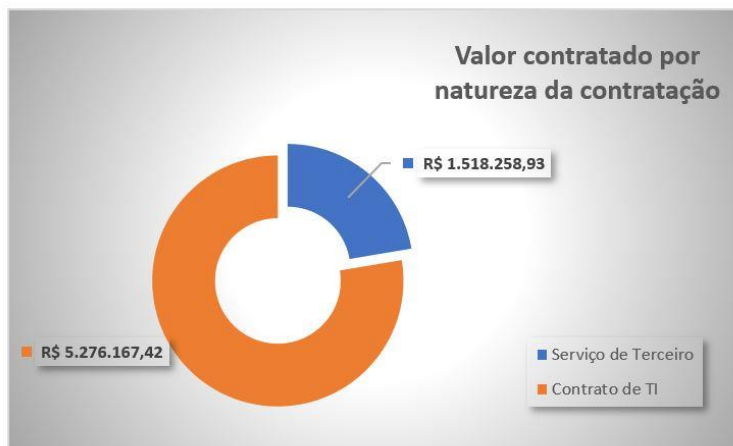
A contratação de maior impacto orçamentário foi a de natureza *Contrato de TI*, relativa a serviços de manutenção, suporte e customização adaptativa do Sistema Integrado de Gestão Pública do TJPA, no valor de R\$ 3.685.900,00.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Gráfico 14 – Inexigibilidade – Valor contratado por natureza da contratação



2.2.3. Dos Contratos Vigentes em 2023

- **Dos contratos celebrados em 2023**

No exercício 2023, o Poder Judiciário do Estado do Pará celebrou 113 novos contratos, originados de procedimentos licitatórios, de adesões a atas de registro de preços ou por meio de contratações diretas por dispensas ou inexigibilidades de licitação, conforme demonstrativo abaixo:

- 69 contratos formalizados através de dispensa de licitação
- 26 contratos decorrentes de pregões eletrônicos;
- oito contratos formalizados através de inexigibilidade de licitação;
- seis contratos originados de adesão a atas de registro de preços de outros órgãos; e
- quatro contratos decorrentes de concorrência.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Gráfico 15 – Quantitativo de contratos celebrados em 2023, por modalidade de licitação



Os contratos pactuados em 2023 apresentaram valores iniciais totais de R\$ 131.204.530,67. Todavia, após a realização de termos aditivos e demais ajustes contratuais, os contratos celebrados em 2023 tiveram valores atualizados, totalizando R\$ 134.681.649,83.

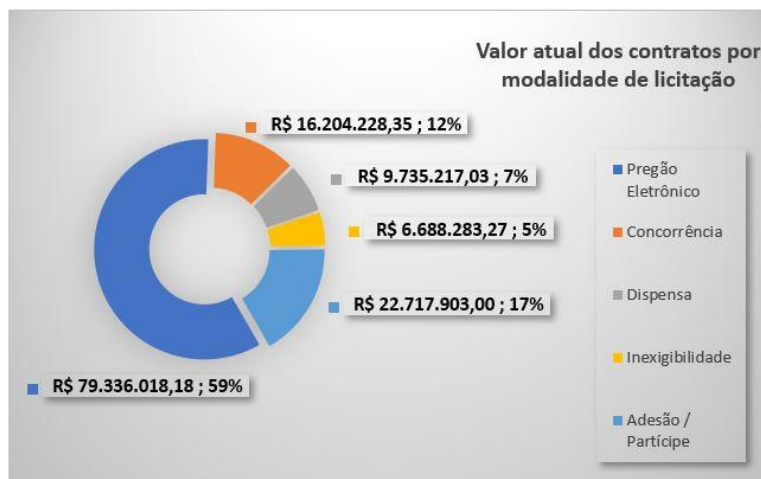
Em relação às modalidades de licitação e as contratações delas decorrentes, os contratos originados de pregões eletrônicos foram os que representaram o maior volume de despesas efetuadas pelo PJPA em 2023, totalizando R\$ 79.336.018,18, o que equivale a 59% de toda a despesa realizada pelo PJPA com os contratos administrativos firmados no exercício.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

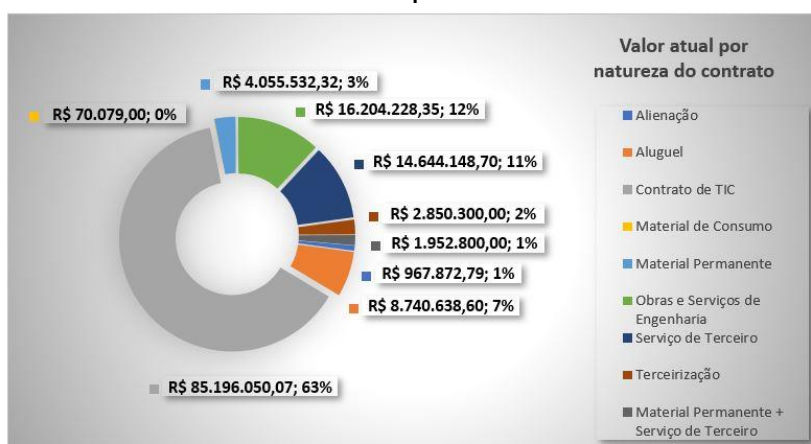
Gráfico 16 – Valor atual por modalidade de licitação



Já no que se refere à natureza das contratações, o maior volume diz respeito aos *Contratos de TIC*, cujos valores totalizam R\$ 85.196.050,07, representando 63% das contratações formalizadas no exercício de 2023.

Em segundo lugar no *ranking* de contratações mais volumosas no que tange aos recursos orçamentários utilizados, representando 12% do total, estão os contratos de *Obras e Serviços de Engenharia*, cujos valores totais foram de R\$ 16.204.228,35.

Gráfico 17 – Valor atual por natureza do contrato





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

- **Contratos celebrados em exercícios anteriores, vigentes em 2023**

Além dos contratos formalizados no exercício de 2023, o Poder Judiciário do Estado do Pará realizou despesas relacionadas a 184 contratos vigentes, celebrados em exercícios anteriores, conforme demonstrativo abaixo:

Gráfico 18 – Quantitativo de contratos celebrados em exercícios anteriores



Os contratos formalizados em exercícios anteriores, ainda vigentes em 2023, apresentavam valores iniciais totais de R\$ 302.710.917,06. Todavia, após a realização de termos aditivos e demais ajustes contratuais, os contratos de exercícios anteriores tiveram valores atualizados, totalizando R\$ 335.823.471,32.

Os contratos vigentes mais antigos, pactuados entre os exercícios de 2006 a 2017, referem-se em sua maioria a contratos de locação de imóveis para instalação e funcionamento de unidades judiciais e administrativas do TJPA.

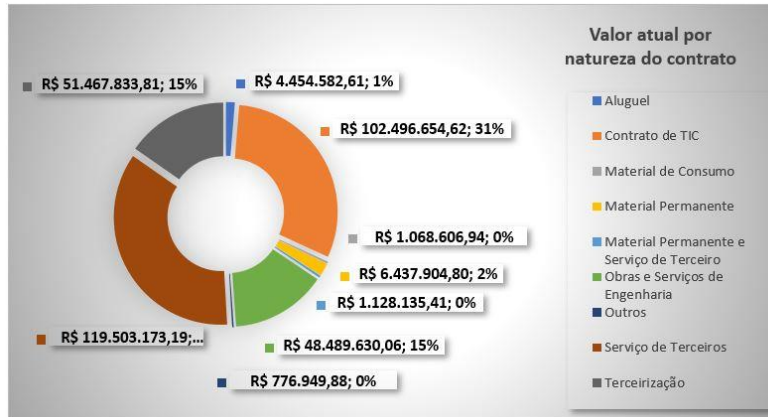
Em relação à natureza dos contratos, o maior volume de despesas diz respeito aos contratos referentes a *Serviços de Terceiros*, cujos valores totalizam R\$ 119.503.173,19, representando 35% das contratações formalizadas em exercícios anteriores, vigentes em 2023. Em segundo lugar, representando 30% do total, estão os *Contratos de TIC*, cujos valores totais somam R\$ R\$ 102.496.654,62.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Gráfico 19 – Valor atual por natureza do contrato



2.3. Avaliação da Gestão de Obras e Serviços de Engenharia

2.3.1. Execução de Obras e Serviços de Engenharia

Atualmente o PJPA conta com um acervo de 224 imóveis utilizados para prestação jurisdicional, distribuídos em 121 comarcas, os quais demandam constante atenção e cuidado, posto o seu grau de relevância no mister do órgão.

Nesse sentido, os esforços internos para gerenciar essas demandas foram atribuídos à Secretaria de Engenharia e Arquitetura - SEENG, a quem compete, na medida de sua delegação, estabelecer medidas de restauro, conservação, manutenção e expansão de referido acervo.

No que se refere ao Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2024, exercício 2023, o volume de recursos alocados em obras e serviços de engenharia no **programa Atuação Jurisdicional**, com o objetivo de Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica foi na ordem de **R\$ 47.684.543,00** e o realizado foi no valor de **R\$ 27.331.957,00**, refletindo **49,58%** do previsto.

Apesar do programa Atuação Jurisdicional abranger as ações que envolvem as obras e serviços de engenharia do PJPA, o Poder Executivo criou o programa Governança Pública, o objetivo de prover a governabilidade do Poder Executivo, e abarcar, entre outras ações, as obras de construção e conservação, por meio de





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Termo de Execução Descentralizada – TED, pelo qual delega competência, ao Tribunal de Justiça, para a gestão e execução da ação que realizam em parceria.

O referido programa possui ação única, qual seja, Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais, e nela estão contidas obras de construção de dois novos Fóruns.

Os recursos previstos para o **programa Governança Pública** foram na ordem de **R\$ 9.939.152,00** e o executado foi no valor de **R\$ 4.192.217,00**, o que representa **42,2%** do programado.

Segue abaixo planilha e gráfico com a representação da execução financeira, com a dotação prevista e o desembolso efetivamente realizado no exercício.

Quadro XVI - Execução físico-Financeira

Programa	Ação	Execução da Despesa					Meta física		
		Dot/ Atualizada OGE 2023	Executado R\$	Exec. %	Disponível R\$	Disp. %	Progr. un	Exec. un	Exec. %
Atuação Jurisdicional	Ampliação da Infraestrutura Física	15.177.764,00	7.525.665,00	49,58%	7.652.099,00	50,42%	21	9	42,86%
	Reforma e Manutenção de Prédios	32.506.779,00	19.806.292,00	60,93%	12.700.487,00	36,08%	92	139	151,09%
Governança Pública	Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais - SEDOP	9.939.152,00	4.192.217,00	42,2%	5.746.935,00	57,8%	0	2	-
TOTAL		57.623.695,00	31.524.174,00	54,7%	26.099.521,00	45,3%	113	150	132,7%

Fonte: B.O e Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023 – Exercício 2023

No quadro acima percebe-se que a meta programada logrou êxito, visto que o percentual de execução físico geral foi de 132,7% alcançado com 54,7% de execução financeira.

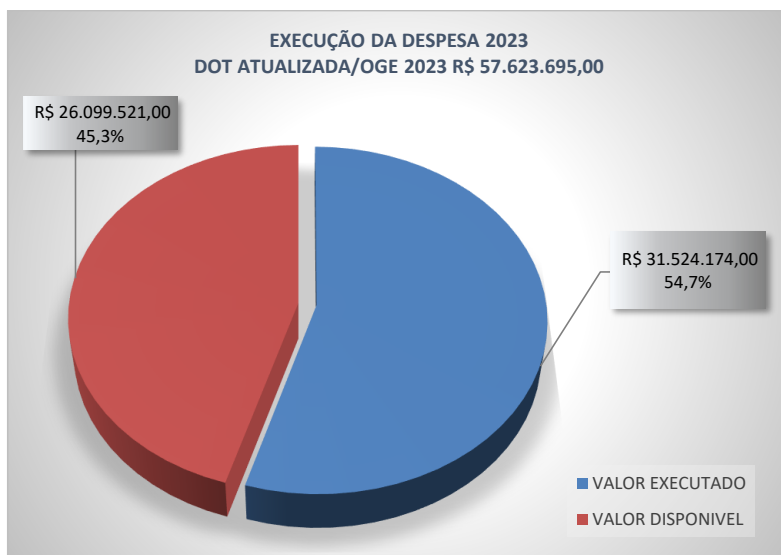
O gráfico a seguir, alusivo às Obras e Serviços de Engenharia, representa a participação da execução da despesa sobre a dotação atualizada de R\$ 57.623.695,00.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Gráfico 20 – Executado x Disponível



Fonte: B.O. e Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023 – Exercício 2023

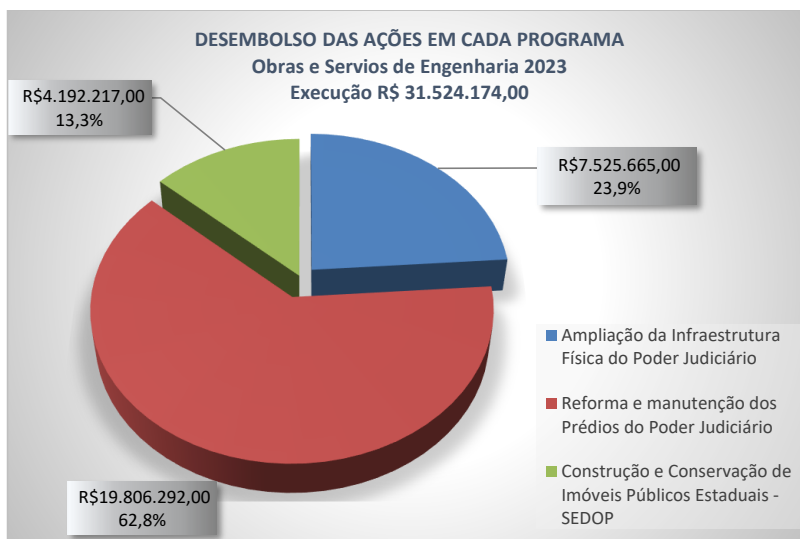
Quanto ao valor executado, de R\$ 31.524.174,00, o gráfico abaixo demonstra que os serviços de Reforma e Manutenção dos Prédios do Poder Judiciário foram os que demandaram maior desembolso no período, ao contrário do ano anterior, quando as obras de Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário ficaram na frente, em relação à execução da despesa. Ante os dados apresentados, observa-se que essa mudança se deve ao elevado índice de serviços realizados em 2023, alcançando o atendimento em 139 unidades.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Gráfico 21 – Comparativo do desembolso em Obras X Serviços de Engenharia.



Fonte: B.O. e Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023 – Exercício 2023

2.3.2. Panorama das Ações de Obras e Serviços de Engenharia dentro do Planejamento Estratégico

Para o exercício de 2023, a SEENG consolidou suas atividades em ações concretizadas na execução 10 obras de construção, 4 obras de reforma e ampliação, 02 (dois) serviços de levantamento topográfico, sondagem incluindo projeto executivo, 01 (um) serviço de elaboração de projeto com fornecimento de materiais, e instalação de sistema de geração de energia fotovoltaica, 02 (dois) serviços de fornecimento, instalação, montagem e desmontagem de materiais e equipamentos, 14 (quatorze) serviços comuns de engenharia com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos; 24 (vinte e quatro) serviços de manutenção preventiva e corretiva predial e de equipamentos; 01 (um) serviço de modernização de elevador, 01 (uma) aquisição de peças com instalação e garantia para sistema de refrigeração e 01 (um) serviço de subscrição/assinatura de softwares.

Das 60 contratações, 01 ocorreu por dispensa de licitação e 59 foram licitadas nas seguintes modalidades: 08 concorrências, 06 tomadas de preço e 45 por meio de pregão eletrônico.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

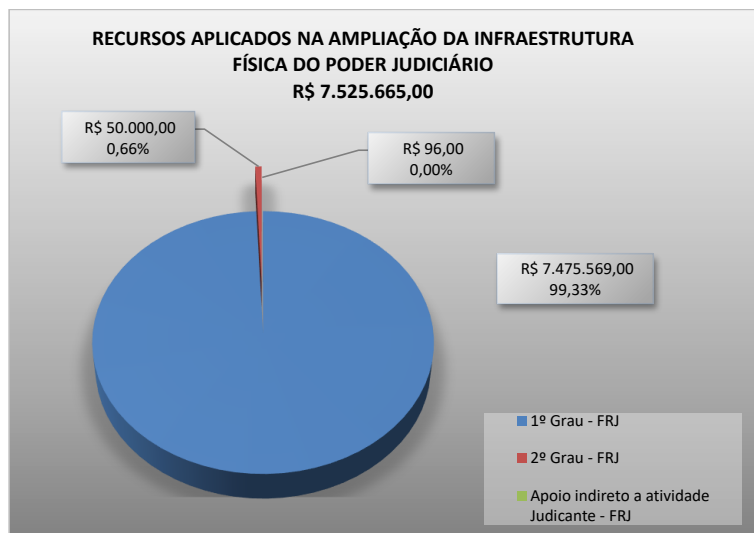
A partir dos dados apresentados no Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2000-2023, exercício 2023, segue a distribuição de recursos investidos em obras e serviços de engenharia, em cada projeto-atividade ao longo dos programas:

2.3.3. Programas Atuação Jurisdicional

2.3.3.1. Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário

Em análise às ações de Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário, os imóveis correspondentes ao 1º grau (FRJ) foram os que demandaram quase a totalidade do desembolso, representando 99,33% dos recursos destinados a este projeto-atividade. No 2º grau foi liquidado somente o valor correspondente a um projeto executivo para ampliação da subestação de energia elétrica do Prédio Sede, e no apoio indireto houve apenas o pagamento de uma anotação de responsabilidade técnica - ART, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 22 – Execução de recursos nas ações de Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário



Fonte: B.O. e Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023 – Exercício 2023

A planilha a seguir apresenta a execução físico-financeira de cada Ação (projeto-atividade) dividida por grau de jurisdição:





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Quadro XVII - Execução físico-financeira da Ampliação da Infraestrutura Física

Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário	Execução da Despesa (Financeiro)					Meta física		
	Dot/Atualizada OGE 2023	Executado R\$	Exec. %	Disponível R\$	Disp. %	Progr. Un.	Exec. Un.	Exec. %
1º grau - FRJ	13.146.274,00	7.475.569,00	56,90%	5.670.705,00	43,10%	5	8	160%
2º grau - FRJ	1.970.990,00	50.000,00	2,50%	1.920.990,00	97,50%	1	1	100%
Apoio Indireto a Atividade Judicante - FRJ	60.500,00	96,00	0,20%	60.404,00	99,80%	15	0	0
TOTAL	15.177.764,00	7.525.665,00	49,58%	7.652.099,00	50,42%	21	9	42,86

Fonte: B.O. e Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023 – Exercício 2023

Para o projeto-atividade Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário foi disponibilizada a dotação de R\$ 15.177.764,00, tendo sido executado a importância de R\$ 7.525.665,00.

Em análise de gestão de desempenho, o percentual de execução da meta financeira foi de 49,58% e da meta física foi de 42,86%, o que representa um equilíbrio na gestão das ações, no entanto, verifica-se que não houve o alcance das metas planejadas.

Ações:

- **Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário – 1º Grau – FRJ e TJ**

A ação contemplou, entre outras, o pagamento final do aditivo da obra de construção do novo Fórum de Xinguara, que foi entregue em 2022, as obras de construção do Prédio Anexo ao Fórum de Marituba, do Novo Fórum de Santo Antônio do Tauá, do Novo Fórum de Concórdia do Pará, do Prédio Anexo ao Fórum de Castanhal, a Ampliação e Reforma do Fórum de Oriximiná e Construção do Novo Fórum de Salinópolis e a obra de Construção do Novo Fórum de São Félix do Xingu. ambas realizadas por meio de Termo de Execução Descentralizada, assinado em parceria com o Governo do Estado do Pará.

A execução dessas ações superou em 60% a meta física, com um dispêndio de recursos de R\$ 7.475.569,00 equivalente à 56,90% da dotação atualizada, que foi de R\$ 26.627.499,00. Importante ressaltar que o baixo desembolso pode ser compreendido em função dos convênios realizados com a SEOP para as obras de





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

construção dos Fóruns de Salinópolis e São Félix do Xingu, pelos quais o PJPA entrou com uma pequena contrapartida.

▪ **Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário – 2º Grau – FRJ**

A Ação contemplou o pagamento de um projeto executivo, para ampliação da subestação de energia elétrica do Prédio Sede do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, cujos serviços iniciaram em dezembro de 2023, com medições liberadas apenas em janeiro e fevereiro de 2024.

▪ **Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário – Apoio indireto à atividade Judicante – FRJ e TJ**

Nesta ação houve somente o pagamento de uma ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, documento obrigatório para a fiscalização de obras, portanto não houve entrega dos produtos planejados, deste modo, sem alcance das metas físico e financeira.

2.3.3.1.1. Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário

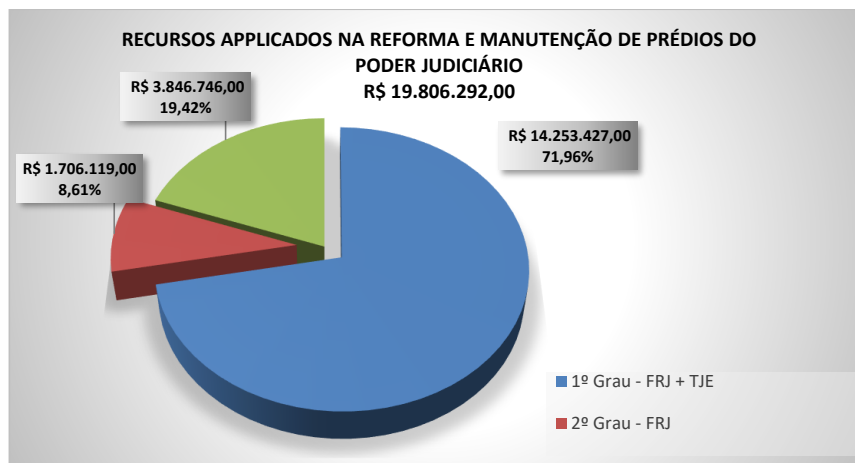
Em análise às ações de Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário, os imóveis correspondentes ao 1º Grau (FRJ e TJ) foram os que demandaram um maior desembolso, representando 71,96% dos recursos destinados a este projeto-atividade, conforme demonstrado no gráfico abaixo:





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Gráfico 23 – Desembolso de recursos nas ações de Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário.



Fonte: B.O. e Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023 – Exercício 2023

A planilha a seguir apresenta a execução físico-financeira de cada projeto-atividade:

Quadro XVIII - Execução físico-financeira da Reforma e Manutenção dos Prédios do PJPA

Reforma e manutenção dos Prédios do Poder Judiciário	Execução da Despesa (Financeiro)					Meta física		
	Dot/Atualizada OGE 2023	Executado %	Exec. %	Disponível R\$	Disp. %	Progr. Un.	Exec. Un.	Exec. %
1º grau - FRJ	21.827.340,00	14.184.718,00	65,0%	7.642.622,00	35,00%	82	126	153,60%
1º grau - TJ	255.824,00	68.709,00	26,8%	187.115,00	73,14%			
2º grau - FRJ	3.542.449,00	1.706.119,00	48,2%	1.836.330,00	51,84%	1	1	100,00%
Apoio indireto a atividade Judicante - FRJ	6.881.166,00	3.846.746,00	55,9%	3.034.420,00	44,10%	9	12	133,30%
TOTAL	32.506.779,00	19.806.292,00	61%	12.700.487,00	39%	92	139	151%

Fonte: B.O. e Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023 – Exercício 2023

Para o projeto-atividade Reforma e Manutenção dos Prédios do Poder Judiciário foi disponibilizada a dotação de R\$ 32.506.779,00, tendo sido executado a importância de R\$ 19.806.292,00. Em análise de gestão de desempenho, o percentual de execução da meta financeira foi de 60% e a média da meta física ficou 151%.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Diante do exposto, denota-se entrega de produtos superior ao planejado, com economia de 39% em relação aos custos orçados. Sob uma ótica quantitativa, verifica-se ótima gestão dos recursos financeiros.

Ações:

▪ **Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário – 1º Grau – FRJ e TJ**

A ação contemplou reformas e manutenções em 126 unidades. O percentual de execução da meta financeira foi de 71,96% e 153,6% da meta física, revelando que a meta alcançada superou o quantitativo físico programado, e demonstrando que houve uma boa administração dos recursos financeiros, em face ao executado.

▪ **Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário – 2º Grau – FRJ**

Esta ação envolveu os serviços de reforma e aquisição de materiais, para a manutenção do Prédio Sede. Quanto a análise de gestão, verifica-se que o percentual de 48,2%, atingido na meta financeira foi suficiente para o alcance da meta física. Com o cenário apresentado, percebe-se que houve a entrega do produto planejado com economia de 51,84% em relação a execução das despesas. Sob uma ótica quantitativa, verifica-se uma boa gestão dos recursos financeiros.

▪ **Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário – Apoio Indireto à Atividade Judicante – FRJ.**

Nesta ação foram realizadas manutenções em 12 unidades distintas, quando o programado era em apenas nove unidades.

Quanto a análise de gestão, verifica-se que o percentual de 55,9% da execução financeira, foi suficiente para superar a meta física em 33,3%. Do panorama exposto percebe-se que houve entrega superior ao planejado, e com economia de 44,1% em relação a execução das despesas.

Sob uma ótica quantitativa, verifica-se uma eficiente gestão dos recursos financeiros.





2.3.4. Programa Governança Pública

Nesse programa, por meio de TED, houve a delegação de competências da SEDOP ao TJPA para a execução das obras que estão inseridas na única ação que possuem em parceria.

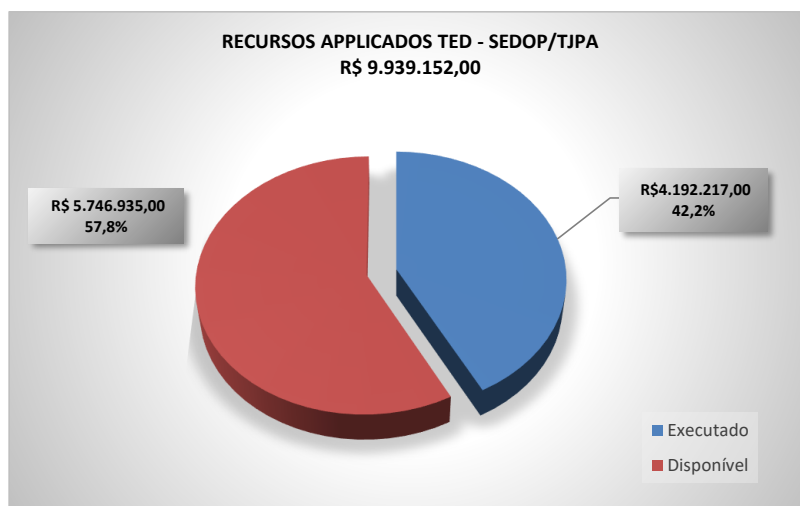
Ação:

- **Construção e Conservação de imóveis Públicos Estaduais –TJ.**

De acordo com o Relatório de Avaliação do PPA, as obras abarcadas são a construção do novo Fórum de Salinópolis e a construção do novo Fórum de São Félix do Xingu.

O gráfico a seguir, alusivo ao recurso aplicado, representa a participação da execução da despesa sobre a dotação atualizada de R\$ 9.939.152,00.

Gráfico 24 – Desembolso de recursos na ação Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais – TJ



Fonte: B.O. e Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023 – Exercício 2023

A planilha a seguir apresenta a execução físico-financeira do projeto-atividade:





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Quadro XIX - Execução físico-financeira da Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais (Sedop-TJPA)

Ação	Execução da Despesa					Meta física		
	Dot/ Atualizada OGE 2023	Executado R\$	Exec. %	Disponível R\$	Disp. %	Progr. un	Exec. un	Exec. %
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais - SEDOP	9.939.152,00	4.192.217,00	42,2%	5.746.935,00	57,8%	0	2	-

Fonte: Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023 – Exercício 2023

Como demonstra o quadro, não houve programação de obras para esta ação, visto que as duas atendidas são remanescentes do exercício anterior, no entanto, houve a execução das referidas obras ao longo do ano de 2023.

2.1. Avaliação da Gestão de TI

A administração do Tribunal de Justiça do Estado do Pará entende que a garantia da manutenção e do desenvolvimento efetivo da área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) é requisito crítico para o bom desempenho de sua missão institucional, tanto no que diz respeito às atividades meio quanto para a execução de sua obrigação jurisdicional. Desta forma, o planejamento e execução de ações na área de TIC necessitam de atenção ao longo do tempo.

As iniciativas na área de TIC, contidas no Plano de Gestão 2023-2025, foram planejadas e aglutinadas no macrodesafio intitulado “Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e Proteção de Dados”, o qual foi subdividido em duas iniciativas estratégicas e doze ações, tal como está registrado no diagrama abaixo:

Quadro XX - Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e Proteção de Dados

Macrodesafio: FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E PROTEÇÃO DE DADOS	
Iniciativas Estratégicas:	Aprimoramento do Domínio de Serviços de TIC.
Ações:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantar mecanismos de Inteligência Artificial nas aplicações judiciais. 2. Implantar técnicas de mineração de texto para auxiliar os processos de levantamento de informações nos dados não estruturados produzidos nos sistemas do TJPA. 3. Aperfeiçoar a gestão da qualidade das aplicações. 4. Implantar a automação do atendimento dos serviços de TIC. 5. Implantar solução de infraestrutura em nuvem. 6. Automatizar a Gerência de Configuração nos Ativos de Infraestrutura de TIC. 7. Aprimorar a arquitetura lógica de DataCenter. 8. Reestruturar e Atualizar os Circuitos de Dados das unidades judiciárias. 9. Implantar serviço de VOIP.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Aprimoramento do Domínio de Governança e Gestão de TIC.	
Ações:	10. Implementar o processo de Segurança de informação.
	11. Estruturar o monitoramento da segurança de informação.
	12. Implantar processos de Gerenciamento de TIC.

Fonte: Plano de Gestão do TJPA (2023-2025).

Passamos então à análise das ações desenvolvidas no âmbito da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Implantar mecanismos de Inteligência Artificial nas aplicações judiciais.

Nesta ação estratégica, busca-se identificar as necessidades e oportunidades nas áreas meio e fim que possam ser beneficiadas pela implantação de mecanismos de inteligência artificial nas aplicações usadas pelas unidades. As seguintes etapas compõem a ação:

1. Definição do escopo dos projetos de Inteligência Artificial no TJPA;
2. Avaliação de soluções de IA utilizadas em outros Tribunais;
3. Avaliação do apoio por contratação de empresa de consultoria especializada;
4. Capacitação dos servidores do TJPA quanto aos recursos necessários para aplicação de Inteligência Artificial;
5. Execução dos projetos de IA;

Conforme monitoramento do plano de gestão, já foram executadas 84% das etapas e a conclusão da ação está prevista para o dia 19/12/2024.

Implantar técnicas de mineração de texto para auxiliar os processos de levantamento de informações nos dados não estruturados produzidos nos sistemas do TJPA.

Essa ação estratégica possui como objetivo aprimorar o processo de levantamento de informações por meio de técnicas de mineração de dados. Serão executadas as seguintes etapas:

1. Definição do escopo dos projetos de Mineração de Texto no TJPA;
2. Avaliação de soluções de Mineração de Texto utilizadas em outros Tribunais;





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

3. Avaliação de apoio por contratação de empresa de consultoria especializada;
4. Capacitação dos servidores do TJPA quanto aos recursos necessários para aplicação de Mineração de Texto;
5. Execução de projetos de Mineração de Texto.

Conforme monitoramento do plano de gestão, já foram executadas 84% das etapas e a conclusão da ação está prevista para o dia 31/10/2024.

Aperfeiçoar a gestão da qualidade das aplicações

O objetivo específico desta ação é gerenciar as aplicações disponibilizadas pela Secretaria de Informática para garantir que elas estejam com a qualidade adequada para o seu uso. Essa ação encontra-se dividida nas seguintes etapas:

1. Implantação do processo de garantia de qualidade;
2. Implantação do SonarQube;
3. Ampliação da utilização do JUnit;
4. Ampliação da utilização do XUnit
5. Ampliação da utilização do OpenShift.
6. Ampliação da utilização do Selenium.

Conforme monitoramento do plano de gestão, já foram executadas 25% das etapas e a conclusão da ação está prevista para o dia 31/10/2024.

Implantar a automação do atendimento dos serviços de TIC

Esta etapa tem por objetivo específico simplificar e agilizar os processos internos, bem como reduzir seus custos aplicados aos atendimentos dos serviços de TIC por meio da adoção de ferramentas e soluções tecnológicas específicas. Serão realizadas as seguintes etapas:

1. Avaliação de Webservices que possam oferecer serviços;
2. Avaliação de Fornecedores;
3. Elaboração de projeto piloto;





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

4. Contratação de solução;
5. Implantação de projeto piloto;
6. Extensão para demais serviços elegíveis;
7. Implantação de Serviços.

Conforme monitoramento do plano de gestão, já foram executadas 53% das etapas e a conclusão da ação está prevista para o dia 31/10/2024

Implantar solução de infraestrutura em nuvem

Essa ação estratégica busca disponibilizar infraestrutura em nuvem para hospedar aplicações que hoje encontram-se unicamente nas dependências do Tribunal, possibilitando mais disponibilidade e escalabilidade contendo as seguintes etapas:

1. Teste de soluções disponíveis no mercado;
2. Contratação de solução de infraestrutura em nuvem;
3. Migração de aplicações para nuvem.

Conforme monitoramento do plano de gestão, já foram executadas 43% das etapas e a conclusão da ação está prevista para o dia 31/10/2024.

Automatizar a Gerência de Configuração nos Ativos de Infraestrutura de TIC

O objetivo específico desta ação é automatizar a coleta automática da configuração dos ativos de infraestrutura, subsidiando processos operacionais importantes da Secretaria de Informática como Gerência de Configuração, Mudança e Incidentes. O prazo para a conclusão dessa ação é o dia 31/10/2024 e ela foi dividida nas seguintes etapas:

1. Teste de soluções disponíveis no mercado;
2. Contratação de solução de Gerência de Configuração;
3. Implantação de solução.

Conforme monitoramento do plano de gestão, já foram executadas 3% das etapas e a conclusão da ação está prevista para o dia 31/10/2024.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Aprimorar a arquitetura lógica de DataCenter

O objetivo dessa ação é melhorar a arquitetura lógica de DataCenter com as premissas de segurança, alta disponibilidade e escalabilidade. Serão realizadas as seguintes etapas:

1. Elaboração de arquitetura com alta disponibilidade;
2. Implantação de arquitetura.

Conforme monitoramento do plano de gestão, já foram executadas 75% das etapas e a conclusão da ação está prevista para o dia 31/10/2024.

Reestruturar e Atualizar os Circuitos de Dados das unidades judiciárias

O objetivo específico desta ação é a reestruturação dos circuitos de dados das unidades, considerando as premissas de segurança, alta disponibilidade e escalabilidade. Serão realizadas as seguintes etapas:

1. Revisão da arquitetura;
2. Contratação e implantação de backbone próprio;
3. Reestruturação de circuitos de dados das demais localidades.

Conforme monitoramento do plano de gestão, já foram executadas 33% das etapas e a conclusão da ação está prevista para o dia 31/10/2024.

Implantar serviço de VOIP

Essa ação possui como objetivo a implantação do serviço de VoIP, que é a interligação da estrutura de telefonia com os circuitos de dados. Serão realizadas as seguintes etapas:

1. Contratação de solução;
2. Implantação de solução.

Conforme monitoramento do plano de gestão, já foram executadas 85% das etapas e a conclusão da ação está prevista para o dia 31/03/2024.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Implementar o processo de Segurança de informação

O objetivo específico desta ação é implementar o processo de Segurança da Informação, seguindo as boas práticas de mercado e as diretrizes da resolução 396/2021 do CNJ que Institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário. Essa ação possui as seguintes etapas:

1. Revisão de Políticas;
2. Publicação de Normativos;
3. Publicação de protocolos.

Conforme monitoramento do plano de gestão, já foram executadas 7% das etapas e a conclusão da ação está prevista para o dia 31/07/2024.

Estruturar o monitoramento da segurança de informação

De forma complementar a ação estratégica anterior, nessa ação, busca-se garantir o cumprimento do processo de Segurança da Informação. Essa ação possui as seguintes etapas:

1. Contratação de SOC (Security Operation Center) - empresa para prover o serviço de monitoramento da segurança dos ativos do Tribunal em regime 24x7;
2. Monitoramento do cumprimento do processo de Segurança da Informação.

Conforme monitoramento do plano de gestão, já foram executadas 5% das etapas e a conclusão da ação está prevista para o dia 31/10/2024.

Implantar processos de Gerenciamento de TIC

Essa ação possui como objetivo avaliar, modelar e implantar melhorias nos processos de gerenciamento de serviços de TIC, que viabilizarão uma maior eficiência na operação do ambiente tecnológico do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Essa ação possui as seguintes etapas:





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

1. Avaliação dos Processos Existentes de Requisição, Incidente e Problema;
2. Elaboração do Processo de Gerenciamento de Requisição;
3. Elaboração do Processo de Gerenciamento de Incidente;
4. Elaboração do Processo de Gerenciamento de Problema;
5. Implantação do processo de Gerenciamento de Requisição;
6. Implantação do Processo de Gerenciamento de Incidente;
7. Implantação do Processo de Gerenciamento de Problema;
8. Avaliação dos Processos existentes de Gerenciamento de Ativos, Capacidade, Disponibilidade, Liberação/implantação e Mudanças de TIC;
9. Elaboração do Processo de Gerenciamento de Ativos;
10. Elaboração do Processo de Gerenciamento de Capacidade;
11. Elaboração do Processo de Gerenciamento de Disponibilidade;
12. Elaboração do Processo de Gerenciamento de Liberação e Implantação;
13. Elaboração do Processo de Gerenciamento de Mudanças;
14. Implantação do Processo de Gerenciamento de Ativos;
15. Implantação do Processo de Gerenciamento de Capacidade;
16. Implantação do Processo de Gerenciamento de Disponibilidade;
17. Implantação do Processo de Gerenciamento de Liberação e Implantação;
18. Implantação do Processo de Gerenciamento de Mudanças.

Conforme monitoramento do plano de gestão, já foram executadas 6% das etapas e a conclusão da ação está prevista para o dia 30/06/2024.

3. DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1. Do Balanço Orçamentário

3.1.1. UG 040101 – Tribunal de Justiça do Estado





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Conforme tratado anteriormente, no decorrer do exercício, houve atualização no valor da dotação da UG 040101 – Tribunal de Justiça do Estado, que elevou o valor inicial resultando na Dotação Atualizada de R\$ 1.770.353.104,07. Tal implemento se deu em virtude de suplementações, cancelamentos e movimentação de crédito, conforme discriminado no quadro abaixo.



Quadro XXI - Dotação Atualizada UG 040101

Cód. Fonte Recurso	Dotação Inicial	Suplementado	Cancelamento Dotação Inicial/ Suplementado	Movimento Crédito	Dotação Atualizada
1500000001	1.660.518.219,00	271.058.089,49	- 172.085.596,92	- 21.117.217,52	1.738.373.494,05
1500000012	12.092.000,00	26.904.816,27	-06.768.000,00	- 249.206,25	31.979.610,02
TOTAL	1.672.610.219,00	297.962.905,76	- 178.853.596,92	- 21.366.423,77	1.770.353.104,07

Fonte: Business Object 2023

Segue abaixo Balanço Orçamentário da UG 040101 evidenciando previsão e execução de receitas e despesas orçamentárias, bem como, a execução dos Restos a Pagar. De acordo com o artigo 102 da Lei nº 4.320/1964, o Balanço Orçamentário apresentará as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.



TJPA MEM 202417214A





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Quadro XXII- Balanço Orçamentário - Quadro Principal - UG 040101

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d)=(c-b)		
RECEITAS CORRENTES (I)	40.616.006,00	40.616.006,00	0,00	(40.616.006,00)		
RECEITA DE PATRIMONIAL	40.616.006,00	40.616.006,00		(40.616.006,00)		
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	40.616.006,00	40.616.006,00	0,00	(40.616.006,00)		
DÉFICIT (VI)			(1.760.491.731,85)			
TOTAL (VII) = (V + VI)	40.616.006,00	40.616.006,00	(1.760.491.731,85)	(1.801.107.737,85)		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	1.667.138.219,00	1.768.601.104,07	1.758.775.968,35	1.758.588.853,32	1.721.448.443,32	9.825.135,72
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.468.222.785,00	1.635.449.627,00	1.628.746.130,11	1.628.746.130,11	1.591.650.083,56	6.703.496,89
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	198.915.434,00	133.151.477,07	130.029.838,24	129.842.723,21	129.798.359,76	3.121.638,83
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	5.472.000,00	1.752.000,00	1.715.763,50	1.715.763,50	851.467,63	36.236,50
INVESTIMENTOS	5.422.000,00	1.752.000,00	1.715.763,50	1.715.763,50	851.467,63	36.236,50
INVERSÕES FINANCEIRAS	50.000,00	0,00				0,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (X)						0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IX+X)	1.672.610.219,00	1.770.353.104,07	1.760.491.731,85	1.760.304.616,82	1.722.299.910,95	9.861.372,22
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)	1.672.610.219,00	1.770.353.104,07	1.760.491.731,85	1.760.304.616,82	1.722.299.910,95	9.861.372,22
TOTAL (XV)	1.672.610.219,00	1.770.353.104,07	1.760.491.731,85			
RESERVA DO RPPS						0,00

Do superávit financeiro constante do Balanço Orçamentário verifica-se, na UG 040101, o montante de **R\$ 1.760.491.731,85**. Este total resulta dos valores empenhados durante o exercício financeiro das fontes de recursos da referida unidade gestora.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Quadro XXIII - Dotação Atualizada UG 040101

Cód. Fonte Recurso	Dotação Inicial	Suplementado	Cancelamento Dotação Inicial/ Suplementado	Movimento Crédito	Dotação Atualizada	Empenhado
1500000001	1.660.518.219,00	271.058.089,49	- 172.085.596,92	- 21.117.217,52	1.738.373.494,05	1.729.665.146,28
1500000012	12.092.000,00	26.904.816,27	-06.768.000,00	- 249.206,25	31.979.610,02	30.826.585,57
TOTAL	1.672.610.219,00	297.962.905,76	- 178.853.596,92	- 21.366.423,77	1.770.353.104,07	1.760.491.731,85

Fonte: Business Object 2023

No escopo de analisar o Balanço Orçamentário, utilizaremos quocientes de resultado orçamentário desenvolvidos pela doutrina mesclados com os dados de execução da receita, extraídos do SIAFE/PA.

O Quociente do Equilíbrio Orçamentário (QEO) é resultante da relação entre a Receita Prevista (Previsão Inicial da Receita) e a Despesa Fixada (Dotação Inicial da Despesa), indicando equilíbrio ou desequilíbrio entre a previsão e fixação constante na LOA. A Lei nº 9.851/2023 (LOA 2023) estimou a receita e fixou a despesa do TJPA, exercício financeiro de 2023, para a UG 040101 – Tribunal de Justiça do Estado em **R\$ 1.672.610.219,00**. Tal determinação denota o equilíbrio entre a previsão e fixação constante na LOA.

$$\text{Quociente de Equilíbrio Orçamentário (QEO)} = \frac{\text{Despesa Fixada (Df)}}{\text{Receita Prevista (Rp)}}$$

O Quociente do Resultado Orçamentário (QRO) é resultante da relação entre a Receita Arrecadada (Realizada) e a Despesa Executada (Liquidada), indicando a existência de superávit ou déficit. Conforme dados coletados no sistema SIAFE, a **Receita Arrecadada**, no exercício de 2023, na UG 040101 – Tribunal de Justiça do Estado, totalizou **R\$ 1.760.491.731,85**. Em análise ao Balanço Orçamentário, a **Despesa Liquidada**, para este mesmo período e UG, monta **R\$ 1.760.304.616,82**. Cotejando estes valores, o QRO resulta em 1,0001 evidenciando um Superávit Orçamentário, visto que as receitas realizadas foram ligeiramente maiores do que as despesas liquidadas para o período.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

$$\text{Quociente do Resultado Orçamentário (QRO)} = \frac{\text{Receita Arrecada (Ra)}}{\text{Despesa Executada (De)}}$$

O Quociente de Execução da Receita (QER) resulta da relação entre a Receita Arrecadada (Realizada) e a Previsão Atualizada da Receita (Dotação Atualizada), indicando a existência de excesso ou insuficiência de arrecadação. Conforme dados coletados no sistema SIAFE, a **Receita Arrecadada**, no exercício de 2023, na UG 040101 – Tribunal de Justiça do Estado, totalizou **R\$ 1.760.491.731,85**. Em análise ao Balanço Orçamentário, a **Dotação Atualizada**, para este mesmo período e UG, monta **R\$ 1.770.353.104,07**. Cotejando estes valores, o QER resulta em 0,994. Utilizando-se como parâmetro a Dotação Atualizada, verificou-se que o valor projetado (Dotação Atualizada) foi ligeiramente superior ao efetivamente arrecadado pelo TJPA UG 040101. Analisando o cenário por este prisma, houve Insuficiência de Arrecadação em relação a previsão atualizada da receita.

Utilizando como denominador deste quociente a **Previsão Inicial da Receita (Dotação Inicial)**, determinada na Lei nº 9.851/2023 que estimou a receita no valor de **R\$ 1.672.610.219,00** obteve-se QER de 1,052. Em análise ao quociente onde foi utilizado como parâmetro a Dotação Inicial, verifica-se Excesso de Arrecadação, visto a receita arrecadada se apresentar em valor maior do que a previsão inicial da receita. Ou seja, é possível denotar que o desempenho da arrecadação que superou a Dotação Inicial.

$$\text{Quociente de Execução da Receita (QER)} = \frac{\text{Receita Arrecada (Ra)}}{\text{Receita Prevista (Rp)}}$$

O Quociente de Execução da Despesa (QED) é resultante da relação entre a Despesa Executada (Liquidada) e Dotação Fixada (Inicial). Em análise ao Balanço Orçamentário, a **Despesa Liquidada** monta o valor de **R\$ 1.760.304.616,82** e a **Dotação Inicial**, para este mesmo período e UG, totaliza **R\$ 1.672.610.219,00**. Cotejando estes valores, o QED resulta em 1,05 enfatizando cumprimento do processo planejamento-execução.

$$\text{Quociente de Execução da Despesa (QED)} = \frac{\text{Despesa Executada (De)}}{\text{Despesa Fixada (Df)}}$$





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

O Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária (QREO) é resultante da relação entre a Receita Realizada (Liquidada) e a Despesa Paga. Em análise ao Balanço Orçamentário, a **Receita Realizada**, no exercício de 2023, na UG 040101 – Tribunal de Justiça do Estado, totalizou **R\$ 1.760.304.616,82**. E a **Despesa Paga**, para este mesmo período e UG, monta **R\$ 1.722.299.910,95**. Cotejando estes valores, o QREO resulta em 1,02 indicando o quanto a receita orçamentária arrecadada representa em relação à despesa orçamentária paga.

$$\text{Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária (QREO)} = \frac{\text{Receitas Realizadas}}{\text{Despesa Pagas}}$$





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Quadro XXIV - Balanço Orçamentário - Execução dos Restos a Pagar Executados e não Executados - UG 040101

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
INSCRITOS						
EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	Saldo a Pagar (f)=(a+b-d-e)	
DESPESAS CORRENTES	0,00	5.259.001,67	0,00	2.951.966,50	2.307.035,17	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.259.001,67	0,00	2.951.966,50	2.307.035,17	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	3.091.851,83	0,00	2.015.802,60	1.076.049,23	0,00
INVESTIMENTOS		3.091.851,83	0,00	2.015.802,60	1.076.049,23	0,00
TOTAL	0,00	8.350.853,50	0,00	4.967.769,10	3.383.084,40	0,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					
INSCRITOS					
EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO A PAGAR (f)=(a+b-c-d)	
DESPESAS CORRENTES	20.670.548,91	105.315.354,67	116.464.954,57	252,00	9.520.697,01
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.396.973,40	96.125.269,84	109.231.473,12		7.292.770,12
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	271.575,51	9.190.084,83	7.233.481,45	252,00	2.227.926,89
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	9.378.727,15	8.661.184,81	0,00	717.542,34
INVESTIMENTOS		9.378.727,15	8.661.184,81		717.542,34
TOTAL	20.670.548,91	114.694.081,82	125.126.139,38	252,00	10.238.239,35





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

3.1.2. UG 040102 – FRJ

A Dotação Inicial da UG 040102 – FRJ foi prevista no montante de R\$ 299.166.856,00. No decorrer do exercício, houve atualização no valor da dotação, que elevou o valor inicial resultando na Dotação Atualizada de R\$ 474.975.138,98. Tal implemento se deu em virtude de suplementações, cancelamentos e movimentações de crédito, conforme discriminado no quadro abaixo.

Quadro XXV - Dotação Atualizada UG 040102

Cód. Fonte Recurso	Dotação Inicial	Suplementado	Cancelamento Dotação Inicial /Suplementado	Movimento Crédito	Dotação Atualizada
1500000001	20.041.128,00	6.152.120,00	- 7.740.124,12	- 1.321.070,48	17.132.053,40
1500000012	27.989.406,00	2.850.856,00	- 2.850.856,00	- 555.443,80	27.433.962,20
1700000006	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
1702000006	500.000,00	0,00	- 294.842,99	0,00	205.157,01
1703000006	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
1755000023	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
1759000028	248.136.322,00	35.256.317,00	- 35.256.317,00	- 3.992.963,34	244.143.358,66
2500000001	0,00	0,00	0,00	9.939.152,24	9.939.152,24
2700000006	0,00	1.852.745,22	0,00	0,00	1.852.745,22
2759000018	0,00	178.583.758,82	- 4.686.878,31	- 2.128.170,26	171.768.710,25
TOTAL	299.166.856,00	224.695.797,04	- 50.829.018,42	1.941.504,36	474.975.138,98

Fonte: Business Object 2023



Segue abaixo Balanço Orçamentário da UG 040102 evidenciando previsão e execução de receitas e despesas orçamentárias, bem como, a execução dos Restos a Pagar. De acordo com o artigo 102 da Lei nº 4.320/1964, o Balanço Orçamentário apresentará as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.

Quadro XXVI - Balanço Orçamentário - Quadro Principal - UG 040102

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d)=(c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	250.136.322,00	250.136.322,00	0,00	(250.136.322,00)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	193.859.115,00	193.859.115,00		(193.859.115,00)
RECEITA DE PATRIMONIAL	44.730.083,00	44.730.083,00	0,00	(44.730.083,00)
RECEITA DE SERVIÇO	5.972.848,00	5.972.848,00		(5.972.848,00)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.000.000,00	2.000.000,00		(2.000.000,00)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.574.276,00	3.574.276,00		(3.574.276,00)
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.000.000,00	1.000.000,00	5.775.081,77	4.775.081,77
ALIENAÇÃO DE BENS	1.000.000,00	1.000.000,00	5.775.081,77	4.775.081,77
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	251.136.322,00	251.136.322,00	0,00	(251.136.322,00)
DÉFICIT (VI)			(395.988.409,35)	
TOTAL (VII) = (V + VI)	251.136.322,00	251.136.322,00	(395.988.409,35)	(647.124.731,35)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	175.749.625,73			
SUPERÁVIT FINANCEIRO	175.749.625,73			

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	259.238.761,00	409.840.115,97	347.678.466,06	339.172.775,75	330.726.175,06	62.161.649,91
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	259.238.761,00	409.840.115,97	347.678.466,06	339.172.775,75	330.726.175,06	62.161.649,91
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	39.928.095,00	65.135.023,01	48.309.943,29	45.868.142,18	42.823.982,21	16.825.079,72
INVESTIMENTOS	39.878.095,00	65.110.023,01	48.309.943,29	45.868.142,18	42.823.982,21	16.800.079,72
INVERSÕES FINANCEIRAS	50.000,00	25.000,00				25.000,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (X)						0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IX+X)	299.166.856,00	474.975.138,98	395.988.409,35	385.040.917,93	373.550.157,27	78.986.729,63
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)	299.166.856,00	474.975.138,98	395.988.409,35	385.040.917,93	373.550.157,27	78.986.729,63
TOTAL (XV)	299.166.856,00	474.975.138,98	395.988.409,35			
RESERVA DO RPPS						0,00



TJ/PAMEM202417214A



Assinado com senha por MILENE LAISE SILVA CORREA, LOURIVAL PEREIRA BOULHOSA NETO, SHEILA ALVES DE LIMA MACIEL, BETANIA SOUZA DA SILVA PINHEIRO, HUMBERTO PEREIRA LIMA FILHO, OSCAR BRUNO MACIEL DE ABREU, TIAGO SILVA GUIMARAES, PAULO ROBERTO MARTINS CUNHA e STELA REIS DE SOUZA.
 Use 3996448.27076762-1907 - para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3996448.27076762-1907>
 Documento gerado por LOURIVAL PEREIRA BOULHOSA NETO *Data e hora: 27/03/2024 14:10



Do superávit financeiro constante do Balanço Orçamentário verifica-se, na UG 040102, o montante de **R\$ 395.988.409,35**. Este total resulta dos valores empenhados durante o exercício financeiro das fontes de recursos da referida unidade gestora.

Quadro XXVII – Superávit Financeiro - UG 040102

Cód. Fonte Recurso	Dotação Inicial	Suplementado	Cancelamento Dotação Inicial /Suplementado	Movimento Crédito	Dotação Atualizada	Empenhado
1500000001	20.041.128,00	6.152.120,00	- 7.740.124,12	- 1.321.070,48	17.132.053,40	14.194.429,82
1500000012	27.989.406,00	2.850.856,00	- 2.850.856,00	- 555.443,80	27.433.962,20	25.847.012,44
1759000028	248.136.322,00	35.256.317,00	- 35.256.317,00	- 3.992.963,34	244.143.358,66	211.860.843,52
2500000001	0,00	0,00	0,00	9.939.152,24	9.939.152,24	4.192.217,35
2700000006	0,00	1.852.745,22	0,00	0,00	1.852.745,22	828.767,00
2759000018	0,00	178.583.758,82	- 4.686.878,31	- 2.128.170,26	171.768.710,25	139.065.139,22
TOTAL	299.166.856,00	224.695.797,04	- 50.829.018,42	1.941.504,36	474.975.138,98	395.988.409,35

No escopo de analisar o Balanço Orçamentário utilizaram-se os quocientes de resultado orçamentário desenvolvidos pela doutrina, mesclados com os dados de execução da receita, extraídos do SIAFE/PA.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) estima as receitas e autoriza as despesas do governo. O Quociente do Equilíbrio Orçamentário (QEO) analisa esta relação de equilíbrio ou desequilíbrio ocorrida da relação entre a Receita Prevista (Previsão Inicial da Receita) e a Despesa Fixada (Dotação Inicial da Despesa). De acordo com a previsão de arrecadação e utilizando o princípio orçamentário do equilíbrio, as receitas previstas devem ser em igual montante das despesas fixadas. Neste entendimento, a despesa inicial autorizada terá o mesmo valor da Receita inicialmente estimada ambas no montante de **R\$ 299.166.856,00**, conforme Lei Orçamentária Anual (LOA Como tratado acima a Lei nº 9.496/2022 (LOA 2022) estimou a receita e fixou a despesa, para o exercício financeiro de 2023, do Estado do Pará para a UG 040102 – Fundo de Reaparelhamento do Judiciário em montantes coincidentes. Tal determinação denota o equilíbrio entre a previsão e fixação constante na LOA.

$$\text{Quociente de Equilíbrio Orçamentário (QEO)} = \frac{\text{Despesa Fixada (Df)}}{\text{Receita Prevista (Rp)}}$$





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

O Quociente do Resultado Orçamentário (QRO) é resultante da relação entre a Receita Arrecadada e a Despesa Executada (Liquidada), indicando a existência de superávit ou déficit. Conforme dados coletados no Portal da Transparência/TJPA, a Receita Arrecadada/Realizada, no exercício de 2023, na UG 040102 – Fundo de Reparcelamento do Judiciário, totalizou **R\$ 395.988.409,35**. Em análise ao Balanço Orçamentário, a Despesa Executada/Liquidada, para este mesmo período e UG, monta **R\$ 385.040.917,93**. Cotejando estes valores, o QRO resulta em 1,03 evidenciando um Superávit Orçamentário, quando as receitas realizadas são maiores do que as despesas liquidadas.

$$\text{Quociente do Resultado Orçamentário (QRO)} = \frac{\text{Receita Arrecada (Ra)}}{\text{Despesa Executada (De)}}$$

O Quociente de Execução da Receita (QER) resulta da relação entre a Receita Arrecadada e a Previsão Atualizada da Receita (Dotação Atualizada), indicando a existência de excesso ou insuficiência de arrecadação. Conforme dados coletados no Portal da Transparência/TJPA, a Receita Arrecadada/Realizada, no exercício de 2023, na UG 040102 – Fundo de Reparcelamento do Judiciário, totalizou **R\$ 395.988.409,35**. Em análise ao Balanço Orçamentário, a Dotação Atualizada, para este mesmo período e UG, monta **R\$ 474.975.138,98**. Cotejando estes valores, o QER resulta em 0,83. Utilizando-se como parâmetro a Dotação Atualizada, verificou-se que o valor projetado (Dotação Atualizada) foi superior ao efetivamente arrecadado pelo TJPA UG 040102. Analisando o cenário por este prisma, houve Insuficiência de Arrecadação em relação a previsão atualizada da receita.

Realizando o cálculo do referido quociente utilizando-se a Previsão Inicial da Receita (Dotação Inicial), determinada na Lei nº 9.496/2022 que estimou a receita no valor de **R\$ 299.166.856,00**, obteve-se QER de 1,32, evidenciando o Excesso de Arrecadação.

$$\text{Quociente de Execução da Receita (QER)} = \frac{\text{Receita Arrecada (Ra)}}{\text{Receita Prevista (Rp)}}$$

O Quociente de Execução da Despesa (QED) é resultante da relação entre a Despesa Executada/Liquidada e Dotação Fixada (Inicial). Em análise ao Balanço





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Orçamentário, a Despesa Liquidada monta o valor de **R\$ 385.040.917,93** e a Dotação Inicial, para este mesmo período e UG, totaliza **R\$ 474.975.138,98**. Cotejando estes valores, o QED resulta em 0,81 enfatizando que no exercício de 2023, na UG 040102 – Fundo de Reparelhamento do Judiciário houve uma economia de despesa orçamentária.

$$\text{Quociente de Execução da Despesa (QED)} = \frac{\text{Despesa Executada (De)}}{\text{Despesa Fixada (Df)}}$$

O Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária (QREO) é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Paga. Em análise ao Balanço Orçamentário, a Receita Realizada, no exercício de 2023, na UG 040102 – Fundo de Reparelhamento do Judiciário, totalizou **R\$ 395.988.409,35**. Em análise ao Balanço Orçamentário, a Despesa Paga, para este mesmo período e UG, monta **R\$ 373.550.157,27**. Cotejando estes valores, o QREO resulta em 1,06 indicando o quanto a receita orçamentária arrecadada representa em relação à despesa orçamentária paga.



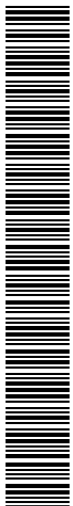
$$\text{Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária (QREO)} = \frac{\text{Receitas Realizadas}}{\text{Despesa Pagas}}$$

Quadro XXVIII - Balanço Orçamentário - Execução dos Restos a Pagar Executados e não Executados – UG 040102

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	INSCRITOS					
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	Saldo a Pagar (f)=(a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	0,00	439.451,71	4.694,91	330.955,91	103.800,89	4.694,91
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		439.451,71	4.694,91	330.955,91	103.800,89	4.694,91
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	377.410,76	0,00	0,00	377.410,76	0,00
INVESTIMENTOS		377.410,76			377.410,76	0,00
TOTAL	0,00	816.862,47	4.694,91	330.955,91	481.211,65	4.694,91
QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS						
	INSCRITOS					
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO A PAGAR (f)=(a+b-c-d)	
DESPESAS CORRENTES	1.436.804,07	4.139.822,19	3.500.320,47	1.092,00	2.075.213,79	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.436.804,07	4.139.822,19	3.500.320,47	1.092,00	2.075.213,79	
DESPESAS DE CAPITAL	1.053.592,14	32.214.108,71	30.345.558,19	0,00	2.922.142,66	
INVESTIMENTOS	1.053.592,14	32.214.108,71	30.345.558,19		2.922.142,66	
TOTAL	2.490.396,21	36.353.930,90	33.845.878,66	1.092,00	4.997.356,45	

FONTE: Sistema SIAFE 2023, Unidade Responsável:040101, Data de emissão 19/02/2024 às 03:14:20 PM

NOTA EXPLICATIVA:



TJ-PAM/EM202417214A





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

3.1.1.1. UG 040103 – FRC

Não houve Dotação Inicial para a UG 040103 – FRC. No decorrer do exercício, houve atualização no valor da dotação, que elevou o valor inicial resultando na Dotação Atualizada de R\$ 20.982.918,36. Tal implemento se deu em virtude de movimentações de crédito, conforme discriminado no quadro abaixo.

Quadro XXIX - Dotação Atualizada UG 040103

Cód. Fonte Recurso	Dotação Inicial	Suplementado	Movimento Crédito	Dotação Atualizada
1500000012	534.600,00	537.117,00	- 22.024,87	1.049.692,13
1759000028	10.691.930,00	1.601.330,00	- 116.835,47	12.176.424,53
2759000028	0,00	7.756.801,70	0,00	7.756801,70
TOTAL	11.226.530,00	9.895.248,70	- 138.860,34	20.982.918,36

Fonte: Business Object 2023

Segue abaixo Balanço Orçamentário da UG 040103 evidenciando previsão e execução de receitas e despesas orçamentárias, bem como, a execução dos Restos a Pagar. De acordo com o artigo 102 da Lei nº 4.320/1964, o Balanço Orçamentário apresentará as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Quadro XXX - Balanço Orçamentário - Quadro Principal – UG 040103

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d)=(c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	10.691.930,00	10.691.930,00	0,00	(10.691.930,00)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	10.691.930,00	10.691.930,00		(10.691.930,00)
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	10.691.930,00	10.691.930,00	0,00	(10.691.930,00)
DÉFICIT (VI)			(12.621.831,51)	
TOTAL (VII) = (V + VI)	10.691.930,00	10.691.930,00	(12.621.831,51)	(23.313.761,51)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.756.801,70			
SUPERÁVIT FINANCEIRO	7.756.801,70			

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	8.426.530,00	18.182.918,36	12.621.831,51	12.621.831,51	5.316.694,80	5.561.086,85
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.426.530,00	18.182.918,36	12.621.831,51	12.621.831,51	5.316.694,80	5.561.086,85
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	2.800.000,00	2.800.000,00	0,00	0,00	0,00	2.800.000,00
INVESTIMENTOS	2.800.000,00	2.800.000,00				2.800.000,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (X)						0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IX+X)	11.226.530,00	20.982.918,36	12.621.831,51	12.621.831,51	5.316.694,80	8.361.086,85
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)	11.226.530,00	20.982.918,36	12.621.831,51	12.621.831,51	5.316.694,80	8.361.086,85
TOTAL (XV)	11.226.530,00	20.982.918,36	12.621.831,51			
RESERVA DO RPPS						0,00





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Do superávit financeiro constante do Balanço Orçamentário verifica-se, na UG 040103, o montante de **R\$ 12.621.831,51**. Este total resulta dos valores empenhados durante o exercício financeiro das fontes de recursos da referida unidade gestora.

Quadro XXXI – Superávit Financeiro

Cód. Fonte Recurso	Dotação Inicial	Suplementado	Movimento Crédito	Dotação Atualizada	Empenhado
1759000028	10.691.930,00	1.601.330,00	- 116.835,47	12.176.424,53	8.183.309,41
2759000028	0,00	7.756.801,70	0,00	7.756801,70	4.438.522,10
TOTAL	11.226.530,00	9.895.248,70	- 138.860,34	20.982.918,36	12.621.831,51

No escopo de analisar o Balanço Orçamentário utilizaram-se os quocientes de resultado orçamentário desenvolvidos pela doutrina mesclados com os dados de execução da receita, extraídos do SIAFE/PA.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) estima as receitas e autoriza as despesas do governo, de acordo com a previsão de arrecadação e utilizando o princípio orçamentário do equilíbrio, as receitas previstas devem ser em igual montante das despesas fixadas. O Quociente do Equilíbrio Orçamentário (QEO) analisa esta relação de equilíbrio ou desequilíbrio ocorrida da relação entre a Receita Prevista (Previsão Inicial da Receita) e a Despesa Fixada (Dotação Inicial da Despesa). Neste entendimento, a despesa inicial autorizada terá o mesmo valor da Receita inicialmente estimada ambas no montante de **R\$ 11.226.530,00**, conforme Lei Orçamentária Anual (LOA). Como tratado acima a Lei nº 9.851/2023 (LOA 2023) estimou a receita e fixou a despesa, para o exercício financeiro de 2023, do Estado do Pará para a UG 040103 – Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará em montantes coincidentes. Tal determinação denota o equilíbrio entre a previsão e fixação constante na LOA.

$$\text{Quociente de Equilíbrio Orçamentário (QEO)} = \frac{\text{Despesa Fixada (Df)}}{\text{Receita Prevista (Rp)}}$$

O Quociente do Resultado Orçamentário (QRO) é resultante da relação entre a Receita Arrecadada/Realizada e a Despesa Executada/Liquidada indicando a existência de superávit ou déficit. Conforme dados coletados no Portal da





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Transparência/TJPA, a Receita Arrecadada, no exercício de 2023, na UG 040103 – Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará, totalizou **R\$ 12.621.831,51**. Em análise ao Balanço Orçamentário, a Despesa Liquidada, para este mesmo período e UG, monta **R\$ 12.621.831,51**. Cotejando estes valores, o QRO resulta em 1, evidenciando equilíbrio entre as receitas realizadas e as despesas liquidadas.

$$\text{Quociente do Resultado Orçamentário (QRO)} = \frac{\text{Receita Arrecada (Ra)}}{\text{Despesa Executada (De)}}$$

O Quociente de Execução da Receita (QER) resulta da relação entre a Receita Arrecadada e a Previsão Atualizada da Receita (Dotação Atualizada), indicando a existência de excesso ou insuficiência de arrecadação. Conforme dados coletados no Portal da Transparência/TJPA, a Receita Arrecadada/Liquidada, no exercício de 2023, na UG 040103 – Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará, totalizou **R\$ 12.621.831,51**. Em análise ao Balanço Orçamentário, a Dotação Atualizada, para este mesmo período e UG, monta **R\$ 20.982.918,36**. Cotejando estes valores, o QER resulta em 0,60, indicando numa primeira análise uma insuficiência de arrecadação frente a necessária cobertura de despesas. Este resultado (quociente inferior a 1) ocorreu em virtude da suplementação de crédito retratada no quadro XXV constante da página 67. Entretanto esta aparente insuficiência não denotou prejuízo à realização da despesa orçamentária (Empenho, liquidação e pagamento), conforme evidenciado no quadro XXVIII, página 69.

$$\text{Quociente de Execução da Receita (QER)} = \frac{\text{Receita Arrecada (Ra)}}{\text{Receita Prevista (Rp)}}$$

O Quociente de Execução da Despesa (QED) é resultante da relação entre a Despesa Executada/Liquidada e Dotação Fixada (Inicial). Em análise ao Balanço Orçamentário, a Despesa Liquidada monta o valor de **R\$ 12.621.831,51** e a Dotação Atualizada, para este mesmo período e UG, totaliza **R\$ 11.226.530,00**. Cotejando estes valores, o QED resulta em 1,12 enfatizando que no exercício de 2023, na UG 040103 – Fundo de Apoio ao registro Civil do Estado do Pará houve uma economia de despesa orçamentária.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

$$\text{Quociente de Execução da Despesa (QED)} = \frac{\text{Despesa Executada (De)}}{\text{Despesa Fixada (Df)}}$$

O Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária (QREO) é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Paga. Em análise ao Balanço Orçamentário, a Receita Realizada, no exercício de 2023, na UG 040103 – Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará, totalizou **R\$ 12.621.831,51**. Em análise ao Balanço Orçamentário, a Despesa Paga, para este mesmo período e UG, monta **R\$ 5.316.694,00**. Cotejando estes valores, o QREO resulta em 2,37 indicando o quanto a receita orçamentária arrecadada representa em relação à despesa orçamentária paga.

$$\text{Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária (QREO)} = \frac{\text{Receitas Realizadas}}{\text{Despesa Pagas}}$$





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Quadro XXXII - Balanço Orçamentário - Execução dos Restos a Pagar Executados e não Executados – UG 040103

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
INSCRITOS						
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	Saldo a Pagar (f)=(a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS						
INSCRITOS						
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO A PAGAR (f)=(a+b-c-d)	
DESPESAS CORRENTES		54.555,57	750.000,10	578.126,86	0,00	226.428,81
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		54.555,57	750.000,10	578.126,86		226.428,81
DESPESAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		54.555,57	750.000,10	578.126,86	0,00	226.428,81

FONTE: Sistema SIAFE 2023. Unidade Responsável:040101. Data de emissão 19/02/2024 às 02:45:59 PM

NOTA EXPLICATIVA:



3.2. Do Balanço Financeiro

3.2.1. Balanço Financeiro - UG 040101

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª ed., p. 505).

No exercício de 2023, as Transferências Financeiras Recebidas na UG 040101 representaram um montante de R\$ 1.901.607.315,44. Os Recebimentos Extraorçamentários totalizaram R\$ 2.495.044.599,46, como identificado no Balanço Financeiro encaminhado pela SEFIN, abaixo.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Quadro XXXIII - Balanço Financeiro 2023 – UG 040101

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR		EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Receita Orçamentária (I)	0,00	0,00	Despesas Orçamentárias (VI)	1.760.491.731,85	1.678.276.234,33
Ordinária	0,00	0,00	Ordinária	1.760.491.731,85	1.638.386.617,33
Vinculada	0,00	0,00	Recursos Ordinários do Tesouro Estadual	1.760.491.731,85	1.638.386.617,33
Transferências Financeiras Recebidas (II)	1.901.607.315,44	1.740.065.247,35	Vinculada	0,00	39.889.617,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	1.861.859.882,39	1.740.064.536,68	Recursos Destinados a Fundos da Adm. Direta	0,00	0,00
Repasso Recebido	1.828.821.209,34	1.676.651.113,89	Outras Destinações de Recursos	0,00	39.889.617,00
Recursos Arrecadados Recebidos	33.038.673,05	45.036.266,72	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	118.812.851,53	56.020.320,45
Valores Diferidos	0,00	18.377.156,07	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	43.244.689,70	9.725.167,21
Transferências Financeiras Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	39.747.433,05	710,67	Repasso Concedido	43.244.689,70	9.725.167,21
Recebimentos Extraorçamentários (III)	2.495.044.599,46	596.164.246,04	Transferências Financeiras Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	75.568.161,83	46.295.153,24
Consignações	509.596.839,32	459.703.408,52	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	2.564.094.850,39	525.059.542,33
Restos a Pagar do Exercício-Inscrição	38.191.820,90	123.044.935,32	Consignações	505.122.158,74	451.403.746,04
Recursos Financeiros Diferidos	1.943.872.602,84	12.762.886,30	Restos a Pagar do Exercício Anterior - Baixa	133.477.244,88	55.278.640,22
Ganhos Com a Desincorporação de Passivos	3.383.336,40	653.015,90	Recursos Financeiros Diferidos	1.925.495.446,77	18.377.156,07
Saldo do Exercício Anterior (IV)	224.509.448,58	147.636.052,30	Perdas com a Desincorporação de Ativos		
Caixa e Equivalentes de Caixa	224.509.448,58	147.616.365,99	Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	177.761.929,71	224.509.448,58
Depósitos Restituíveis e Val. Vinculados		19.686,31	Caixa e Equivalentes de Caixa	177.761.929,71	224.509.448,58
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	4.621.161.363,48	2.483.865.545,69	TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	4.621.161.363,48	2.483.865.545,69

FONTE: Sistema SIAFE 2023, Unidade Responsável:040101, Data de emissão 29/02/2024 às 09:51:05 AM



O Saldo do Exercício Anterior (IV), de R\$ 224.509.448,58, do presente Balanço Financeiro está consistente com o Saldo para o Exercício Seguinte (IX) apurado no Balanço de 2022.

Esta Secretaria de Auditoria Interna, em análise, observou que a conta Recursos Financeiros Diferidos, presente em Recebimentos Extraorçamentários, no grupo Ingressos, apresenta valor significativamente maior em comparação com o ano anterior. Da mesma forma, a conta Recursos Financeiros Diferidos, presente em Pagamentos Extraorçamentários, grupo Dispêndios, também apresenta valor significativamente maior em comparação com o ano anterior. Esta observação resultou em Nota Explicativa confeccionada pela SEFIN. Esta explica que o valor se deu em razão de lançamentos de ajustes, pela necessidade de adequação ao SIAFE, sistema implantado no exercício de 2023, “o saldo reflete, principalmente, os lançamentos iniciais no sistema e suas devidas correções”.

Em relação aos quocientes sobre o Balanço Financeiro da UG 040101, não serão apresentados os que se utilizam da Receita Orçamentária, pois observa-se que o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, pela natureza de suas atividades, não apresenta receitas orçamentárias nesta unidade gestora. Tendo nas Transferências Financeiras Recebidas (II) sua fonte para pagamento das despesas orçamentárias. Desta forma, serão apresentados os quocientes aplicáveis à realidade deste TJPA, quais sejam, o Quociente de Execução Extraorçamentária e o Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros.

O Quociente de Execução Extraorçamentária visa demonstrar quanto da Receita Extraorçamentária foi realizada, em confronto a quanto da Despesa Extraorçamentária foi executada (KOHAMA, Heilio. Pg. 144, 2015).

$$\frac{\text{Receita Extraorçamentária} = 2.495.044.599,46}{\text{Despesa Extraorçamentária} = 2.564.094.850,39} = 0,97$$

O resultado menor do que 1 representa Receita Extraorçamentária menor do que Despesa Extraorçamentária. Os Pagamentos Extraorçamentários foram maiores do que os Recebimentos Extraorçamentários em R\$ 69.050.250,93. O que condiz com as informações apresentadas no Balanço Financeiro, onde os Pagamentos Extraorçamentários (VIII) contribuíram para a diminuição do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa.



O Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros deve demonstrar o Saldo que passa para o Exercício Seguinte em confronto com o Saldo do Exercício Anterior (KOHAMA, Heilio. Pg. 147, 2015).

$$\frac{\text{Saldo para o Exercício Seguinte} = 177.761.929,71}{\text{Saldo do Exercício Anterior} = 224.509.448,58} = 0,79$$

Resultado do quociente menor do que 1, significa que “os recebimentos do exercício foram menores do que os pagamentos do exercício” (KOHAMA, Heilio. Pg. 147, 2015). Dessa forma, o Saldo para o Exercício Seguinte está menor em R\$ 46.747.518,87 do que o Saldo do Exercício Anterior.

3.2.2. Balanço Financeiro - UG 040102

No exercício de 2023, as Transferências Financeiras Recebidas na UG 040102 representaram um montante de R\$ 439.976.921,07. Os Recebimentos Extraorçamentários totalizaram R\$ 36.513.966,87. Como identificado no Balanço Financeiro encaminhado pela SEFIN, abaixo.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Quadro XXXIV - Balanço Financeiro 2023 - UG 040102

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR		EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Receita Orçamentária (I)	5.775.081,77	0,00	Despesas Orçamentárias (VI)	395.988.409,35	139.923.514,89
Ordinária	0,00	0,00	Ordinária	44.233.659,61	14.756.093,81
Vinculada	5.775.081,77	0,00	Recursos Ordinários do Tesouro Estadual	44.233.659,61	14.756.093,81
Rec. Prov. de Transferências-Convênios e outros			Vinculada	351.754.749,74	125.167.421,08
Recursos Vinculados a Fundos	0,00	0,00	Rec. Prov. de Transferências-Convênios e outros	828.767,00	1.996.981,78
Outras Destinações de Recursos	5.775.081,77	0,00	Recursos Vinculados a Fundos	350.925.982,74	123.170.439,30
Transferências Financeiras Recebidas (II)	439.976.921,07	338.003.780,89	Recursos Destinados a Fundos da Adm. Direta		1.559.802,19
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	439.976.921,07	338.003.780,89	Recursos Destinados a Fundos dos Poderes		121.319.848,76
Repasse Recebido	27.484.988,49	39.798.427,77	Outras Destinações de Recursos		290.788,35
Recursos Arrecadados- Recebidos		298.205.353,12	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	8.580.037,96	3.573.411,06
Recebimentos Extraorçamentários (III)	36.513.966,87	367.156.769,33	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	8.580.037,96	3.573.411,06
Consignações	13.593.411,14	4.032.107,61	Repasse concedido	8.580.037,96	3.573.411,06
Depósitos de Diversas origens	0,00	325.795.408,01	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	46.636.278,24	247.199.775,70
Restos a Pagar do Exercício-Inscrição	22.438.252,08	37.170.793,37	Consignações	11.977.140,02	3.502.856,87
Ganhos Com a Desincorporação de Passivos	482.303,65	158.460,34	Depósitos de Diversas origens	0,00	206.920.558,44
Saldo do Exercício Anterior (IV)	835.687.866,80	521.224.018,23	Restos a Pagar do Exercício Anterior - Baixa	34.659.138,22	36.776.360,39
Caixa e Equivalentes de Caixa	835.687.866,80	188.226.356,07	Perdas com a Desincorporação de Ativos	0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Val. Vinculados		332.997.662,16	Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	866.749.110,96	835.687.866,80
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	1.317.953.836,51	1.226.384.568,45	Caixa e Equivalentes de Caixa	866.749.110,96	835.687.866,80
			Depósitos Restituíveis e Val. Vinculados		
			TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	1.317.953.836,51	1.226.384.568,45

FONTE: Sistema SIAFE 2023, Unidade Responsável:040101, Data de emissão 29/02/2024 às 09:56:47 AM



O Saldo do Exercício Anterior (IV), de R\$ 835.687.866,80, do presente Balanço Financeiro está consistente com o Saldo para o Exercício Seguinte (IX) apurado no Balanço de 2022.

No que se refere aos quocientes orçamentários, o Quociente de Execução Extraorçamentária deve demonstrar quanto da Receita Extraorçamentária foi realizada, em confronto a quanto da Despesa Extraorçamentária foi executada, segue abaixo.

$$\frac{\text{Receita Extraorçamentária} = 36.513.966,87}{\text{Despesa Extraorçamentária} = 46.636.278,24} = 0,78$$

O resultado menor do que 1 representa Receita Extraorçamentária menor do que Despesa Extraorçamentária. Os Pagamentos Extraorçamentários foram maiores do que os Recebimentos Extraorçamentários em R\$ 10.122.311,37. O que condiz com as informações apresentadas no Balanço Financeiro, onde os Pagamentos Extraorçamentários (VIII) contribuíram para a diminuição do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa. Porém, as Transferências Financeiras Recebidas (II) foram significativamente maiores do que as Transferências Financeiras Concedidas (VII), contribuindo para o aumento no valor do Saldo para o Exercício Seguinte (IX).

O Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros deve demonstrar o Saldo que passa para o Exercício Seguinte em confronto ao Saldo do Exercício Anterior, segue abaixo.

$$\frac{\text{Saldo para o Exercício Seguinte} = 866.749.110,96}{\text{Saldo do Exercício Anterior} = 835.687.866,80} = 1,04$$

Resultado do quociente maior do que 1, significa que “os recebimentos do exercício foram maiores do que os pagamentos do exercício” (KOHAMA, Heilio. Pg. 147, 2015). Dessa forma, o Saldo para o Exercício Seguinte está maior em R\$ 31.061.244,16 do que o Saldo do Exercício Anterior.



3.2.3. Balanço Financeiro – UG 040103

No exercício de 2023, as Transferências Financeiras Recebidas na UG 040103 representaram um montante de R\$ 13.877.501,69. Os Recebimentos Extraorçamentários totalizaram R\$ 8.484.059,91. Como identificado abaixo.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Quadro XXXV - Balanço Financeiro 2023 – UG 040103

INGRESSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	DISPÊNDIOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Receita Orçamentária (I)	0,00	0,00	Despesas Orçamentárias (VI)	12.621.831,51	8.593.305,08
Ordinária			Ordinária		
Vinculada	0,00	0,00	Vinculada	12.621.831,51	8.593.305,08
Recursos Vinculados a Fundos			Recursos Vinculados a Fundos	12.621.831,51	8.593.305,08
Transferências Financeiras Recebidas (II)	13.877.501,69	11.502.778,89	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	136.840,68	112.529,93
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	13.877.501,69	11.502.778,89	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	136.840,68	112.529,93
Repasse Recebido		8.500,00	Repasse Concedido		112.529,93
Recursos Arrecadados - Recebidos		11.494.278,89			
Recebimentos Extraorçamentários (III)	8.484.059,91	1.841.165,06	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	578.126,86	1.636.933,37
Consignações	1.178.923,20	1.091.164,96	Consignações	0,00	1.091.164,96
Restos a Pagar do Exercício-Inscrição	7.305.136,71	750.000,10	Restos a Pagar do Exercício Anterior - Baixa	578.126,86	545.768,41
Saldo do Exercício Anterior (IV)	8.561.035,37	5.559.859,80	Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	17.585.797,92	8.561.035,37
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.561.035,37	5.559.859,80	Caixa e Equivalentes de Caixa	17.585.797,92	8.561.035,37
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	30.922.596,97	18.903.803,75	TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	30.922.596,97	18.903.803,75

FONTE: Sistema SIAFE 2023, Unidade Responsável:040101, Data de emissão 29/02/2024 às 09:51:19 AM



O Saldo do Exercício Anterior (IV), de R\$ 8.561.035,37, do presente Balanço Financeiro está consistente com o Saldo para o Exercício Seguinte (IX) apurado no Balanço de 2022.

Em análise, observou-se que a conta Restos a Pagar do Exercício - Inscrição, em Recebimentos Extraorçamentários, grupo Ingressos, apresenta valor significativamente maior em comparação com o ano anterior. Esta observação resultou em Nota Explicativa confeccionada pela SEFIN.

Em Nota, informou-se que em 2023 foi implantado o Sistema Integrado de Administração Financeira Estadual (SIAFE), e que, ao longo do ano, a maioria das tentativas de execução das despesas do Fundo de Apoio ao Registro Civil (FRC) não logrou sucesso. Somente em dezembro foram realizados os lançamentos pendentes. "Entretanto, o SIAFE não suportou a execução das notas de empenhos e duplicou os saldos, o que resultou no montante de R\$ 7.305.136,71 de Restos a Pagar. É importante ressaltar que a situação mencionada foi comunicada à Sefa/Pa e será regularizada no exercício de 2024".

Quanto aos quocientes orçamentários, o Quociente de Execução Extraorçamentária visa demonstrar quanto da Receita Extraorçamentária foi realizada, em confronto a quanto da Despesa Extraorçamentária foi executada, segue abaixo.

$$\frac{\text{Receita Extraorçamentária} = 8.484.059,91}{\text{Despesa Extraorçamentária} = 578.126,86} = 14,68$$

O resultado maior do que 1 representa Receita Extraorçamentária maior do que Despesa Extraorçamentária. Os Recebimentos Extraorçamentários foram maiores do que os Pagamentos Extraorçamentários em R\$ 7.905.933,05. O que condiz com as informações apresentadas no Balanço Financeiro, onde os Recebimentos Extraorçamentários (III) contribuíram para o aumento do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa.

O Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros, que deve demonstrar o Saldo que passa para o Exercício Seguinte em confronto com o Saldo do Exercício Anterior, segue abaixo.



$$\frac{\text{Saldo para o Exercício Seguinte} = 17.585.797,92}{\text{Saldo do Exercício Anterior} = 8.561.035,37} = 2,05$$

Resultado do quociente maior do que 1, significa que “os recebimentos do exercício foram maiores do que os pagamentos do exercício” (KOHAMA, Heilio. Pg. 147, 2015). Dessa forma, o Saldo para o Exercício Seguinte está maior em R\$ 9.024.762,55 do que o Saldo do Exercício Anterior.

3.2.4. Balanço Financeiro – UG 050101

O Balanço Financeiro da Justiça Militar do Estado do Pará, do ano de 2023, apresenta-se sem movimento.

3.3. Da Demonstração dos Fluxos de Caixa

3.3.1. Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040101

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (9ª ed., p. 529) a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta “as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento”. De acordo com o referido Manual, a DFC identificará: “a) as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa; b) os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e c) o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis”.

No quadro abaixo expõe-se a DFC, encaminhada pela SEFIN, da UG 040101.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Quadro XXXVI - Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040101

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	4.358.460.094,00	2.213.204.244,38
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1.901.607.315,44	1.740.065.247,35
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	2.456.852.778,56	473.138.997,03
CONSIGNAÇÕES	509.596.839,32	459.703.408,52
DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VAL.VINCULADOS	0,00	19.686,31
RECURSOS FINANCEIROS DIFERIDOS	1.943.872.602,84	12.762.886,30
GANHOS COM A DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	3.383.336,40	653.015,90
DESEMBOLSOS	4.404.356.145,24	2.117.811.356,58
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	1.721.448.443,32	1.536.731.493,80
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	118.812.851,53	56.020.320,45
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	2.564.094.850,39	525.059.542,33
CONSIGNACOES	505.122.158,74	451.403.746,04
RESTOS A PAGAR DE EXEC.ANTERIOR - BAIXA	133.477.244,88	55.278.640,22
RECURSOS FINANCEIROS DIFERIDOS	1.925.495.446,77	18.377.156,07
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	(45.896.051,24)	95.392.887,80
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	851.467,63	18.499.805,21
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	851.467,63	18.499.805,21
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	(851.467,63)	(18.499.805,21)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	0,00	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	(46.747.518,87)	76.893.082,59
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	224.509.448,58	147.616.365,99
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	177.761.929,71	224.509.448,58





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		
INTRAGOVERNAMENTAIS	1.901.607.315,44	1.740.065.247,35
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1.901.607.315,44	1.740.065.247,35
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
INTRAGOVERNAMENTAIS	118.812.851,53	56.020.320,45
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	118.812.851,53	56.020.320,45
QUADRO DE DESEMBOLSO DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
JUDICIÁRIA	1.721.448.443,32	1.536.731.493,80
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	1.721.448.443,32	1.536.731.493,80
QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
TOTAL DOS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00

FONTE: Sistema SIAFE 2023. Unidade Responsável:040101. Data de emissão 13/03/2024 às 13:24:56 AM



O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (9ª ed., p. 530) define que a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é composta por: a. Quadro Principal; b. Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas; c. Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função; e d. Quadro de Juros e Encargos da Dívida.

Em análise, observa-se que a DFC encaminhada pelo TJPB apresenta todos os quadros determinados. Os quadros apresentam consistência entre si.

No Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o valor das Transferências Correntes Recebidas, de R\$ 1.901.607.315,44, está consistente com o valor de Transferências Recebidas apresentado no Quadro Principal; bem como o valor das Transferências Concedidas, de R\$ 118.812.851,53, está consistente com o valor de Transferências Concedidas apresentado no Quadro Principal.

No Quadro de Desembolso de Pessoal e Demais Despesas por Função, o valor Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função, de R\$ 1.721.448.443,32, está consistente com o valor de Pessoal e Demais Despesas apresentado no Quadro Principal. O Quadro de Juros e Encargos da Dívida demonstra-se sem valores, porque o Órgão não apresentou estes tipos de transações.

Em relação aos quocientes orçamentários, o Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros, que deve demonstrar o Saldo que passa para o Exercício Seguinte em confronto com o Saldo do Exercício Anterior, aplicável também à Demonstração dos Fluxos de Caixa, foi calculado e apresentado no tópico relacionado ao Balanço Financeiro.

O saldo de Caixa e Equivalente de Caixa Final, de R\$ 177.761.929,71, apresentado na DFC da UG 040101 está consistente com o saldo de Caixa e Equivalente de Caixa apresentado no Balanço Financeiro da UG 040101.

3.3.2. Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040102

O Quadro abaixo apresenta a Demonstração dos Fluxos de Caixa da UG 040102.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Quadro XXXVII - Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040102

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	454.052.635,86	1.000.987.632,68
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	439.976.921,07	338.003.780,89
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	14.075.714,79	662.983.851,79
CONSIGNAÇÕES	13.593.411,14	4.032.107,61
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	325.795.408,01
DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VAL.VINCULADOS	0,00	332.997.875,83
GANHOS COM A DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	482.303,65	158.460,34
DESEMBOLSOS	385.942.491,26	323.525.618,59
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	330.726.175,06	72.692.218,16
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	8.580.037,96	3.633.411,06
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	46.636.278,24	247.199.989,37
CONSIGNACOES	11.977.140,02	3.502.856,87
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		206.920.558,44
RESTOS A PAGAR DE EXEC.ANTERIOR - BAIXA	34.659.138,22	36.776.360,39
DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VAL.VINCULADOS		213,67
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	68.110.144,60	677.462.014,09
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	5.775.081,77	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	5.775.081,77	
DESEMBOLSOS	42.823.982,21	30.000.503,36
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	42.509.062,21	30.000.219,36
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS	314.920,00	284
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	(37.048.900,44)	(30.000.503,36)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	0,00	0,00





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	31.061.244,16	647.461.510,73
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	835.687.866,80	188.226.356,07
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	866.749.110,96	835.687.866,80

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		
INTRAGOVERNAMENTAIS	439.976.921,07	338.003.780,89
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	439.976.921,07	338.003.780,89

TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INTRAGOVERNAMENTAIS	8.580.037,96	3.573.411,06
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	0,00	60.000,00
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	8.580.037,96	3.633.411,06

QUADRO DE DESEMBOLSO DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
JUDICIÁRIA	330.726.175,06	72.692.218,16
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	330.726.175,06	72.692.218,16

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	0,00	0,00

FONTE: Sistema SIAFE 2023, Unidade Responsável:040101, Data de emissão 29/02/2024 às 10:14:36 AM



Em análise, observa-se que a DFC encaminhada pelo TJPA apresenta todos os quadros determinados. Os quadros apresentam consistência entre si.

No Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o valor das Transferências Correntes Recebidas, de R\$ 439.976.921,07, está consistente com o valor de Transferências Recebidas apresentado no Quadro Principal; bem como o valor das Transferências Concedidas, de R\$ 8.580.037,96, está consistente com o valor de Transferências Concedidas apresentado no Quadro Principal.

No Quadro de Desembolso de Pessoal e Demais Despesas por Função, o valor Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função, de R\$ 330.726.175,06, está consistente com o valor de Pessoal e Demais Despesas apresentado no Quadro Principal. O Quadro de Juros e Encargos da Dívida demonstra-se sem valores, porque o Órgão não apresentou estes tipos de transações.

Em relação aos quocientes orçamentários, o Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros, que deve demonstrar o Saldo que passa para o Exercício Seguinte em confronto com o Saldo do Exercício Anterior, aplicável também à Demonstração dos Fluxos de Caixa, foi calculado e apresentado no tópico relacionado ao Balanço Financeiro.

O saldo de Caixa e Equivalente de Caixa Final, de R\$ 866.749.110,96, apresentado na DFC da UG 040101 está consistente com o saldo de Caixa e Equivalente de Caixa apresentado no Balanço Financeiro da UG 040101.

3.3.3. Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040103

O Quadro abaixo apresenta a Demonstração dos Fluxos de Caixa da UG 040103.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Quadro XXXVIII - Demonstração dos Fluxos de Caixa - UG 040103

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	15.056.424,89	12.593.943,85
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	13.877.501,69	11.502.778,89
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	1.178.923,20	1.091.164,96
CONSIGNAÇÕES	1.178.923,20	1.091.164,96
DESEMBOLSOS	6.031.662,34	9.592.768,28
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	5.316.694,80	7.843.304,98
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	136.840,68	112.529,93
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	578.126,86	1.636.933,37
CONSIGNACOES	0,00	1.091.164,96
RESTOS A PAGAR DE EXEC. ANTERIOR - BAIXA	578.126,86	545.768,41
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	9.024.762,55	3.001.175,57
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	0,00	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	9.024.762,55	3.001.175,57
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	8.561.035,37	5.559.859,80
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	17.585.797,92	8.561.035,37
QUADRO DE TRANSFRÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		
INTRAGOVERNAMENTAIS	13.877.501,69	11.502.778,89
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	13.877.501,69	11.502.778,89





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INTRAGOVERNAMENTAIS	136.840,68	112.529,93
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	136.840,68	112.529,93

QUADRO DE DESEMBOLSO DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
JUDICIÁRIA	5.316.694,80	7.843.304,98
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	5.316.694,80	7.843.304,98

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	0,00	0,00

FONTE: Sistema SIAFE 2023, Unidade Responsável:040103, Data de emissão 29/02/2024 às 10:14:40 AM



Em análise, observa-se que a DFC encaminhada pelo TJPA apresenta todos os quadros determinados. Os quadros apresentam consistência entre si.

No Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o valor das Transferências Correntes Recebidas, de R\$ 13.877.501,69, está consistente com o valor de Transferências Recebidas apresentado no Quadro Principal; bem como o valor das Transferências Concedidas, de R\$ 136.840,68, está consistente com o valor de Transferências Concedidas apresentado no Quadro Principal.

No Quadro de Desembolso de Pessoal e Demais Despesas por Função, o valor Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função, de R\$ 5.316.694,80, está consistente com o valor de Pessoal e Demais Despesas apresentado no Quadro Principal. O Quadro de Juros e Encargos da Dívida demonstra-se sem valores, porque o Órgão não apresentou estes tipos de transações.

Em relação aos quocientes orçamentários, o Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros, que deve demonstrar o Saldo que passa para o Exercício Seguinte em confronto com o Saldo do Exercício Anterior, aplicável também à Demonstração dos Fluxos de Caixa, foi calculado e apresentado no tópico relacionado ao Balanço Financeiro.

O saldo de Caixa e Equivalente de Caixa Final, de R\$ 17.585.797,92, apresentado na DFC da UG 040103 está consistente com o saldo de Caixa e Equivalente de Caixa apresentado no Balanço Financeiro da UG 040103.

3.3.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa – UG 050101

A Demonstração dos Fluxos de Caixa da Justiça Militar do Estado do Pará, do ano de 2023, apresenta-se sem movimento.

3.4. Do Balanço Patrimonial

Nesta seção estão demonstrados os saldos do sistema patrimonial. Os demonstrativos referem-se à posição patrimonial de 03 unidades gestoras diferentes, quais sejam a UG 040101, que aloca valores relativos ao Tesouro; UG 040102, que



aloca valores relativos ao Fundo de Reparelhamento do Judiciário - FRJ; UG 040103, para alocação de valores referentes ao Fundo de Registro Civil – FRC.

A UG 050101, referente a Justiça Militar do Estado do Pará, não apresenta movimentação, conforme Ofício nº 1244/2018-GP, que objetivando reduzir a estrutura de gastos administrativos, concentrou-se os gastos da UG 050101 na UG 040101 – Tribunal de Justiça. Assim, a execução dos gastos da Justiça Militar passou a ser responsabilidade do Tribunal de Justiça.

Importante ressaltar que o Balanço Patrimonial se estrutura, conforme art. 105 da Lei nº 4.320/64 e alterações, pela Portaria STN nº 438/2012, de Quadro Principal; Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes; Quadro das Contas de Compensação; e Quadro do Superávit / Déficit Financeiro. Além da estrutura fixada em lei, o Balanço Patrimonial segue as diretrizes propostas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP - 9ª Edição - Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

Desse modo, passaremos a analisar o Balanço Patrimonial de cada uma das unidades gestoras, separadamente.

3.4.1. Balanço Patrimonial - UG 040101

3.4.1.1. Quadro Principal

Quadro XXXIX - Balanço Patrimonial - UG 040101

UNIDADE GESTORA - Tribunal de Justiça do Estado Pág: 1 De 1

DEZEMBRO/2023

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	177.791.929,71	224.509.448,58	OBRIG. TRAB. PREVID. E ASSIST. A PAGAR A C. PRAZO	55.104.015,61	116.391.094,75
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A C. PRAZO	3.852.198,38	22.878.357,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	15.810.594,14	27.788.330,07
ESTOQUES	2.968.795,59	2.968.795,59	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÕES A OUTROS ENTES		
VPO PAGAS ANTECIPADAMENTE			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	15.872.892,30	11.398.211,72
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	184.582.921,68	250.356.601,77	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	86.787.472,05	155.578.536,54
ATIVO NÃO CIRCULANTE			PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
IMOBILIZADO	2.638.125,90	922.362,40	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A L. PRAZO		
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.638.125,90	922.362,40	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	6,00
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			RESULTADOS ACUMULADOS	100.433.575,53	95.700.427,83
			(-) AÇÕES / CONTAS EM TESOURARIA		
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	100.433.575,53	95.700.427,83
TOTAL DO ATIVO	187.221.047,58	251.278.964,17	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	187.221.047,58	251.278.964,17



3.4.1.2. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Quadro XL - Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
	EXERCÍCIO ATUAL		EXERCÍCIO ANTERIOR		
ATIVO (I)					PASSIVO (II)
ATIVO FINANCEIRO	177.761.929,71	242.889.004,05			PASSIVO FINANCEIRO
ATIVO PERMANENTE	9.459.117,87	8.392.359,82			PASSIVO PERMANENTE
TOTAL DO ATIVO	187.221.047,58	251.279.964,17			TOTAL DO PASSIVO
SALDO PATRIMONIAL (I - II)					
					190.433.876,63
					95.709.427,63

3.4.1.3. Quadro das Contas de Compensação

Quadro XLI - Quadro das contas de compensação

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO					
	EXERCÍCIO ATUAL		EXERCÍCIO ANTERIOR		
ATOS POTENCIAIS ATIVOS					ATOS POTENCIAIS PASSIVOS
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	19.686,31	19.686,31			GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS
DIREITOS CONTRATUAIS					OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS
					204.665.978,55
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	19.686,31	19.686,31			TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS
					204.665.978,55
					236.546.273,68

3.4.1.4. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Quadro XLII - Quadro do superávit/déficit financeiro

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO				
	FONTE DE RECURSO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	
500	Recursos não Vinculados de Impostos	113.458.475,16	86.307.856,14	
759	Recursos Vinculados a Fundos	322,00	322	
801	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	180,00	1.464.730,56	
	TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	113.458.977,16	87.772.908,70	

3.4.1.5. Notas Explicativas

Para melhor compreensão da sua composição, detalharemos, de acordo com diretrizes do MCASP 9ª, o saldo das contas a seguir:

- a) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo;

Quadro XLIII - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	55.104.015,61	116.391.994,75
Pessoal a Pagar	34.444.101,77	99.706.075,66
Benefícios Previdenciários a Pagar	29.715,11	0,00
Encargos Sociais a Pagar	20.630.198,73	16.685.919,09

- b) Componentes do patrimônio líquido, segregando o capital integralizado, resultados acumulados e quaisquer reservas.



Quadro XLIV - Componentes do patrimônio líquido

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Resultados Acumulados	100.433.575,53	95.700.427,63
Superávits ou Déficits Acumulados	95.700.427,63	83.008.422,97
Apuração de Resultado do Exercício	4.733.147,90	12.692.004,66

3.4.1.6. Quocientes do Balanço Patrimonial – UG 040101

3.4.1.6.1. Liquidez Imediata

$$\frac{\text{Disponibilidade}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{177.761.929,71}{86.787.472,05} = 2,04$$

Esse Quociente demonstra o quanto os recursos disponíveis representam para o pagamento dos compromissos a pagar de curto prazo. Assim, a cada R\$ 1,00 de compromisso a pagar de curto prazo, o TJPA dispõe R\$ 2,04 em caixa e equivalentes. Em relação ao exercício anterior, esse índice era de 1,44, o que indica que a liquidez imediata aumentou mais de 40% na UG. Esse aumento percentual foi influenciado principalmente pela diminuição do saldo da conta "OBRIG.TRAB, PREVID.E ASSIST. A PAGAR A C. PRAZO" do passivo circulante, na ordem de 47%.

3.4.1.6.2. Liquidez Corrente

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{184.582.921,68}{86.787.472,05} = 2,12$$

O quociente demonstra o quanto os recursos disponíveis ou realizáveis representam para o pagamento dos compromissos a pagar de curto prazo dos próximos 12 meses à data da publicação. Assim, considerando os ativos realizáveis somados aos equivalentes de caixa, o índice demonstra que a capacidade de pagamento supera os compromissos de curto prazo em mais de 100%.

3.4.1.6.3. Composição do Endividamento

$$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo (Circulante + Não Circulante)}} = \frac{86.787.472,05}{86.787.472,05} = 1,00$$



Esse quociente demonstra qual é o volume da dívida de curto prazo em relação ao total da dívida existente no exercício. Verifica-se que na UG 040101 a dívida existente é exclusivamente de curto prazo.

3.4.1.6.4. Situação Financeira

$$\frac{\text{Ativo Financeiro}}{\text{Passivo Financeiro}} = \frac{187.221.047,58}{86.787.472,05} = 2,15$$

O quociente demonstra o resultado da movimentação financeira de curto prazo, ou seja, os recursos financeiros disponíveis ou realizáveis em relação com as obrigações financeiras exigíveis a curto prazo. O índice aponta que, para cada R\$ 1,00 do Passivo Financeiro, existe R\$ 2,15 de Ativo Financeiro, ou seja, mais que o dobro.

3.4.2. Balanço Patrimonial - UG 040102

3.4.2.1. Quadro Principal

Quadro XLV - Balanço Patrimonial

UNIDADE GESTORA - Fundo de Resgateamento do Poder Judiciário					
DEZEMBRO/2023					
EXERCÍCIO ATUAL			EXERCÍCIO ANTERIOR		
ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	806.740.110,96	835.687.899,80	OBRIG. TRAB. PREVID. E ASSIST. A PAGAR A C. PRAZO	394.117,24	12.762,10
CAIXA E EQUIV DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	414.876.599,23	383.815.399,07	PESSOAL A PAGAR	200.920,14	0,00
CAIXA E EQUIV DE CV-VLRS RESTITUIV. VINCULAD	451.872.911,73	451.872.911,73	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	103.808,10	12.762,10
DEMAIS CREDITOS E VALORES A C. PRAZO	13.958.493,32	3.799.639,43	FORNecedores e CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	27.585.759,69	39.847.828,84
ADIVANTAM. CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	13.909.338,42	2.106.053,46	FORNEC. E CONTAS A PAGAR NACIONAL A C. PRAZO	27.585.759,69	39.847.828,84
CREDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO	49.019,97	1.690.482,97			
ESTOQUES	6.992.831,33	4.422.504,34	OBRIGACÖES DE REPARACÖES A OUTROS ENTES		
ALMOXARIFADO	6.992.831,33	4.422.504,34			
VPO PAGAS ANTECIPADAMENTE			DEMAIS OBRIGACÖES A CURTO PRAZO	454.257.762,17	452.041.521,05
			VALORES RESTITUIVEIS		452.041.521,05
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	887.700.435,61	843.996.907,57	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	482.237.689,10	492.922.108,99
ATIVO NÄO CIRCULANTE			PASSIVO NÄO CIRCULANTE		
MOBILIZADO	492.189.440,09		FORNecedores e CONTAS A PAGAR A L. PRAZO		
BENS MOVEIS		137.495.491,51			
BENS MOVEIS		447.101.791,06			
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADA		-93.009.009,32			
TOTAL DO ATIVO NÄO CIRCULANTE	492.189.440,09	491.586.232,25	TOTAL DO PASSIVO NÄO CIRCULANTE	0,00	0,00
			PATRIMONIO LÍQUIDO		
			RESULTADOS ACUMULADOS	897.852.206,60	842.993.032,83
			SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS		571.183.694,95
			APURACAO DE RESULTADO PROVISORIO DO EXERCICIO		271.809.337,88
			TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	897.852.206,60	842.993.032,83
TOTAL DO ATIVO	1.379.889.875,70	1.335.483.141,82	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LÍQUIDO	1.379.889.875,70	1.335.483.141,82



3.4.2.2. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Quadro XLVI - Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
	EXERCÍCIO ATUAL		EXERCÍCIO ANTERIOR		
ATIVO (I)					PASSIVO (II)
ATIVO FINANCEIRO	866.745.110,86	835.687.866,80			PASSIVO FINANCEIRO
ATIVO PERMANENTE	513.140.764,74	499.807.275,02			PASSIVO PERMANENTE
TOTAL DO ATIVO	1.379.885.875,70	1.335.495.141,82			TOTAL DO PASSIVO
SALDO PATRIMONIAL (I - II)					
					481.698.095,61
					452.302.710,83
					539.573,49
					199.398,36
					482.237.669,10
					482.692.108,99
					897.862.209,80
					842.893.032,83

3.4.2.3. Quadro das Contas de Compensação

Quadro XLVII - Quadro das contas de compensação

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO					
	EXERCÍCIO ATUAL		EXERCÍCIO ANTERIOR		
ATOS POTENCIAIS ATIVOS					ATOS POTENCIAIS PASSIVOS
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	355.699,90	355.699,90			GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS
DIREITOS CONTRATUAIS					ORIGINAÇÕES CONTRATUAIS
					305.802.914,01
					172.962.218,56
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	355.699,90	355.699,90			TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS
					305.802.914,01
					172.962.218,56

3.4.2.4. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Quadro XLVIII - Quadro do superávit/déficit financeiro

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO			
FONTE DE RECURSO		EXERCÍCIO ANTERIOR	
500	Recursos não Vinculados de Impostos	180.288.949,00	63.503.497,71
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	1.023.978,42	1.853.172,87
702	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Municípios	427,45	0,00
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	6.270.527,88	0,00
759	Recursos Vinculados a Fundos	217.487.131,70	278.028.485,59
999	DESCRIÇÃO 999	0,00	0,00
	TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	385.051.015,35	343.385.156,17

3.4.2.5. Notas Explicativas

Para melhor compreensão da sua composição, detalharemos, de acordo com diretrizes do MCASP 9ª, o saldo das contas a seguir:

- a) Imobilizado;





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Quadro XLIX - Imobilizado

123000000	IMOBILIZADO	492.189.440,09 D	0,00	0,00	492.189.440,09 D
123100000	BENS MOVEIS	172.113.003,86 D	0,00	0,00	172.113.003,86 D
123100000	BENS MOVEIS EM ALMOXARIFADO	172.113.003,86 D	0,00	0,00	172.113.003,86 D
123110100	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	9.837.454,94 D	0,00	0,00	9.837.454,94 D
123110101	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	49.780,43 D	0,00	0,00	49.780,43 D
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	1.058.710,70 D	0,00	0,00	1.058.710,70 D
123110103	APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITALARES	143.021,32 D	0,00	0,00	143.021,32 D
123110105	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	1.069.847,56 D	0,00	0,00	1.069.847,56 D
123110106	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	3.300,99 D	0,00	0,00	3.300,99 D
123110107	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	2.272.818,11 D	0,00	0,00	2.272.818,11 D
123110108	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	19.813,16 D	0,00	0,00	19.813,16 D
123110109	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	1.463.522,93 D	0,00	0,00	1.463.522,93 D
123110112	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	2.208,61 D	0,00	0,00	2.208,61 D
123110117	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	27.466,40 D	0,00	0,00	27.466,40 D
123110120	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS RODOVIÁRIOS	5.963,76 D	0,00	0,00	5.963,76 D
123110121	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	23.377,13 D	0,00	0,00	23.377,13 D
123110199	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	3.697.623,84 D	0,00	0,00	3.697.623,84 D
123110200	BENS DE INFORMÁTICA	130.755.513,14 D	0,00	0,00	130.755.513,14 D
123110201	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	128.655.229,14 D	0,00	0,00	128.655.229,14 D
123110202	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.100.284,00 D	0,00	0,00	2.100.284,00 D
123110300	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	18.983.639,40 D	0,00	0,00	18.983.639,40 D
123110301	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	4.708.922,94 D	0,00	0,00	4.708.922,94 D
123110302	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	130.686,98 D	0,00	0,00	130.686,98 D
123110303	MOBILIÁRIO EM GERAL	14.144.029,48 D	0,00	0,00	14.144.029,48 D
123110400	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	3.342.240,69 D	0,00	0,00	3.342.240,69 D
123110402	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	23.273,70 D	0,00	0,00	23.273,70 D
123110404	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	2.591,05 D	0,00	0,00	2.591,05 D
123110405	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	3.300.243,93 D	0,00	0,00	3.300.243,93 D
123110406	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	16.132,01 D	0,00	0,00	16.132,01 D
123110500	VEÍCULOS	4.454.390,30 D	0,00	0,00	4.454.390,30 D
123110501	VEÍCULOS EM GERAL	362.111,92 D	0,00	0,00	362.111,92 D
123110503	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	4.084.017,35 D	0,00	0,00	4.084.017,35 D
123110506	EMBARCAÇÕES	8.261,03 D	0,00	0,00	8.261,03 D
123110800	BENS MÓVEIS EM ALMOXARIFADO	4.699.036,24 D	0,00	0,00	4.699.036,24 D
123110801	ESTOQUE INTERNO	4.699.036,24 D	0,00	0,00	4.699.036,24 D
123110900	ARMAMENTOS	24.090,38 D	0,00	0,00	24.090,38 D
123110900	ARMAMENTOS	24.090,38 D	0,00	0,00	24.090,38 D
123119900	DEMAIS BENS MÓVEIS	16.638,77 D	0,00	0,00	16.638,77 D
123119901	BENS MÓVEIS A ALIENAR	0,00	0,00	0,00	0,00
123119999	OUTROS BENS MÓVEIS	16.638,77 D	0,00	0,00	16.638,77 D
123200000	BENS IMÓVEIS	458.426.924,71 D	0,00	0,00	458.426.924,71 D
123210000	BENS DE USO COMUM DO POVO	458.426.924,71 D	0,00	0,00	458.426.924,71 D
123210100	BENS DE USO ESPECIAL	418.850.180,86 D	0,00	0,00	418.850.180,86 D
123210103	EDIFÍCIOS	207.189.553,51 D	0,00	0,00	207.189.553,51 D
123210104	TERRENOS/GLEBAS	211.660.627,35 D	0,00	0,00	211.660.627,35 D
123210600	BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	39.314.743,85 D	0,00	0,00	39.314.743,85 D
123210601	OBRAS EM ANDAMENTO	38.778.119,41 D	0,00	0,00	38.778.119,41 D
123210605	ESTUDOS E PROJETOS	536.624,44 D	0,00	0,00	536.624,44 D
123210700	INSTALAÇÕES	262.000,00 D	0,00	0,00	262.000,00 D
123210700	INSTALAÇÕES	262.000,00 D	0,00	0,00	262.000,00 D
123800000	(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	138.350.488,48 C	0,00	0,00	138.350.488,48 C
123810000	(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	138.350.488,48 C	0,00	0,00	138.350.488,48 C
123810100	(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	101.766.127,41 C	0,00	0,00	101.766.127,41 C
123810101	(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	8.306.512,89 C	0,00	0,00	8.306.512,89 C





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

123810102	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA	64.492.758,32 C	0,00	0,00	64.492.758,32 C
123810103	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	9.161.304,91 C	0,00	0,00	9.161.304,91 C
123810104	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	3.404.496,93 C	0,00	0,00	3.404.496,93 C
123810105	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE VEÍCULOS	16.350.690,43 C	0,00	0,00	16.350.690,43 C
123810106	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE PEÇAS E CONJUNTOS DE REPOSIÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
123810109	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE ARMAMENTOS	43.762,68 C	0,00	0,00	43.762,68 C
123810199	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS	6.601,25 C	0,00	0,00	6.601,25 C
123810200	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	36.584.361,07 C	0,00	0,00	36.584.361,07 C
123810201	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE BENS DE USO ESPECIAL	36.584.361,07 C	0,00	0,00	36.584.361,07 C

A SEFIN deste Tribunal informou que “em que pese a Reavaliação de Bens móveis - 2022 ter sido finalizada em 2023, como houve a mudança para o SIAFE, a Sefa não disponibilizou os eventos de lançamentos de ajustes, pois priorizou os usuários do Sispat, o qual o TJPA não utiliza. Portanto, ficamos impossibilitados de efetuar os registros no ano de 2023 em razão da ausência dos eventos”. A SEFIN também informou que os eventos foram disponibilizados no atual exercício, 2024.

b) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo

Quadro L - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	394.117,24	12.762,10
Pessoal a Pagar	290.509,14	0,00
Encargos Sociais a Pagar	103.608,10	12.762,10

c) Componentes do patrimônio líquido, segregando o capital integralizado, resultados acumulados e quaisquer reservas

Quadro LI - Componentes do patrimônio líquido

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Resultados Acumulados	897.652.206,60	842.993.032,83
Superávits ou Déficits Acumulados	842.993.032,83	570.639.614,86
Ajustes de Bens Imóveis	0,00	544.080,09
Apuração de Resultado Provisório do Exercício	54.659.173,77	271.809.337,88

3.4.2.6. Quocientes do Balanço Patrimonial – UG 040102

3.4.2.6.1. Liquidez Imediata

$$\frac{\text{Disponibilidade}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{866.749.110,96}{482.237.669,10} = 1,79$$



Esse quociente demonstra o quanto os recursos disponíveis representam para o pagamento dos compromissos a pagar de curto prazo. O índice aponta para uma situação superavitária, onde a cada R\$ 1,00 de compromisso a pagar de curto prazo, o TJPA dispõe de R\$ 1,79 em caixa e equivalentes. Comparado ao exercício anterior, o índice teve uma ligeira alta, reflexo do aumento das disponibilidades e diminuição do passivo circulante.

3.4.2.6.2. Liquidez Corrente

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{887.700.435,61}{482.237.669,10} = 1,84$$

Quanto a Liquidez Corrente, que demonstra o quanto os recursos disponíveis ou realizáveis representam para o pagamento dos compromissos a pagar de curto prazo dos próximos 12 meses à data da publicação, o TJPA apresenta situação superavitária, assim, considerando os ativos realizáveis somados aos equivalentes de caixa, a capacidade de pagamento dos compromissos de curto prazo aumenta, passando a apresentar R\$ 1,84 de capacidade de pagamento de compromissos para cada R\$ 1,00 comprometido, uma alta de 7,5% em relação ao exercício anterior.

3.4.2.6.3. Composição do Endividamento

$$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo (Circulante + Não Circulante)}} = \frac{482.237.669,10}{482.237.669,10} = 1,00$$

Esse quociente demonstra qual é o volume da dívida de curto prazo em relação ao total da dívida existente no exercício. Verifica-se que na UG 040102 a dívida existente, assim como no exercício anterior, é exclusivamente de curto prazo.

3.4.2.6.4. Situação Financeira

$$\frac{\text{Ativo Financeiro}}{\text{Passivo Financeiro}} = \frac{866.749.110,96}{481.698.095,61} = 1,79$$



O quociente demonstra o resultado da movimentação financeira de curto prazo, ou seja, os recursos financeiros disponíveis ou realizáveis em relação com as obrigações financeiras exigíveis a curto prazo. O índice aponta que, para cada R\$ 1,00 do Passivo Financeiro, existe R\$ 1,79 de Ativo Financeiro. Esse índice permanece, praticamente, estável em relação ao exercício anterior, que apresentava 1,70.

3.4.3. Balanço Patrimonial - UG 040103

3.4.3.1. Quadro Principal

Quadro LII - Balanço Patrimonial

UNIDADE GESTORA - Fundo de Apoio ao Registro Civil do TJPA-FRC
DEZEMBRO/2023

Página: 1 De 1

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	17.585.797,92	8.561.035,37	OBRIÇ. TRAB. PREVID. E ASSIST. A PAGAR A C. PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CREDITOS E VALORES A C. PRAZO			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	8.177.533,42	820.209,07
VFD PAGAS ANTECIPADAMENTE			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.178.923,20	0,00
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	17.585.797,92	8.561.035,37	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	9.356.456,62	820.209,07
ATIVO NÃO CIRCULANTE			PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			RESULTADOS ACUMULADOS	8.229.341,30	
			SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS		4.959.035,82
			APURACAO DE RESULTADO PROVISORIO DO EXERCIC		2.781.200,48
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.229.341,30	7.740.826,30
TOTAL DO ATIVO	17.585.797,92	8.561.035,37	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17.585.797,92	8.561.035,37

3.4.3.2. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Quadro LIII - Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR		EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO (I)			PASSIVO (II)		
ATIVO FINANCEIRO	17.585.797,92	8.561.035,37	PASSIVO FINANCEIRO	8.710.488,72	804.555,67
ATIVO PERMANENTE			PASSIVO PERMANENTE	645.967,90	15.653,40
TOTAL DO ATIVO	17.585.797,92	8.561.035,37	TOTAL DO PASSIVO	9.356.456,62	820.209,07
SALDO PATRIMONIAL (I - II)				8.229.341,30	7.740.826,30

3.4.3.3. Quadro das Contas de Compensação

Quadro LIV - Quadro das contas de compensação

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR		EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATOS POTENCIAIS ATIVOS			ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00	TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00



3.4.3.4. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Quadro LV - Quadro do superávit/déficit financeiro

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO			
FONTE DE RECURSO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	
500	Recursos não Vinculados de Impostos	2.491.112,88	1.369.713,28
759	Recursos Vinculados a Fundos	6.384.196,52	6.386.786,42
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS		8.875.309,20	7.756.479,70

3.4.3.5. Notas Explicativas

Para melhor compreensão da sua composição, detalharemos, de acordo com diretrizes do MCASP 9ª, o saldo das contas a seguir:

- A) Componentes do patrimônio líquido, segregando o capital integralizado, resultados acumulados e quaisquer reservas.

Quadro LVI - Componentes do patrimônio líquido

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Resultados Acumulados	8.229.341,30	7.740.826,30
Superávits ou Déficits Acumulados	7.740.826,30	4.959.535,82
Apuração de Resultado Provisório do Exercício	488.515,00	2.781.290,48

3.4.3.6. Quocientes do Balanço Patrimonial – UG 040103

3.4.3.6.1. Liquidez Imediata

$$\frac{\text{Disponibilidade}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{17.585.797,92}{9.356.456,62} = 1,87$$

Esse Quociente demonstra o quanto os recursos disponíveis representam para o pagamento dos compromissos a pagar de curto prazo. Assim, a cada R\$ 1,00 de compromisso a pagar de curto prazo, o TJPA dispõe R\$ 1,87 em caixa e equivalentes. Em relação ao ano anterior, houve um decréscimo considerável deste índice. No entanto, o índice elevado de 2022 foi resultado das atividades parciais desta UG que havia sido instituída recentemente naquele exercício. O índice de 2023 aproxima-se da realidade das outras UG deste tribunal.



3.4.3.6.2. Composição do Endividamento

$$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo (Circulante + Não Circulante)}} = \frac{9.356.456,62}{9.356.456,62} = 1,00$$

Esse quociente demonstra qual é o volume da dívida de curto prazo em relação ao total da dívida existente no exercício. Verifica-se que na UG 040103 a dívida existente é exclusivamente de curto prazo.

3.5. Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício. As variações patrimoniais são classificadas em variações quantitativas e variações qualitativas.

Para efeito de análises, as variações quantitativas são as que nos interessam, pois essas compreendem alterações que provocam modificações nos elementos patrimoniais, podendo ser divididas em Variações Patrimoniais Aumentativas, as que aumentam o Patrimônio Líquido; e a Variações Patrimoniais Diminutivas, diminuem o Patrimônio Líquido. As Variações Patrimoniais Qualitativas não afetam o Patrimônio Líquido, visto que correspondem apenas à materialização de fenômenos permutativos patrimoniais.

O art. 104 da Lei nº 4.320/64 não estabelece a estrutura de apresentação da Demonstração das Variações Patrimoniais, no entanto, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 9ª Edição - Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, dispõe que a DVP será elaborada utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do PCASP.

A seguir, analisaremos a Demonstração de Variações Patrimoniais de cada uma das Unidades Gestoras.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

3.5.1. Demonstração das Variações Patrimoniais - UG 040101

Quadro LVII - Demonstração das variações patrimoniais

UNIDADE GESTORA - Tribunal de Justiça do Estado		UG: 040101	
DEZEMBRO/2023		Pág.: 1 De 1	
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA			
CONTRIBUIÇÕES			
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS			
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1.901.607.315,44	1.740.065.247,35	
TRANSFERÊNCIA INTRA GOVERNAMENTAIS	1.901.607.315,44	1.740.065.247,35	
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	3.383.336,40	653.015,90	
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	3.383.336,40	653.015,90	
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	1.904.990.651,84	1.740.718.263,25	
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA			
PESSOAL E ENCARGOS	1.655.149.420,42	1.519.613.213,28	
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	1.183.669.712,06	960.156.467,38	
ENCARGOS PATRONAIS	243.202.808,59	202.349.394,15	
BENEFÍCIOS A PESSOAL	97.976.452,30	141.273.151,65	
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	130.280.455,47	215.833.180,10	
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	2.521.369,04	11.062.160,09	
APOSENTADORIAS E REFORMAS	13.531,46	8.058.589,70	
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	2.507.837,58	3.023.570,39	
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	19.665.344,80	100.201.570,17	
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	936.209,00	2.268.944,15	
SERVIÇOS	18.729.135,80	97.932.626,02	
VPD FINANCEIRAS	0,00	23.180,99	
JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00	23.180,99	
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	118.813.686,53	80.069.342,24	
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	118.813.686,53	80.069.342,24	
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO DELEGADA A ENTES	835,00	0,00	
TRIBUTÁRIAS	415.545,29	563.738,66	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	181.275,22	539.560,40	
CONTRIBUIÇÕES	234.270,07	44.148,26	
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	103.662.131,86	10.454.053,17	
CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	91.868.925,25	0,00	
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	11.823.206,61	10.383.803,57	
INCENTIVOS		70.249,60	
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVA (II)	1.900.257.503,94	1.728.026.258,59	
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I-II)	4.733.147,90	12.692.004,66	

3.5.1.1. Quocientes da Demonstração das Variações Patrimoniais

3.5.1.1.1. Resultado das Variações Patrimoniais

$$\frac{\text{VPA}}{\text{VPD}} = \frac{1.904.990.651,84}{1.900.257.503,94} = 1,00$$

Esse quociente deve demonstrar o resultado patrimonial do exercício, considerando positivo se for maior que 1, pois isso demonstra que houve superávit





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

patrimonial no exercício. No exercício 2023, o índice representa equilíbrio patrimonial, visto que o índice alcançou 1,0025.

3.5.2. Demonstração das Variações Patrimoniais - UG 040102

Quadro LVIII - Demonstração das variações patrimoniais

UNIDADE GESTORA - Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário	UG: 040102	
DEZEMBRO/2023	Pág.: 1 De 1	
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	
CONTRIBUIÇÕES		
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	443.800.891,84	368.051.802,68
TRANSFERÊNCIA INTRA GOVERNAMENTAIS	439.978.921,07	368.051.802,68
TRANSF. RECEBIDAS EXECUCAO ORCAMENTARIA		338.003.780,89
TRANSF. RECEBIDAS IND. EXC. ORCAMENTARIA		30.048.021,79
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	3.883.970,77	0
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	484.191,49	158.480,34
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	1.887,84	158.480,34
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	482.303,65	0
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	444.345.083,33	368.210.283,02
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		
PESSOAL E ENCARGOS	126.882.036,74	
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	299.892,58	
BENEFÍCIOS A PESSOAL	126.590.527,54	
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	1.546,62	
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	1.328.894,68	567.784,40
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	1.328.894,68	567.784,40
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	225.577.877,14	73.419.021,19
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	5.452.829,85	2.400.896,55
SERVIÇOS	174.781.479,29	52.677.483,30
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	45.343.368,00	18.280.862,34
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	474.337,84	1.525,30
JUROS E ENCARGOS DE MORA	474.337,84	1.525,30
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	8.584.914,30	3.633.411,06
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	8.580.037,96	3.573.411,06
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO DELEGADA A ENTES	4.876,34	
TRANSF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	60.000,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	476.146,29	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	476.146,29	0,00
TRIBUTÁRIAS	501.829,27	390.796,48
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	131.063,81	31.594,17
CONTRIBUIÇÕES	370.765,46	359.202,31
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	25.880.103,20	18.388.416,71
PREMAÇÕES	154.600,00	282.099,00
INCENTIVOS	145.479,64	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	25.590.723,56	18.106.347,71
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVA (II)	389.685.909,56	96.480.925,14
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I-II)	54.659.173,77	271.749.357,88





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

3.5.2.1. Quocientes da Demonstração das Variações Patrimoniais - UG 040102

3.5.2.1.1. Resultado das Variações Patrimoniais

$$\frac{\text{VPA}}{\text{VPD}} = \frac{444.345.083,33}{389.685.909,56} = 1,14$$

Esse quociente deve demonstrar o resultado patrimonial do exercício, considerando positivo se for maior que 1, pois isso demonstra que houve superávit patrimonial no exercício. No exercício 2023, o índice demonstra uma situação superavitária. No entanto, em relação ao exercício anterior o índice teve um decréscimo de 30%. Isso se deu, principalmente, pelo aumento das VPD que foram impulsionadas pelo aumento de despesas com Pessoal e encargos, desincorporações de ativos, além de outras.

3.5.3. Demonstração das Variações Patrimoniais - UG 040103

Quadro LIX - Demonstração das variações patrimoniais

UNIDADE GESTORA - Fundo de Apoio ao Registro Civil do TJPA-FRC	UG: 040103	
DEZEMBRO/2023	Pág.: 1	De 1
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		
CONTRIBUIÇÕES		
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	13.877.501,69	11.502.778,89
TRANSFERÊNCIA INTRA GOVERNAMENTAIS	13.877.501,69	11.502.778,89
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	13.877.501,69	11.502.778,89
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	136.840,68	112.520,93
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	136.840,68	112.520,93
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	13.252.140,01	8.008.958,48
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	13.252.140,01	8.008.958,48
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVA (II)	13.388.981,37	8.221.480,21
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I-II)	488.519,00	2.781.298,48



3.5.3.1. Quocientes da Demonstração das Variações Patrimoniais - UG 040103

3.5.3.1.1. Resultado das Variações Patrimoniais

$$\frac{\text{VPA}}{\text{VPD}} = \frac{13.877.501,69}{13.388.986,69} = 1,03$$

Esse quociente deve demonstrar o resultado patrimonial do exercício, considerando positivo se for maior que 1, pois isso demonstra que houve superávit patrimonial no exercício. No exercício 2023, o índice aponta situação equilibrada e decréscimo em relação ao exercício anterior de 30%, reflexo do aumento das VPD da conta “Outras Variações Patrimoniais Diminutivas”.



CONSIDERAÇÕES GERAIS

Trata-se de relatório de análise da Prestação de Contas Anual de Gestão, elaborada pela SEAUD, referente ao exercício de 2023.

Esta SEAUD elaborou este relatório em cumprimento do Art. 3º da Resolução TCE-PA nº 18.919/2007, que determina que todos os administradores e demais responsáveis por recursos públicos estaduais das unidades jurisdicionadas do TCE-PA devem encaminhar a prestação de contas anual de gestão. O Art. 4º, §2º da referida Resolução determina ainda que a unidade de controle interno elabore relatório e parecer informando as situações significativas apuradas no que diz respeito a análise da Prestação de Contas.

O presente relatório tem como objetivo apresentar análise acerca dos resultados relativos aos atos de gestão, levando-se em consideração os princípios da transparência, da eficiência, economicidade, eficácia e legalidade, bem como expressar o resultado das análises realizadas pela equipe da SEAUD, que tomou por base os trabalhos de fiscalização (auditoria/monitoramento) realizados sobre os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Poder Judiciário do Estado do Pará.

Para a avaliação da gestão, foram analisados 4 (quatro) tópicos a saber: Pessoal; Compras e Contratações; Obras e Serviços de Engenharia; e Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Em resumo, após análise dos documentos enviados pelas unidades, concluiu-se que:

Pessoal

Ao considerar o último relatório do CNJ, de 2022, observou-se um aumento de 5,5% na rubrica das despesas totais e 4,07% com pessoal, em âmbito nacional. Quando verificado a despesa de pessoal por habitante, o aumento foi de 8,47%. Neste cenário, o PJP se apresenta em oitavo lugar sob o critério de menor custo médio mensal com magistrados(as), entre os dez tribunais de médio porte, e em quinto, com servidores(as), incluindo benefícios, encargos, previdência social, diárias, passagens, indenizações judiciais e demais indenizações eventuais e não eventuais

Ressalta-se que, em 2023, o PJP cumpriu os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), posto que a Despesa Total com Pessoal representou



3,72% sobre a Receita Corrente Líquida do Estado do Pará, ficando abaixo do primeiro limite estabelecido na LRF para o Poder Judiciário, qual seja, o Limite de Alerta representado por 5,40%.

Dentre as ações realizadas pelo PJPA voltadas à gestão de pessoal no ano de 2023, destacam-se a recomposição do poder de compra do auxílio alimentação; e a indenização de férias e a conversão de licenças-prêmio em pecúnia para magistrados, magistradas, servidores e servidoras, conforme o Relatório de Avaliação do PPA-Exercício 2023.

No que se refere as capacitações, no exercício de 2022, a EJPA realizou 2.768 formações, um incremento de 10.06% da meta programada.

Gestão de Compras e Contratações

O PJPA não possui indicadores de desempenho que estabeleçam parâmetros de análise deste tópico de gestão. Contudo, destaca-se que o órgão obteve a economia de R\$ 88.008.227,19, o que representa um deságio de 29,8% em relação ao total estimado para as licitações realizadas no exercício.

Obras e Serviços de Engenharia

Para a operacionalização da atividade de Obras e Serviços foram previstos três Projetos-atividade: Ampliação da Infraestrutura do Poder Judiciário e Reforma, Manutenção de Prédios do Poder Judiciário no programa Atuação jurisdicional e Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais no programa Governança Pública.

Para o projeto-atividade Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário foi disponibilizada a dotação de R\$ 15.177.764,00, tendo sido executados R\$ 7.525.665,00. Em análise do desempenho físico, percebe-se que a meta foi de 43,8%, o resultado demonstra equilíbrio com o percentual de execução financeiro que foi de 49,5%.

Em relação ao projeto-atividade Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário foi disponibilizada a importância de R\$ 32.506.779,00, tendo sido executados R\$ 19.806.292,00. Este projeto superou a meta física, atingindo o percentual de 151% do programado com economia financeira de 39%, ratificando a boa gestão dos recursos financeiros.



Quanto ao projeto-atividade Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais, houve 42,2% de execução financeira para duas obras remanescentes do exercício anterior.

Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação

Os serviços de tecnologia da informação e comunicação tem avançado muito rapidamente em importância, tanto como condição de possibilidade para a realização da atividade fim do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, entendida como a prestação jurisdicional a que este órgão do judiciário se encontra legalmente vinculado, quanto para a realização de suas atividades meio, destinadas a subsidiar e viabilizar as demais atividades.

Dentre os principais projetos executados pela secretaria de informática no ano de 2023 importa destacar: o Projeto de Identificação Civil - Kit Biométrico que em 2023 atendeu a todas as comarcas da capital e interior do Estado totalizando 119 unidades; o Projeto Reiniciar, que está em andamento, teve início em 22/08/2023 e atendeu 21 unidades judiciárias até 19/12/2023, que tem a proposta de entrega e/ou substituição de equipamentos de informática, padronização das salas, implantação de sistema da sala de audiência e treinamentos para os servidores; a instalação dos Pontos de Inclusão Digital - PID, implantação e instalação de equipamentos de informática; e a instalação dos equipamentos de w-fi em 103 Comarcas.

Ação	Origem	Financeiro em R\$			Físico				
		Dot/ Atualizada OGE 2023	Executado	% Execução	Produto/ Um. de medida	Programado	Executado	% Execução	
Atualização, expansão e manutenção da infraestrutura tecnológica do Poder Judiciário	1º grau	FRJ	R\$73.805.588,00	R\$ 51.586.149,00	69,9%	Unidade atendida (Un)	59	119	201,7%
		TJE	R\$ 73.274,00	R\$ 73.274,00	100,0%				
	2º grau	FRJ	R\$ 18.540.838,00	R\$ 15.131.905,00	81,6%	Unidade atendida (Un)	1	1	100%
		TJE	-	-	-				
	Apoio indireto à atividade judicante	FRJ	R\$ 32.854.758,00	R\$ 24.425.091,00	74,3%	Unidade atendida (Un)	6	6	100%
		TJE	-	-	-				
TOTAIS		R\$ 125.274.458,00	R\$ 91.216.419,00	72,8%		66	126	190%	

Fonte: Relatório Anual de Avaliação dos Programas do PPA 2020-2023 do TJPA – Exercício 2023.

Para o exercício de 2023, na dimensão do Plano Plurianual (PPA/LOA), o TJPA orçou o dispêndio, atualizado, no valor de R\$ 125.274.458,00 para atender o projeto-atividade "Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura Tecnológica do



Poder Judiciário”. Do montante dotado, R\$ 91.216.419,00 destes créditos foram suficientes para o atingimento de 190% da meta física, correspondendo ao valor percentual de 72,8% do orçamento total.

Origem	Dotado	Executado	% Execução
Fundo de Reaparelhamento do Judiciário	R\$ 125.201.184,00	R\$ 91.143.145	72,7%
TJE	R\$ 73.274,00	R\$ 73.274,00	100%
TOTAL	R\$ 125.274.458,00	R\$ 91.216.419,00	72,8%

Demonstrações Contábeis

A estrutura das Demonstrações Contábeis apresentadas para o exercício 2023 está de acordo com os princípios contábeis aplicáveis à Contabilidade do setor público, segue os parâmetros da Lei nº 4.320/1964 e modelos do MCASP.

Ressalta-se ainda que, em que pese a estrutura das demonstrações apresentar conformidade com as normas contábeis, os valores que compõem os saldos apresentados não foram objeto de análises, cabendo esta análise mais aprofundada aos trabalhos operacionais de auditoria.

Importante destacar que esta SEAUD solicitou, em alguns casos, esclarecimento sobre valores, ora em análise isolada, ora cotejados com saldos de exercícios anteriores, tais informações constam em Notas Explicativas, elaboradas pelas unidades responsáveis, nos respectivos Demonstrativos.

CONCLUSÃO DA SEAUD

Conforme o exposto, verificou-se o bom nível de gestão nas áreas avaliadas e o contínuo aprimoramento das unidades administrativas nos seus processos, controles internos e atividades de prestação de contas, bem como, infere-se a gestão empenhada em reduzir fragilidades e riscos administrativos e preocupada em gerir a coisa pública de forma equilibrada, eficiente e eficaz, refletidos nos instrumentos contábeis, financeiros, orçamentários e de gestão, objetos do presente relatório.

Registre-se que não foram identificadas impropriedades que tenham comprometido os atos dos responsáveis pela gestão do Poder Judiciário do Estado do Pará, no exercício de 2023.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

Em suma, com base na análise da documentação exigida pelo TCE-PA para fins de Prestação de Contas Anual de Gestão, esta SEAUD informa que não encontrou irregularidades ou ilegalidade, como indícios de enriquecimento ilícito de gestor, prejuízo ao erário e ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, imparcialidade e de legalidade, nos termos do artigo 11 da Lei nº 8.429/1992, e, por esse motivo, conclui ser possível recomendar a aprovação das contas do TJPA em relação ao exercício de 2023.

Submetemos o presente relatório à apreciação do Secretário de Auditoria Interna e posterior encaminhamento à Presidência desta Corte.

É o relatório.

Belém, 25 de março de 2023.

Humberto Pereira Lima Filho
Analista Judiciário – Ciências Contábeis

Oscar Bruno Maciel de Abreu
Analista Judiciário – Análise de Sistemas/Suporte

Paulo Roberto Martins da Cunha
Analista Judiciário

Stela Reis de Souza
Analista Judiciária – Ciências Contábeis

Sheila Alves de Lima Maciel
Requisitada – Arquiteta

Milene Laíse Silva Correa
Chefe da Divisão de Fiscalização e Monitoramentos

Lourival Pereira Boulhosa Neto
Chefe da Divisão de Auditorias

Betânia Souza da Silva Pinheiro
Coordenadora do Núcleo Estratégico de Governança de Auditoria e Risco

TIAGO SILVA GUIMARÃES
Secretário de Auditoria Interna

